

Um possível romance autocrítico sobre
os exílios: do desterro na militância
clandestina, do asilo europeu,
do degredo na homossexualidade.

Herbert Daniel





Credo! Mais um diário de exilado?

A impaciência, quando se trata de saber da nossa história, facilita o trabalho daqueles que tentam nos fazer crer que o Brasil acaba de ser descoberto. Ter memória incomoda muito, na terra onde já disseram num deboche: — Raiz? Raiz que eu conheço é mandioca . . .

E temos milhares de mandiocas pra desencavar. O mandiocal da Guerra do Paraguai, da Intentona Comunista, do Riocentro. Ou vamos continuar a ser descobertos por brazilianists? Esperar que Cabral, num descuido, venha descobrir nossa música e arte, nossa alma (há?), nossa tragédia, beleza, crueldade, força?

O navegante mineiro Herbert Daniel juntou-se a foragidos da lei do dia, fez-se ao mar, pegou uma calmaria à francesa e depois de mil noites e mil noites descobriu . . . o Brasil. Rá! Rá! Rá! Rá! Rá! Por que não descobriu New York como Pelé? Los Angeles como Sérgio Mendes? O Discotheque-sound como Rita Lee? Trata-se, como se vê, de um mandioqueiro.

E agora peço licença pra explicar, como se vocês não soubessem, o significado de dois termos jornalísticos: copidesque e pauteiro. Pauteiro é aquele que faz a pauta dos jornais, que procura os assuntos de interesse dos

PASSAGEM PARA O PRÓXIMO SONHO

Para o Nestor,
poeta da ideia
que tanto nos ajuda
a conhecer essa
parte dos corpos
chamada noite.
Toda admirável,

Daniel

COLEÇÃO EDIÇÕES DO PASQUIM — VOL. 113

HERBERT DANIEL

DEDALUS - Acervo - FFLCH-LE



21300003720

PASSAGEM PARA O PRÓXIMO SONHO

Um possível romance autocrítico

Editora Codecri Ltda.
Rua Saint Roman, 142 — Copacabana
Tel.: 287-5799
22071 — Rio de Janeiro — RJ — Brasil

Editor
Jaguar

Gerente Editorial
Alfredo Gonçalves
Coordenação Editorial
Glauco de Oliveira

CODECRI
Rio de Janeiro
1982



869.93
D185p

N.º 340330

PASSAGEM PARA O PRÓXIMO SONHO
© 1982 Herbert Daniel

Direitos desta edição reservados à
Editora Codecri.
É vedada a reprodução total ou parcial desta obra
sem a prévia autorização da editora.

Capa
Cláudio Mesquita (Lauro)

Foto
Hava Chlous

Revisão
João Luiz Pacheco

Impressão
Editora Vozes Ltda.
Rua Frei Luís, 100
Petrópolis — RJ

*Lo más fácil, entre nosotros, será morir;
un poco menos fácil, soñar; difícil,
rebelarse; difícilísimo, amar.*

Carlos Fuentes,
Todos los gatos son pardos

N.E. 905940015
N.S. 80619617

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

D185a Daniel, Herbert.
Passagem para o próximo sonho : um possível
romance autocrítico / Herbert Daniel. — Rio de
de Janeiro : Codecri, 1982.
(Coleção Edições do Pasquim ; v. 113)
1. Exilados — Narrativas pessoais 2. Herbert,
Daniel I. Título II. Série.

CDD. — 325.21 ✓
CDU — 325.254

Para Ângelo,
porque viu.
Mas não viveu para ver isto.

SUMÁRIO

Pré-inscrição/ Pr-escrito

SÓ

S.Ó.S.

SOL

SOLO respectivamente nas páginas possíveis

Contos possíveis na página possível, nos intervalos do real.

Pré-inscrição / Pr-escrito

Esta estória é assim, resumindo: viagens *fora* da terra do Brasil; como Jean de Léry, mas muito tempo depois e no sentido inverso; narrativa de fatos e coisas acontecidas, ainda na vida e/ou cabeças de viventes neste mundo ao deus-dará; relatos de feitos, desfeitos, tal como se deram, se dariam, se darão ou deviam se dar, vistas, ouvidas, vividas, sentidas e pressentidas pelo autor; acompanhado da descrição de notícias curiosas, tão verídicas quanto se pode imaginar; seguidas de referência ao mapa-mundi, com transcrição de diálogos nas línguas dos (sobre)viventes que são narrados e descritos.

Quer dizer, o enredo original é o exílio, temperado duma anistia de impunidades. Não que eu clame por desforra: a vingança, renego. Vingar que ~~quem~~ é positivo ato intransitivo, de vida que dá certo, de planta que pega (vinga)

Outros enredos de novelas pensei, parciais, no momento em que uma anistia governamental foi decretada como restrição a um sonho geral. Porque o que tantos queriam, nos 79 já distantes, no amplo e no irrestrito era um ato desinstitucional. Rolou mundo desde aquilo e o ano *donde* escrevo é... (ainda ou já?). Nem anistiado (que sobrei, como quem é homenejado pela arbitrarietà), nem nada, dá-se que estou ainda, ~~como um moicano~~. Minhas novelas de então já não resolvem o novelo deste degredo em prolongação de segundo tempo.

Inventemos, então, outras tramas, para escapar da tramóia.

Escapei da lei (chamada de “anistia”, por pura carencia vocabular), como escapara de outras que me deram volumosas penas cuja contabilidade não fiz (perpétuas? algumas centenas de anos?). Esperei ser prescrito no retardadíssimo maio de 1981. Como esperei! Bode expiatório, indiciado para escarmento: aviso aos mais avisados, exemplo avesso. Com uns poucos excluídos da regra, demonstrava-se a excepcionalidade possível da punição a muitos que desejaram contestar as ordens na caserna.

Mero caso de funcionamento judicial, virei *pré-escrito*. Gosto do nome; como que: anterior ao escrito. Um que se escreve?

Se estou, passo a me escrever.

Velha técnica que, se não alivia, consola.

SÓ

1.

De repente, naqueles dias, todo mundo deu de sobreviver. Maneira de resistir, não mais. A vida era quase impossível — o quase sendo no caso aquela espantosa capacidade de adaptação que cada um tem. Possível o AI-5, o impossível estava feito para a vida; tudo que sobrava era mesmo o quase que se lê no prefixo de sobreviver. Viver sobretudo: sobre a calamidade, sobre a merda, sobre a morte. Os que sobremorrem não o fizeram por gosto, ou falta de renitência: foram parte do bruto produto dos industriais do silêncio. A opção do morto não existe, nem mesmo o quase lhe resta. Na morte de muitos está o espaço onde se movem os poucos da opressão. Resta aos outros, nos cubículos desta guerra, a vesga sobrevida, fantasia da esperança.

E no entanto o ano era muito engraçado e cheio de malemolência, sessenta e nove. Este gostoso pra baixo e pra cima, que é uma partilha democrática do prazer, onde não há nenhum artifício de ativos e passivos (balanço comercial). Outro balanço: não o intercâmbio duma sexualidade de possuídas e possesores. Todo sexo é um 69, mas nem sempre nisto se faz tenção; há uma espécie de miragem deformadora que faz do prazer uma fórmula 96, um de costas para o outro, o de trás de cabeça pra baixo, invertido, fêmea, errada. O ano deveria, pelo menos por metáfora, estimular encaixes, organizar contatos. Não teve nada disto. Castrações.

Demos de sobreviver. Inclusive, e principalmente, nós, os da barra pesada, os da luta armada, os que pegamos em armas sem saber muito bem o que fazer delas. Nesta terra, de um lado, houve os que sobreviviam por resistência, hábito antigo (o povo é velho nesta manha e meninice); de outro lado, os apressados, nós, resistiram na sobrevivência.

Paradoxo? Não: um modo de perder uma guerra. Um fenómeno que se poderia chamar de dinâmica da sobrevivência.

Comecei bem 1969. Fazendo minha primeira ação armada, com todo entusiasmo e um pouco de ignorância. Desta vez — a gente se alegrava — estamos começando a fazer “alguma coisa”. A Organização, uma entre tantas, “partira para a luta”.

Era a época: alguns militantes, uns poucos, a partir de um conjunto de idéias políticas mais ou menos contraditórias, mais ou menos explícitas e/ou implícitas, constituíram muitas, enormemente muitas, organizações que se dispunham a combater a ditadura político—militarmente, para falar como na época. A idéia original — e havia aí, de fato, certa originalidade — era a de que não havia luta política que não fosse, já é diretamente, uma luta política E militar. O poder, analisava-se, tinha evoluído de tal forma que impedia qualquer participação política popular: contra qualquer luta, mesmo reivindicatória, a ditadura opunha uma violência militar organizada. Para responder tal Estado e ao estado de coisas decorrentes, propunha-se a sublevação imediata. As organizações não tardariam a descobrir que as massas não respondiam entusiasticamente ao seu chamado voluntarista.

Por enquanto, porém, naquela pressa de primeiros passos, nossas preocupações eram bem outras. No nosso pequeno grupo, em Belo Horizonte, estávamos às voltas com os senões dos rudimentos da prática militar. Tínhamos tudo a aprender nisto — fora tudo o que não sabíamos de tantas coisas outras.

De imediato, o importante era a disposição revolucionária. O resto viria. Na véspera do primeiro assalto a banco em que iria participar, levantei uma dúvida — absolutamente secundária — para o companheiro que comandava a operação:

Escuta, um probleminha: eu nunca dei um tiro na minha vida...

E daí? me perguntou. Afinal, ele mesmo, comandante do grupo, tinha como todo treinamento alguns tiros de espingarda num sítio.

E daí, argumentei, se for preciso atirar...

O que é que você quer? Se tiver que atirar, aperte o gatilho aqui, e a bala sai aqui na frente.

Esta foi a mais completa e mesmo única instrução militar que tive durante os meus primeiros tempos de guerrilha. Só mais tarde, em Ribeira, aprendi a lidar com armas de fogo. Não ligava muito. Meu raciocínio: estamos fazendo uma revolução, não um faroeste. Hoje em dia gostaria de ter tido razão.

Nossos cuidados iniciais voltavam-se, com toda evidência, a justificar o futuro título de “esquerda armada”, mas até então éramos uma parte da esquerda armada apenas de espírito crítico, boa vontade e vontade de criticar o bom senso espiritual de uma antiga esquerda falida diante das armadas inimigas. As dificuldades eram grandes. Para se embrenhar numa guerra exige-se bem mais do que projetos, análises, firmeza, ousadia, hinos e um pouco de poesia. É necessária uma tecnologia, recursos materiais de difícil manipulação. Tecnologia militar? Também, mas não só, como veríamos mais tarde.

A guerrilha — tecnicamente — aprende-se facilmente. Fiz a ação, pude constatar que a bala efetivamente sai do cano para a frente, em linha reta, assim que o indicador espreme convenientemente o gatilho: simples questão de colocar bem o objeto na mão. Depois desta experiência passei imediatamente a ser veterano. Esta era uma das vantagens, naqueles dias...

Os primeiros preparativos, batizados imediatamente *ações e armadas*, foram assaltos a bancos e quartéis: aquisição das armas várias do nosso mundo, dinheiro e mais explosivos. Entre as operações militares que aprendemos, então, não se pode esquecer duma pouco falada mas que seria primordial para nossa guerrilha: a desapropriação de automóveis — estas

armas disfarçadas das cavalarias urbanas do nosso século. Os carros foram nossos cidadãos Rocinantes.

A resposta da Direita Armada fulminou os despreparos. Há muito suas bem munidas Forças exercitavam-se nas lides da “guerra interna”. Sem dúvida, combater no terreno adversário representa um certo “rândicape”, como diria um comentarista especializado. E as armas eram instrumentos deles. Não só eram os donos, inventores e mestres, como elas lhes serviam de fim útil. Para a guerrilha, por princípio e neste princípio, a arma era um meio.

A eficácia dos armamentos não está nos artefatos, mas no seu modo de emprego: modo que não servia às estruturas herdadas duma esquerda dedicada ao movimento de massas, principalmente estudantil. Com seus vícios de constituição, sua conformação liberal, apenas semiclandestina, os grupos de esquerda foram alvo fácil. Logo a seguir aos primeiros movimentos eufóricos, a sinfonia mudou de rumo: prisões e a clandestinidade.

Um dos assaltos a banco, em Minas, foi reivindicado politicamente. Provavelmente tenha sido o primeiro, no país. Foi na época da greve dos operários em Contagem. Durante a ação foram distribuídos panfletos assinados “Colina: Comandos de Libertação Nacional”. O nome era novo, desconhecido de muitos, inclusive por parte dos próprios militantes da organização, que agiam então nas células estudantis e operárias.

Na faculdade, no dia seguinte, escutei animadas conversações no diretório, onde se levantaram suposições, com algum conhecimento de causa. A questão: qual dos grupos políticos — denominados na época “foquistas”, partidários do foco guerrilheiro guevarista — teria se tornado o Colina? Havia alguém que pretendia mesmo indicar (falando em segredo, entre nós, sabe como é, somos todos de esquerda) *quais* militantes teriam participado do assalto! Vi um dos indiciados — que na realidade não tinha nenhuma ligação com o Colina — dar bronca: “liberalismo!”. Bronca intencionalmente dúbia, havia nela um certo ar conspirativo, quase uma confissão a contragosto. Afinal, os assaltantes eram os heróis do dia. Admirava-se o heroísmo e ele era entregue de bandeja.

Entre as hipóteses apresentadas pelos estudantes (em segredo, entre nós, etc. e tal), a polícia não encontraria maiores dificuldades de selecionar, entre as evidentes, a boa.

As primeiras quedas do Colina foram já em janeiro. Alguns companheiros caíram no dia mesmo de uma desapropriação de banco. Os outros continuaram em casa. Tínhamos dúvida, com uma candura angelical, se a prisão fora consequência do assalto ou de alguma ligação com o movimento estudantil. Em alguns dias praticamente toda a organização em Belo Horizonte estava desmantelada. Foram presos muitos. Os que fugiram iriam se implantar noutras cidades. A maioria viveria alguns meses na clandestinidade, antes de ser presa. A massa de refugiados foi um problema gigantesco: onde instalar tantos e tais? Como? Por enquanto, organizávamos fluidamente ações de guerrilha urbana.

Naturalmente, o grande objetivo era a guerrilha rural, o “pequeno motor que colocaria em marcha o grande motor” — segundo a fórmula consagrada. A guerrilha rural — imbatível... — seria capaz de sustentar uma continuidade da guerra, unificar num concerto geral todas as ações revolucionárias, coisa que a guerrilha urbana não faz. A guerrilha urbana falta constância, capacidade de recrutamento, implantação definitiva, possibilidade de ampliação regular e sistemática das suas estruturas. Diagnosticava-se na guerrilha urbana, de formas diferentes, mais ou menos claramente, uma certa função auxiliar. Ninguém, em nenhuma organização, supôs jamais que a guerrilha urbana fosse o “pequeno motor”: era um método secundário. Em relação ao que seria o “método principal”, as divergências foram muitas, os desacordos responsáveis por muitos fracionamentos.

Seria mais fácil “alojar” os clandestinos se tivéssemos começado a preparação do “foco guerrilheiro”, era o que pensávamos. As urgências começaram a se tornar críticas.

Eu fui um dos primeiros a “cair na clandestinidade”. No final de janeiro de 69 a polícia foi me procurar na casa de meus pais, onde eu já não morava mais. Escândalo, vinham procurar o perigoso assaltante de bancos com um espalhafato:

carros, metralhadoras, caminhões-pipa, cães, canhões. Os vizinhos (a maioria deles eram famílias de militares) surpreendiam-se. Eu parecia ser um bom rapaz, pacato e de bons modos. Mas, como não deixou de ter alguém que disse, de onde não se espera é que sai. (Muitos anos depois, um dos meus vizinhos me escreveria uma carta: “Quem diria, hein? Você com aquela cara de sacristão...”). A polícia baixou com força. Subiram até em cima do telhado — minha mãe me disse chorando. O pior é que não havia ninguém em casa, estavam todos viajando naquele dia. Por isto, pensaram que fosse um *aparelho* — mamãe chorou ainda. Os vizinhos aliviaram a barra, explicaram que era uma casa de gente de bem. Ainda bem que não entraram — chora mamãe de novo —, pois tinham viajado cedo, não tivera tempo de fazer as camas. Imagine, que vergonha, se eles entram e vêem a casa toda desarrumada! aí mamãe chorou mais forte ainda.

Todas as Organizações armadas, sem exceção, viram-se às voltas com a mesma questão: sobreviver na clandestinidade, ao cerco. Ameaçadas na sua existência material imediata, precisavam continuar — e cada vez mais — fazendo ações para obter recursos materiais, dinheiro principalmente.

A clandestinidade custa caro. Muito mais do que se imagina. É preciso estar constantemente alugando aparelhos, comprando carros, desfazendo-se deles, viajando para um lado e para outro. Sustentar os clandestinos. Uma Organização semi-clandestina pode contar com a legalidade dos seus quadros para obter dinheiro mais ou menos legalmente. Com a massa de clandestinos, esse dinheiro — de contribuições ou fontes semelhantes — além de insuficiente, começou a minguar.

Muito dinheiro conseguiram as Organizações com as desapropriações. Mas perderam enormemente. Parece que houve uma época em que os policiais disputavam entre si, furiosamente, o espólio dos aparelhos. O dinheiro desapareceu — mas não porque foi todo gasto pelas organizações. A parte dele que foi recuperada pela polícia passa em silêncio. Seria escla- recedor procurar fazer um inventário dessa fortuna desviada

pelos policiais, segundo a moralidade do “ladrão que rouba ladrão”...

Havia em geral, entre os militantes, uma certa fobia de *gustar* “pessoalmente” o dinheiro. Nenhum militante que eu conheça jamais utilizou nenhuma fortuna para fins pessoais. *Allás*, nas circunstâncias em que se vivia na clandestinidade é difícil pensar em vidas nababescas. Pelo contrário, impunha-se pela forma mesma da luta um certo franciscanismo, uma moralidade ingênua que, para recusar a proverbial corrupção dos políticos burgueses, tratava o dinheiro com certos preconceitos bem arraigados. Isto nem sempre correspondeu a uma vantagem, e não creio que seja uma qualidade maior uma relação neurótica com o dinheiro. Casos houve de quem se arriscou inutilmente para “proteção do patrimônio”. Acho importante proteger o patrimônio. Retrospectivamente, porém, vejo nisso uma certa desviação: afinal, o mais importante dos patrimônios são os militantes. Havia na nossa forma de lidar com os recursos materiais uma ligeira (e grave) confusão entre a honestidade e a mistificação dos objetos.

Rapidamente as Organizações que começaram a preparar a guerrilha urbana entraram num círculo vicioso: ações de subsistência para fazer outras ações de subsistência. Mais do que um aspecto marginal da prática política, este círculo passou a funcionar como *dinâmica* constituidora: a dinâmica da sobrevivência. Que não era uma imposição das circunstâncias, apenas. Tornou-se o *modo* de existir destas organizações. A evidência é grande: todas as Organizações, não importando sua linha política, não importando nem mesmo a quantidade de recursos disponíveis, viveram a mesma história. Todas se consumiram nesse sorvedouro.

Não se trata, necessariamente, do dinheiro. Falo dos “recursos materiais”, o que pode ser ampliado para “aquisição de uma tecnologia primária”. A idéia era de que antes de “começar” de fato a luta política, as Organizações deviam “se preparar”. A preparação — entendida como um momento anterior ao político e mesmo ao militar — era o que caracterizava todas as infundáveis discussões da época.

Divergências enormes sobre a preparação: uns diziam que a “preparação” era a formação de uma coluna guerrilheira no campo; outros que era a formação de destacamentos — armados ou não — junto às massas... Não importa que solução se propusesse. Havia um acordo tácito: estávamos na *preparação*. Um momento pré-político!

Vivíamos um intervalo.

Uma suspensão?

Não seria melhor dizer claramente que neste intervalo está o verdadeiro início do exílio? Que aí, neste “isolamento” político, nesta incapacidade de abrir um diálogo *atual*, a esquerda armada viveria seu primeiro exílio? Porque, à guisa de diálogo, a única coisa que a esquerda fez foi um combate singular, e derrotado *a priori*, com a ditadura. Neste combate exclusivo, havia apenas o monólogo do Poder. A derrota não foi consequência disto: a derrota é este monólogo.

Na esquerda armada, como em muitos outros aspectos da vida social do país, a sobrevivência não foi senão uma forma de extermínio. Muitos, para sobreviver, abdicaram a existência.

2.

Vamos brincar de faz de conta: imaginemos a possibilidade da existência de um personagem-autor de um romance imperfeito — este —, com as características que invento abaixo.

Nome — vários.

(do batismo aos batismos de fogo — como se dizia na época em que se dizia isto. Nem o batismo cristão, nem o outro explicam o que penso hoje. Cresci desde então, embora não me arrependa de nada. Foi preciso.)

Idade — a dantesca, o meio (injusto) do caminho.

(enquanto a Terra deu 34 voltas em torno do sol, não sei quantas reviravoltas passei. No meu tempo interno

não posso medir minhas desuniformidades. Uso a medida do tempo físico com reservas. Mas vivo na Terra que vivo.)

Sexo — masculino.

(sem nenhuma dúvida, nem vacilação. Embora entre os outros masculinos seja peculiar, minoritário: homossexual.)

Nacionalidade — brasileiro.

(sem nenhuma dúvida, nem vacilação. Embora entre os outros brasileiros seja peculiar, minoritário: exilado.)

Naturalidade — mineiro.

(o que não é natural; impõe um sotaque e uma natureza quase mineral: silêncios, pedras, barcos, paisagens arredondando morros velhos, nostalgias novas arredondando dúvidas, dádivas.)

Filiação — pai preto, porém militar. Soldado por imposição, humorista por vocação, adulto por contingência, pai por consequência, tímido por gentileza, abrupto por timidez, silente por atavismo. Mãe branca, porém italiana. Operária por descuido, dona de casa por obrigação, rebelde por destinação, domada por destino, arrependida por convicção, sentimental por hipocondria, emocional por atavismo.

(Ambos nunca desconfiaram que um dia eu pudesse vir a escrever todas estas senvergonhices. Pois é, velhos, a minha forma de amá-los sempre foi dura pra vocês. Creiam que a intensidade nunca foi menor, apesar dos transtornos da vida. Arreda, arrependimento, que eu vou em frente.)

Cor — aquela.

(dependente da iluminação, do estado de espírito e do momento político.)

Religião — escapou de várias.

(sem religião, mas sem misticismo. Por isto — descrédito dos textos revelados — reconhecendo a revelação, força e validade de todos os orixás do meu povo.)

Instrução — desorientada.

(autodidata impaciente, oscilando entre crenças e justificações.)

Profissão — incerta.

(atualmente mão-de-obra não especializada, empregado numa sauna para homossexuais, em Paris.)

Estado civil — incivil.

(vivo há dez anos com um cara que é, por ser quem é, a melhor explicação de tantos anos que a gente vai passar juntos.)

Sinais particulares — cicatrizes.

(como se verá.)

3.

Roteiro sumário. Suponhamos uma cronologia fantasiosa para auxiliar na compreensão do que se segue, não sem alguma vaidade, naturalmente; com algum esforço, porém, para evitar toda vã objetividade.

Façamos o personagem nascer em dezembro de 1946.

/ Não me lembro de nada. Meu primeiro acontecimento (memorável, os anteriores são secretos) se deu numa cidade de nome curioso. Uma vez escrevi: nasci por lá, nunca a vi, a não ser uma vez na adolescência e ela era empoeiradíssima e pálida. /

1952 — Relato da primeira experiência sexual registrada nos arquivos pessoais do personagem.

/ Com uma menininha, que não me lembro o nome, mas que tinha a pele morena e rígida. A gente se mostrou os respectivos xixis. Dormíamos no mesmo quarto e mãe comentou, que eu escutei, com minha avó, que não fazia mal que dormíssemos os dois juntos, que éramos muito pequenos para ter alguma maldade naquilo. Foi uma noite muito divertida. /

1956 — Uma primeira experiência política (idem, arquivos do personagem.)

/ Papai me explicou que o Juscelino era um grande presidente porque voava pra todo lado e devia muito dinheiro, porque é preciso ficar com dívidas para comprar o que não se tem (a prestação). Naquela época (a prestação) compramos em casa geladeira, móveis novos e até televisão. A gente comprou televisão porque minha avó não suportava que os seus netos fossem televisinhos, sujeitos aos humores dos meninos que tinham em casa a grande novidade — era muito mais importante do que ser dono da bola, em futebol. /

1962 — Sexo, política e outras violências para movimentar o enredo.

/ Uma vizinha — grande piranha, segundo fama corrente — me violou. E eu tive minha primeira relação homossexual. Com uma bicha (que eu comi, só! Não sou viado, o que é que estão pensando de mim?)

No colégio, o diretor, um coronel, nos comunicou no fim do ano que tínhamos que escolher cuidadosamente as nossas lideranças políticas. Éramos instruídos e não devíamos nos deixar levar por ignorantes. “Brizzola é um analfabeto”, disse, mas não sei a propósito do quê. /

1964 — Mais violências.

/ Foi um ano duro.

Estudei como um fanático. Acumulava o curso Pré-Médico (de manhã) e o terceiro científico (de noite). O Pré-

Médico era um curso da própria escola de Medicina, preparatório ao vestibular. Um privilégio, meio caminho andado para a Universidade. Para entrar no curso era preciso um exame quase tão duro quanto o vestibular. E ter dinheiro para pagar, naturalmente... Fiz o vestibular no fim do ano. Passei. /

1966 — Mais política. Amor. Novos personagens. Um amigo — não homossexual — que virou O amigo.

/ Conheci Ângelo. /

1967 — Novas políticas. Nosso personagem viveria um caso de amor que não deu certo, como é normal. Ângelo seria confidente e consolaria.

/ Organizei-me. Maneira de dizer que entrei numa organização política em plena desorganização política: a Polop — Política Operária — e eu estávamos (ela pior do que eu) em crise. Foi Ângelo quem me “ampliou”. /

1968 — As lembranças seriam demais para uma cronologia.

/ Que isto são lembranças, não memórias. Não se guarda o tempo que rolou na água e na sede de antigamente. O tempo, por seu modo e modelado, acontece para ser perdido. Elementar perdição, a perda está nele mesmo. As coisas se perdem na perda, mesmo as coisas de gente. Mas gente já é outra coisa, que ao perder ganha a perda como herança. Não só lembrança, memória: não apenas água velha de sede antiga, mas nova sede sem nome de uma água sem idade, que se procura e não se encontra. Não que a procura por isto venha a ser inconseqüente. Se a busca nunca encontrará uma água que já se perde no encontro, origina a invenção duma água imaginária que só será, nunca é, pra atender uma sede que sempre é, nunca foi. /

1969 — Para que esta estória continue no limite da banalidade que teve até aqui, façamos o nosso personagem optar

pela luta armada. Faria, digamos, sua primeira experiência de guerrilha urbana (assalto a banco) no início do ano.

/ Ângelo foi preso.

Outros tantos seriam presos. Mortos também. Não os nomearei. Não tenho coragem de fazê-los meus personagens, principalmente enquanto escrevo assim, com referentes reais tão próximos. Não me autorizo a expô-los. Não quero fazer da similitude da escritura uma confusa coincidência. Por enquanto não escrevo História: meu método aqui são estórias. /

1969 — Aprendizagem da clandestinidade. Rio de Janeiro.

/ Rio, nas deformações plásticas que impunham na tua cara, eu entristecia escondendo minha cara, que via estampada nos cartazes: procura-se. Ah, que eu também procurava. Rio, e a gente que eu amava. Secretamente. Não me arriscava, expondo nenhum amor. Fingi indiferença, fugi de toda intimidade.

Rio, ah cidade, cidade. Que pena.

A capital constante. O capital. Constante.

Rio, caem edifícios e operários. Uma forte burguesia faz fraca qualquer cidade. /

1969 — Notícias assombrosas das torturas. Ele reconheceria mortos de manhã, nos jornais. Seu retrato era divulgado na televisão, nos jornais. Ainda bem que tinha cara de menino, vivia fantasiado de estudante secundarista, com pasta de livros e cadernos. Lia e escrevia, como recompensa do disfarce. Partiria do Rio para Ribeira, área de treinamento da guerrilha rural.

/ Me dava conta de que era preciso dedicar esforço maior ao que escrevia, que isto de escrever não é assim como sopro. O barro só vive no tapa, no berro, contido. Não tinha tempo, então estudava e planejava. Depois, a militância e a clandestinidade. Não era momento. Escrever podia comprometer vidas. Depois, o exílio. Que para mim se marcou como um afastamento da língua, como uma perda real do falar.

No estrangeiro escrevi tanto que nem posso dar uma idéia: rasgava — imolava — à medida em que ia virando as folhas. Um hábito da clandestinidade, desde sempre. Escrevia e ia queimando as páginas viradas, o que me dava a sensação de escrever na fumaça. Assim, índio clandestino, enviava meus sinais de fumo. Mensagens que não pertenciam ao real literário (publicação consumível) mas pareciam me comunicar com um fabuloso leitor que me compreendia, e assim nos amávamos, como quando eu amava lendo amigos que chegavam em livros.

Quando estava em Ribeira, no treino de guerrilha, tinha “Grande Sertão” na mochila. Emocionado, escrevia uma longa carta ao João, às vezes chamando-o pelo nome dos seus personagens. Riobaldo, Diadorim, jagunço que não padece, esmorece. A carta subia na fumaça duma fogueira que era a única luz com que contava. Aqui também aprendi a escrever no quase escuro, mas nunca no escuro (embora também tivesse tentado; imbricava as linhas): precisava ver o resultado escrito do meu pensar, corrigir. Só depois é que queimava.

Em abril, soubemos que a área tinha sido localizada. Desmontamos o acampamento e nos preparamos para a retirada. Escrevi duas cartas: para dois João. O outro era um amigo que me enviara uma bela carta contando as dificuldades que enfrentava na cidade, dando notícias, esperando que nos encontrássemos “em breve, aí”. Terminava assim: “Velho, vou parar por aqui. Esta é a maior carta que escrevi em 33 anos de vida.”

Certamente queimei as cartas que escrevi. Só não sabia que o outro João tinha morrido no dia mesmo em que lhe enviava o meu sinal de fumaça. Pensava que seria eu quem naquele momento tinha mais chances de ser morto num combate. Tinha-lhe escrito para contar que não teria tempo para escrever a maior carta dos meus vinte e três anos de vida porque ouvíamos os motores dos aviões que rondavam a área.

Vi o primeiro helicóptero algumas horas depois, mas ele não nos viu. Fora com o Cid fazer o reconhecimento duma base de apoio, caminhávamos por uma trilha larga.

Embrenhamos pela mata densa para nos esconder. Cid me disse que se voassem rasante é que teriam nos percebido e repetiu, instruindo, que deveria tentar atirar no tanque de gasolina ou no piloto. O helicóptero desapareceu e deixava um rasto de silêncio. Só neste momento a gente percebia como a mata era intensa de sonoridade, como a vida que se disfarça no verde é ruidosa. O ouvido se acostuma ao concerto de pequenos avisos constantes. Se os vivos se calam a gente se dá conta: o silêncio na floresta é um momento trágico. Depois de um tiro ouve-se o silêncio e um eco espalhado. Era assim também com o helicóptero.

Comentei uma vez com a Célia esta gritaria que nos cercava. Ela me contou que no seu primeiro dia não conseguira dormir: sofrera um trauma com os ruídos vivos do silêncio e a escuridão. Enquanto me contava, fazia lentos gestos com a mão para afastar a nuvem de mosquitos que a envolvia constantemente, ninguém escapava da fome deles. Tínhamos, todos, o rosto inchado, um pouco deformado. Fiquei com as orelhas enormes, endurecidas, como que cicatrizadas. A gente se estranha quando se vê no espelho. Célia era quem mais se assustava; tinha os traços muito finos, um certo ar de madona renascentista, no seu rosto a deformação era mais evidente. Para mim, a sua nuvem de mosquitos me fascinava, porque não conseguia entender como ela continuava fazendo gestos lentos, educados, que não espantavam que faziam suas mãos participarem na coreografia dos insetos. /

1970 — Em abril, o exército cerca Ribeira com um formidável aparato de guerra. Ele sai tranqüilamente pela retaguarda. Volta ao Rio onde participa no seqüestro do embaixador da Alemanha. Ângelo, com tantos outros amigos que estavam presos, foi trocado pelo alemão. O nosso personagem, saindo da ação, correria para seu quarto, para esperar a notícia no rádio, tinha ainda dúvida de que tudo tivesse dado certo. Quando o jornal publicasse a foto dos quarenta seria um dos momentos mais felizes da sua vida. A gente arranja jeito de

se contentar em todas as situações da vida. Em dezembro comemoraria secretamente seus vinte e quatro anos (número de gozação...) no aparelho onde estava o embaixador suíço. Por coincidência três dos guardiões do seqüestrado faziam anos naqueles dias. Todos completavam idades próximas aos vinte anos.

/ Você tinha vinte anos, pouco mais, tão jovem, que bonito. E os anos eram setenta, um século muito velho naqueles dias, como são velhos todos os séculos, em cada segundo onde uma ditadura vence o tempo. Você tinha vinte anos e havia um ditador que chamado Garrastazu assim não se dizia, mas “presidente” e “Médici”, por eufemismo. (Pois há quem creia que o eufemismo resolve.) Questão de gentileza, você sabe, era um momento em que a linguagem se tornava correta, uma época de desenvolvimento econômico e cultural. Se lembra dos seus vinte anos? Bonito, né mesmo? Como é mesmo que se diz?... “temos sempre vinte anos numa parte do coração”... ou, “tempo de primavera”, fazendo uma quase-poesia, para fazer bonito.

Claro, não se pode dizer que fosse primavera. Mas você tinha vinte anos e o que vale é a idéia, mesmo que a idéia primaveril seja um pouco emprestada e a poesia nunca possa ser emprestada.

Bacana ter vinte anos. Bonito. Se lembra?

Quem não?

Era setenta; dureza, heim?

Quem se esquecerá de um tempo onde o esquecimento virou um método de sobrevivência? /

1971 — No dia de ano, festa barulhenta no esconderijo do embaixador seqüestrado. Vizinhos no alpendre; cantos na noite quente; Roberto Carlos na vitrolinha esgoelando. No quarto dos fundos, encolhido, o suíço suava frio, imaginando pavoros: imaginaria que os revolucionários tinham um certo apoio na população local, mas temeria ser visto e reconhecido e fantasiaria pesadelos de chegada da polícia: tinha mais medo dos soldados (“certamente me fuzilarão para dizer que foram os senhores”) do que dos seus seqüestradores. Em fevereiro

nosso personagem escreveria um desesperado poema para se aliviar da morte de mais outro amigo.

/ ans tombou na Avenida Suburbana, duas horas depois de me ter dito: “hoje e noite quero te contar uma coisa muito séria. Pessoal.” Hans nunca fizera confissões; aquele era um dia excepcional. A voz dele ficou ressonando na minha crença duvidosa, como um remorso. Fala de morto, lembrando mais mortes que não completaram esclarecimentos tão pessoais, postergados eternamente. /

1971 — Ainda em fevereiro ele adoeceria de mal desconhecido que um médico taxativo reconheceu com gravidade: leucemia. Mas o senhor doutor exigiu, que não lhe comunicaria tal calamidade diretamente, conversar com a família. Foi Tânia, companheira, irmã, que se tornou parente postiça para ouvir do médico o diagnóstico tremendo. Tânia chorou muito. Ele mais ainda quando Tânia, em maio, foi presa; sete dias depois desesperar-se-ia com a queda de Rafael, poeta e terno amigo de pra-sempre. Ele não saberia nunca o que deu de sua leucemia. Não teria tempo de pensar doenças, na fuga, no isolamento, ex-ilhado na perdição. Depois de uma ininterrupta e detalhada progressão de quedas e desaparecimentos de companheiros, ficaria só, um último. Escaparia, suponhamos, de todos os cercos e continuaria escapando. Com uma cantilena que se tornou monótona: a autocrítica, como fazer a autocrítica?

/ Lembrarei.

Estou fazendo minhas memórias, não posso escrevê-las. Preciso, antes disto, vivê-las.

Já me pediram duas ou três vezes que relate — para que não se perca, que sei eu! — a minha parcela na equívoca tentativa de luta armada em que a esquerda se embrenhou no final dos anos sessenta. Impossível fazer desta aventura um inventário completo, testemunho residual de acontecimento findo. Se tudo aquilo são pedaços de vida idos e vividos, nem por isto deixa de ser *presente e indicativo*. O pano de boca caiu no fim de um ato: nem que seja apenas pela permanência e vigor da ditadura,

o presente duma revolta vencida aparece de indicativo preciso do mundo político que serve de cenário aos próprios atos. E atitudes. E talvez acertos. A chamada “esquerda armada” é parte da História, mas não pertence a tempo encerrado. Má política fizemos não compreendendo o tempo que pretendíamos transformar. Má política faremos tornando o fracasso recente objeto de uma história de participípios, arrolando infundavelmente atestados de óbito do acontecer que corre, que acontece. E insiste, volta e revolta. Má política se faz pensando a História como um cemitério onde se enclausura a vida — que entretanto fura persistentemente os muros, para ser acusada de fantasma, no pátio dos realismos oficiais. Se há razão para lembrar é que o silêncio e o esquecimento são as constantes da repressão dos últimos anos. É preciso furar o segredo e o pavor, fazer de recordações dispersas a reflexão comum na consciência coletiva. Não se escreve um epitáfio, organiza-se um plano. Ninguém pode contar tudo o que aconteceu. Simplesmente porque não aconteceu tudo, ainda. Estamos aí, acontecendo. Escrever é acontecer. Nossa geração, a da barca de 68, ainda fabrica matéria para memórias. Lembraremos. /

1971 — Novembro: conheceria Cláudio, com quem viveria até hoje, amanhã. Cláudio esconderia nosso personagem em sua casa. Acabaria também sendo localizado e procurado. Daí em diante fugiriam juntos.

/ Experiência terrível, saímos todos dela, atores e espectadores, como quem carrega o peso de um segredo que não sabemos nomear. Terrível continua sendo ter ombros para uma responsabilidade quase insuportável: e o papel de cada um na permanência de uma ditadura que não foi vencida?

Coube à esquerda de então postular bem ou mal (e digase: pior do que melhor) o problema da violência. Não quero dizer dos instrumentos dela. Não quero dizer dos instrumentos da violência, nem das suas formas — o

que não constitui nenhuma novidade no país. Estou falando dela enquanto método político, enquanto orientação política radical.

A esquerda, dita “armada”, intuiu a complexidade da questão e “assumiu” (verbo ao gosto da época). O que foi feito canhestramente — uma ironia (de esquerda)... Antes de tudo confundindo a violência com os seus instrumentos diretos, abandonando a estratégia da violência por uma tática ineficiente (mal batizada de “ações armadas”).

Armou-se a esquerda — o que foi uma forma de responder a uma nova fase da evolução da guerra de classes. Armou-se a esquerda — mais de boas intenções do que de artefatos militares, que manipulou desastrosamente. Com seus poucos engenhos de guerra e sua técnica rudimentar, o grupo guerrilheiro pressupôs exércitos onde não havia senão a arquitetura da sua solidão política, fazendo do esforço de alguns combatentes pouco mais do que argumentos belicosos da ditadura.

A decisão quixotesca de afrontar-se militarmente à ditadura vale pouco pelas suas formas, nada pelos seus resultados, mas é inestimável pela ruptura que estabelece: a partir daí não é mais possível fazer política como “antigamente”. O exemplo serviu para mostrar os desatinos possíveis, decorrentes de um erro político. A política resvalou para uma região de aprendizado nem sempre risonho e franco... A derrota serviu para sacudir a consciência do país; exige o abandono de algumas ilusões; denuncia hipocrisias institucionais. Perdemos a ingenuidade. E agora?

A virulência da exploração não é seguida constantemente de recursos técnicos de violentação, mas de uma avançada tecnologia da brutalidade. Não existirão os apelos arbitrários à perseguição política porque o arbitrário estará pré-existente nos mecanismos político-jurídicos aceitos como norma geral. A cultura passa a ser um investimento suficientemente grande para dar acesso apenas a uma elite que se compromete de maneira mais ime-

diata com o poder econômico — e político. Não haverá uma guerra de terror — fazendo da polícia um instrumento direto do poder político — porque mesmo a guerra evoluirá tecnicamente e pesará como inércia política: uma ameaça não concretizada, mas cuja realidade não resta como hipótese, mas como a certeza da sólida imobilidade do poderio militar.

Enfim, para usar jargão usado e provar que não temo lugar comum, esta é a solução cultural e política que decorre “naturalmente” do desenvolvimento capitalista que o país sofre (este verbo toma aqui sua completa acepção de dor e drama, mais além do sofrer-acontecer que descreve um processo sem nervos humanos.)

“Luta armada”, que foi? Nenhum caminho político; um impasse, e as conseqüências do beco. Onde encontrar uma política que saiba lidar com a violência sem submergir nela? Este caminho será bem mais ramificado que o rosário de ações armadas e refúgios clandestinos que serviram de patíbulo e renúncia a uma política sem nome, que se permanece hoje é como sobrevivência inútil de dinossauros sem dignidade para enfrentar o dilúvio. /

1972 — Fugindo por locais solitários, donde estava excluída toda possibilidade de militância política, Cláudio e ele experimentariam o mais lamentável dos exílios. Como que tivessem acordado de um sonho: a gente que encontravam vivia uma vida estranha e, se falava da ditadura, ela aparecia como um fenômeno distante, sem relação com as pequenas mazelas do cotidiano. Conversavam muito um com o outro, calavam-se diante dos outros.

/ Exílios.

O exílio, como afastamento, é uma das formas do silêncio. E vice-versa.

O exílio é o grande asilo para dissidentes. Não importa sua situação geográfica: o exílio é antes de tudo uma localização política e ideológica. Um dos meus exílios se passou no asilo, relativamente confortável, em Portugal, depois na França. Os outros exílios posso localizar

menos precisamente — e o palco foi *também* o Brasil... e depois: a esquerda, a família, a militância, e assim por diante. Não há pior desterro do que aquele que se vive no meio duma gente que fala uma língua que parece ser a nossa. /

4. Curto circuito

A hora ainda não chegou de autobiografias; preparemos hipóteses para autocríticas.

Sobretudo evitar escrever memórias artificiais onde se prova, mesmo sem querer, que se tinha razão. Não quero ter razão.

Quero conservar a lucidez.

5.

Nosso personagem trocava seu nome quase tanto quanto mudaria de casa. Durante a perseguição, qualquer suspeita de que a residência atual pudesse vir a ser localizada pela polícia provocava o abandono e a procura de novo abrigo. Na maior parte das vezes o “esvaziamento do aparelho” se fazia precipitadamente. Não poucas vezes, o tempo de que se dispunha era suficiente apenas para escapar, mesmo sem a maletinha providencial, onde tinha o mínimo indispensável para se ir levando.

Diz-se que o homem feliz é aquele cujas posses cabem nos seus dez dedos. Se é verdade, como a gente era feliz! A felicidade chegava, de quando em vez, a deixar inteiramente nuas as mãos: todo o espaço necessário para se ocupar do resto da existência. O senão nessa filosofia é que se lidava então com a subsistência. Numa sub-vida não há ocupação para nenhuma bonança.

Não ter nada não era razão também para a infelicidade. A gente descobre rapidamente que precisa de muito pouca coisa. Não é necessário possuir. A falta que os objetos deixam é como marca e símbolo: uma necessidade de se continuar nas coisas que a gente faz. Todo objeto é, mais que sua presença, uma ausência de alguém, do humano que lidou com ele. Uma cadeira é um negativo de quem se assentou nela. Nos trechos que acompanham a gente, vamos imprimindo nossa marca, que fica como ausência na coisa. Aí a gente vê, nessa ausência, a gente mesmo como era. Por isto vamos carregando aparentes inutilidades vida a fora: memória viva. Ao termos de abandonar drasticamente nossos pequenos cacos perdemos contato conosco mesmo, a vida passa a ser descontínua. Cacos.

Nosso personagem deixaria atrás de si coisas e nomes. Mas uma certa reação ao abandono se cristaliza num nome que o acompanharia vida a fora. Que se tornou também seu nome real. Ele adotaria outros, fugazes moradias. Alguns pegariam, como apelidos de gente que se parecesse tanto com o cognome que o nome próprio de pia e registro vira piada. (Tenho um amigo que traz na cara o cognome — ele é japonês — e mais um destes nomes de guerra que pegou: Mário Japa. Alguém um dia falando do nome “real” dele, disse:

— Mário, acho que é nome de guerra, não tenho certeza se ele se chama assim; mas Japa é seguro!)

Os nomes que nosso personagem escolheria seriam homenagens ocultas, com as quais se divertia. Marcelo, por causa de Proust, por exemplo. Em certa época resolveu seguir a série dos profetas bíblicos, não por causa deles mesmos, mas por uma antiga paixão pelo poema do Aleijadinho em Congonhas. A sucessão de nomes, que começou com Daniel, foi rápida, como se pode deduzir das circunstâncias calamitosas da época. Até que chegou em Habacuc.

— Este não! protestou Cid. Isto não é nome de gente. Em tudo quanto é reunião vai ter trocadilho pra isto.

Cid também escolhia seus nomes por homenagens íntimas. A triste psicologia dos policiais e de alguns jornalistas resolveu encontrar traços da personalidade dele nos nomes que esco-

lhia. Chamara-se César, anteriormente (também usara os pseudônimos de João e Célio, por homenagens também, mas os “psicólogos” deixaram de lado tal detalhe). Os psicopoliciais diziam que, escolhendo apenas nomes de grandes guerreiros, revelava sua paranóia, sua sede de poder e apetites congêneres. A campanha ideológica da época combatia os guerrilheiros em geral fazendo deles mitos onde colavam todas as taras que rondam a burguesia.

E no entanto é verdade que a escolha do novo nome tem seus mistérios, que não sonha a vil psicologia da polícia. Uma das relações com seus nomes, além da referência às esculturas amadas, Daniel descobriria ocasionalmente numa conversa com uma amiga de origem judia. Por alguma razão ela achara que Daniel era judeu. Num papo sobre um assunto qualquer ela falara no *barmitzva* dele.

— Mas eu não sou judeu, explicou.

— Ah, não? ela se surpreendeu. Bom, um problema de menos...

— Problema? E você acha que os judeus têm problemas no Brasil?

Ela refletiu um pouco:

— Como todo mundo, respondeu misteriosamente.

Daniel cogitou um pouco e se disse: “Infelizmente não sou judeu. Mas gostaria de ser. Seria uma explicação, talvez.”

Hans, que mais tarde seria Fritz e posteriormente Ruivo, escolhia nos nomes maneiras de despistar: era negro, cor que o evidenciava numa esquerda normalmente esbranquiçada. Questão de classe... pode se dizer. Lembro-me de um político (brasileiro) que comentava assim um comício (1980): “Muito popular. Estava cheio de pretos.” (Graças a Deus, não somos racistas no Brasil. Oh, não! Aceitamos sem maiores reservas que o povo seja *escurinho* e em certas ocasiões até nos orgulhamos do *criolêu*.) Helga também despistava no nome. E nas perucas louras que usava em ações, perucas disconformes que lhe davam um ar festivo de destaque de escola de samba. Na hora da ação ninguém notava o descompasso, principalmente os assaltados, apavorados com o mito que fez correr tinta nos

jornais e sangue — na cabeça dos jornalistas: a Loura dos Assaltos. Helga foi uma das intérpretes do papel.

A Loura dos Assaltos foi uma criação perfeita de repórter em falta de assunto. Divertíamos lendo as descrições de um personagem legendário: loura, linda, tinha pernas estonteantes, usava uma minissaia ousada e comandava bravamente todos os assaltos. Tinha a voz firme, o gesto decidido e o gatilho leve. Impiedosa, não mostrava comiseração. Escreveu, não leu, pau comeu. Anotem: desobedecendo à Loura, o pau comia.

Isto mesmo: o pau. E a importância do caralho.

Porque a Loura — ou a Nossa Senhora dos Assaltos — foi uma criação bem masculina. Não é preciso ir muito longe para descobrir num dos primeiros mitos que a imprensa iria inventar sobre os guerrilheiros a extraordinária carga erótica. A Loura era um tesão, e tesava.

O renovado Chevalier de Masoch fez escola com seus escritos literários. Mal sabia que discípulos brasileiros, masoquista até a raiz do vocês-sabem-do-que-estou-falando, iriam tomar das suas páginas a figura da Vênus Flageladora para explicar — ou desexplicar — um fenômeno inquietante: uma Mulher guerrilheira. Incapazes de reconhecer nas guerrilhas a mesma multiplicidade de figuras e comportamentos que tinha. O guerrilheiro, faziam das mulheres A fêmea; não AS mulheres, A Fêmea, com F maiúsculo. O F de *fálus*. A Loura dos Assaltos só tinha uma significação: a Mulher-Fálus. Natural. Numa época em que a castração era exacerbada — e a censura o que era? — o complexo de castração encontrava saídas e símbolos.

Todas as companheiras foram um dia A loura. A gente gozava, encontrava na lenda um aspecto folclórico, até mesmo inocente. Nunca se levou a sério o significado daquela invenção para as mulheres guerrilheiras. E o que se fazia era uma mistificação e um desrespeito. Uma segregação da mulher, um racismo descaradamente intolerável. Sim, não somos racistas. Apenas falocratas ingênuos. Mas a ingenuidade é sempre uma carapaça útil; ou um álibi.

Aliás, de maior serventia que outros estratagemas como os nomes, a cabeleira loura, ou outras manhas que usávamos para tentar enganar a polícia. Nenhum despiste tinha valor

maior. Não foi através de pistas mais ou menos copiadas de romances que a polícia encontrou e venceu os guerrilheiros. Nossos detetives usaram um método de investigação mais aperfeiçoado: a tortura. O interrogatório produzia assim suas provas de culpabilidade, fazia o réu confessar — inclusive o inconfessável. Para encontrar seus inimigos a polícia não precisou Sherlocks; mobilizou Torquemadas.

Tortura sempre houve — e continua havendo: qualquer preso (comum) pode falar longamente das suas técnicas. O que caracteriza a nova fase que começa no final dos anos 60 e encontra seu apogeu em pleno milagre econômico é que a tortura deixou de ser um simples recurso policial para ser erigida como “método de investigação da realidade”. Uma filosofia: cada filósofo tem um método de pesquisar a Verdade. A ditadura, filosoficamente, com seu método novo, não apenas investigava, como fazia sua verdade, extorquida com rigor, paciência e sangue. O mais extraordinário é ver como os mecanismos jurídicos evoluíram para se adaptar a este novo sistema filosófico.

6.

Num dos meus sonhos mais freqüentes, durante o período de clandestinidade, eu seria preso, ficaria numa sala nua, diante duma mesa coberta de papéis burocráticos, iluminada por uma lâmpada enforcada num fio balançando como um braço podre num ombro que sofre. Nesta repartição policial, antevéspera da cela, ficava; talvez sozinho, talvez houvesse alguém mais, eu mesmo, um outro, que já fora preso há muito tempo, que sabia de tudo como se não mais vivesse ali, mas além; um outro que era eu acordado, que explicava ao que sonhava que deveria ter paciência, que o jogo estava na minha paciência. Uma longa espera do começo da tortura, que não vinha.

Policiais entravam e saíam, como se não me vissem, eu perguntava então quando é que vão me interrogar, mas ninguém me ouvia, embora houvesse um rosto, sim, uma cara

associada a uma barriga globulosa, onde a camisa não fechava direito, deixando buracos onde a banha se estufava entre as pontes dos botões. Uma carranca má que ria plena de promessas de pavor, embora eu não conseguisse entender o que dizia, mas sabia que me anunciava que dentro em pouco seria a minha vez; porém o instante nunca chegava, e eu rocurava estar firme, é preciso estar preparado, não me desmoralizar, a dor deve me estimular ódio, não pode me levar ao pânico, a dor tem que ser vivida como se acabasse ao existir, como se não houvesse mais passado, nenhum passado, eu devo esquecer tudo; nem futuro, pois no futuro iria pensar que poderia ter sido pior: tinha que me agarrar ao momento do terror como se não fosse mais que instante, não existente, absurdo, pois um instante onde não haveria mais memória, nenhuma memória, por isto nenhuma esperança, nem expectativa e, por isto ainda, incapaz de produzir lembrança ou remorso. Na sala me desconcertava diante da impossibilidade de não esperar nada, pois tinha que esperar o momento de aniquilar toda esperança. Então começo a ouvir claramente a tortura, ou pode ser que joguem um torturado, um amigo que não reconheço, aos meus pés, eu me levanto, pronto, chegou minha hora, mas eles fecham a porta e eu acordava.

Talvez, não sei, por causa deste pesadelo repetitivo eu detestava ouvir relatos de tortura. Particularmente descrições mais ou menos detalhadas do tormento e dos torturados. Saber da existência da tortura, conhecer as técnicas utilizadas sempre me pareceu desagradável, mas necessário. Saber do nome e dos detalhes envolvendo um torturado sempre me foi terrificante.

Preparei-me longamente para ser torturado. Dia após dia eu esperava — como no sonho — o meu momento. Tive certeza, durante anos, que tudo era questão de tempo: mais cedo ou mais tarde eles acabariam me pegando. Minha preparação era exatamente esta: não imaginar nada que pudesse ocorrer, não figurar anteriormente nenhum suplício. Era preciso que não piorasse a dor real com a imaginação.

As notícias que me chegavam, enviadas por companheiros presos, não vinham aumentar meu repouso: fuge — me acon-

selhava um — os zômi tão secos em cima de você. Ou: vão te matar, com certeza. Ainda: estão todos atrás de você, do Cenimar à Banda do Corpo de Bombeiros.

Enfim, intranquilidade não estava em carência. Contudo — pois isso aí não era tudo — havia tanta coisa a fazer... Impossível pensar no perigo constantemente. Consciência, sem sufoco: melhor é esquecer, vigiando; ir adiando. Quando mais tarde não havia mais o que fazer, quando só tinha que fugir fingindo ser um outro, quando era só remanescente (bicho acoitado na fronteira da incivilidade), encontrei um jeitinho — maneira radical de domesticar ferocidade de caçador. Eu mais Cláudio decidimos assim: nunca mais vamos ser presos. Viramos gente de faz-de-conta, esquecemos completamente a polícia. Trabalhávamos como dois cidadãos perfeitamente legais. Cidadãos, perfeitamente, como todos, na mesma merda. Os documentos que tínhamos eram mais falsos do que as estatísticas otimistas do milagre, mas (aliás, como as ditas estatísticas...) com eles enganamos bem. Fomos passando o tempo. Cláudio chegou a ser modelo de publicidade. Fez um filme para televisão. Não era aí, certamente, que a polícia iria procurar a cara dele.

E no Brasil o mercado de trabalho tem a vantagem de oferecer bicos, trabalho clandestino, ótimo para clandestinos.

Enquanto militei — até 1972 — a situação, porém, era mais grave: meu retrato era divulgado mais ou menos frequentemente. Além do mais, de tempos a outros, a polícia se acercava de mim, através de quedas de companheiros. Embora não me prendessem, sabiam que eu estava por perto.

Os pontos — lugares de encontro — eram o maior perigo. A maior parte dos militantes foi presa assim, nos pontos caídos. Como eu sempre tinha um número gigantesco de contatos a fazer, em várias cidades do país, multiplicava o risco da queda. Pior, para mim, era ter de guardar de cabeça lugares, datas, horários, às vezes com semanas de antecedência. Exclua, evidentemente, a hipótese de deixá-los por escrito, pois nunca se sabe se o tempo será bastante para o banquete de banqueiro de bicho, isto é, se a polícia vai dar folga para engolir as minhas listas. Boa memória, sem problema, eu tinha; mas não

queria ter. Fazia esforço para apagar da lembrança dados comprometedores. Cheguei a esquecer, com sinceridade, o endereço dos meus pais...

Descobri que os métodos mnemônicos que facilitam a recordação podem ser empregados para borrar dados incômodos. Assim, quando sabia por exemplo um número de telefone que queria esquecer, aplicava-me a confundi-lo, exatamente da mesma maneira como se decora. Por exemplo, associando entre os números operações matemáticas, ou similitudes encontradas ao azar. O resultado: acabava decorando vários números hipotéticos, inúteis. Depois de alguns dias esquecia mesmo, irremediavelmente. Garanto a eficiência da minha receita. Empreguem, pra ver. Não garanto que seja eficaz para outros esquecimentos que se procura fazer, como por exemplo, esquecer dor de cotovelo. Aí a porca torce o rabo. Outros esquecimentos, como o da História em geral, não sei fazer. Mas se quiserem a receita, perguntem aos nossos tecnocráticos ditadores. São especialistas no assunto.

7.

Nem só na imaginação e no pode-ser ficou minha conviência com meus perseguidores. Várias vezes as coisas ficaram pretas. Pois lhes conto uns *causos*.

Uma vez entrei num ponto onde vocês, segundo grandes probabilidades, perderiam este fiel criado que vos fala de suas poucas e menos boas. Eu não conhecia muito bem a cidade onde estava. Tinha chegado, de ônibus, pela manhã, e deixara na rodoviária minha maleta. Fora conhecer a região do ponto, enquanto fazia hora. Era importante conhecer bem a localização dos encontros, para evitar surpresas e mais presas. O ponto fora marcado muitos dias antes, entre os números 300 e 500 de uma rua longa num bairro longe do centro. Nessa época começamos a usar o sistema de fazer encontros assim, evitando o *ponto fixo*. Naqueles dias não eram prudentes contatos realizados em lugares fechados e já era risco demais ficar

esperando parado no mesmo lugar. Mesmo que fossem dez minutos apenas. Além da mais estrita pontualidade, começamos a nos exigir uma mobilidade que tinha partes com a fluidez.

Cheguei ao lugar com muito avanço. Não tinha nada a fazer e saí caminhando com meu colecionador e meu "uniforme de estudante secundarista", um uniforme meio absurdo para aquela cidade, pois o escudinho da camisa era de um colégio dum outro estado. Passeei um pouco, visitando o bairro. O local do ponto era tranqüilo, uma rua larga, residencial, onde circulavam poucas pessoas. Casas pacíficas de jardins suburbanos. Poucos carros estacionados. Os passantes eram normalmente donas de casa saindo para as compras ou crianças que brincavam.

Esse cenário mudou quando tornei a passar por lá, num último levantamento, uns trinta minutos antes da hora fixada. Vários carros estavam estacionados nos dois quarteirões próximos. Namorados namoravam, sob o calor do meio-dia, encostados languidamente nos postes. Um namorado, velhote gordo, vestia um terno surrado e sua bem amada jovem não tinha medo do calor. Até mesmo esperava chuva, pois estava de capa. Considerando clima e hora, a capa da moça só prometia tempestades. Para mim, claro. Havia mais gente, mas não vi direito; muito sorrateiro, não encarei ninguém, pois se sabe que a verdade tem uma cara intolerável. A emoção foi forte quando virei na esquina e dei de cara com aquele imprevisto panorama. É agora, meu chapa, me disse e fui caminhando, sem mostrar, ou procurando não mostrar, os meus verdadeiros sentimentos para aqueles senhores e senhoras que, portanto, me preparavam uma recepção cuidadosa. Atravessei a jaula recentemente instalada. Cheguei mesmo a chutar uma latinha no chão; método de disfarçar, mas também de descarregar tensão. Igual a assobiar, só que assobiar é óbvio e eu queria apenas ser evidente e invisível.

Atravessei a área do contestado, sem nenhuma intenção de contestar, lentamente, carregando ressentimentos bélicos imprecisos, fui longe. Peguei um ônibus para a rodoviária. Para meu desassossego ele retornou passando de novo no local, dando-me tempo de apreciar o belo esquema que fora montado para me apanhar. Quando comprei a passagem de

volta para o Rio tremia como as famosas bases (de nossas instituições). O tremido ataca é depois da coisa.

Na hora H a gente sente uma tranqüilidade mórbida, a percepção aguçada torna o universo mais explicável, as reações ficam fáceis, quase naturais. Como quando, saindo do hotel onde dormira, percebi que a rua estava cercada e que os policiais pediam documentos aos passantes. Nunca soube por que faziam aquilo e não iria perguntá-los. A curiosidade tem limites, vocês hão de convir. Um dos tiras me olhou na cara e gritou: "Documentos". Imediatamente, reflexo condicionado de gente educada, levei a mão ao bolso da camisa e tirei... uma carteirinha de estudante. O homem nem se dignou a consultá-la, fez um gesto: "Passa". Passei. Fui tremer tranqüilamente alguns quarteirões adiante.

Tremer, mas tremer mesmo, foi quando dois soldados da PM me pararam na rodoviária, no Rio. Aí foi feio. Estava chegando de São Paulo, trazia uma pasta de documentos, dos quais o mínimo que se pode dizer é que seriam comprometedores até minha sétima geração: por exemplo, um documento que mais tarde seria o manifesto publicado durante o seqüestro do embaixador alemão, um "informe do Comando às bases" (título grande, em maiúsculas), uma carta do Comando da VPR a uma outra organização, com a qual eu era responsável pelas conversações de Frente que mantínhamos na época. Da maior simplicidade, como se vê.

Os soldados — e Deus sabe quais misteriosas razões os moviam naquele transe — resolveram me pedir documentos. Chegaram-se a mim, com voz de "otoridade", mão no coldre, cenho franzido, mas não puxaram as armas. Só um gesto vagamente ameaçador. Dei-lhes minha carteira de trabalho e minha carteira de identidade. Enquanto um me vigiava com a cara amarrada, outro averiguava os documentos. Não satisfeito tomou da minha mão a pasta e avaliou o seu teor. Eu tinha um revólver na maleta, mas não via razão ainda de arriscar. Afinal eram dois guardinhas, não eram do tipo que se assanhavam contra os "terroristas", aquilo para eles era um emprego e não uma opção ideológica. O que me preocupava era: por que me pararam? Desconfiaram do quê? Eu não

fizera nada excepcional, transitava como um viajante qualquer. Fiquei atônito, parado, enquanto o soldado que investigava a pasta fez um comentário de profundo valor estilístico:

— Eh, eh, tá feio isto...

E acrescentou:

— É tudo que você tem?

E não era bastante? Minha incompreensão só era menor do que meu susto. Não vacilei nem um segundo, foi também um reflexo condicionado pela boa educação que temos neste país: tirei do bolso um pacotinho de notas de cem. Deveria ter novecentos cruzeiros.

O soldado pegou o dinheiro e me devolveu a pasta, sem palavras. Saiu com o amigo contando a grana.

Saí dali completamente aturdido, não acreditando que fora tão fácil. Fora!

Para chegar em casa dei muitas voltas. Peguei táxi, peguei ônibus, fui à zona sul, voltei ao centro, andei e revirei. Ninguém me seguia, não era uma armadilha nova, tive certeza. Em casa fui recebido por Helga, com quem morava então:

— O que é que você tem? Que cara! Parece que viu a morte.

Achei sensacional a expressão que usou.

8.

Posso lhes contar mais detalhes curiosos, tanto das ações quanto das inações da clandestinidade, desde que evite correr o risco de falsificar a época nas astuciosas armadilhas da autobiografia. Se tento contar meus *causos* é porque quero saber os *nossos*, numa época. Falo duma situação, os exílios, porque ela é exemplar, mas não excepcional. O que um fez — ou faz, nas suas memórias — só é importante como indicador do fazer mais amplo em que todos metemos nossa colher torta.

Procuro, contando, limitar os riscos do engano.

Há curiosidades: o que fizeram os poucos que se revoltaram? Como é que era mesmo, os guerrilheiros? A curio-

sidade responde ao silêncio imposto. Ninguém sabia de nada que acontecia. Tudo era segredo, qualquer verdade humana era considerada tóxica ao fígado delicado da nação, a esta frágil abominação que se chama “segurança nacional”. Naturalmente, depois das tempestades de estupidez todo mundo quer a calmaria dos esclarecimentos. Mas aí complica — intervéem o que chamo de “riscos do engano”.

Ao se contar a “excepcionalidade” de um caso pessoal pode se cair na justificativa do injustificável. Como que se procura explicar por que alguns poucos, tão poucos, se rebelaram. Mas aí não há dificuldade nenhuma. Trata-se da evidência mesma. A simples referência à ditadura dá *todas* as razões do mundo à revolta e à insurreição.

A explicação que se pede é outra e se resume assim: por que, tendo em vista a situação da época, tantos e tão numerosos NÃO se revoltaram? Por que a ditadura conseguiu chegar tão longe na opressão?

Difícil também não é explicar os que tentaram uma ação desesperada. É explicar a ineficácia desta ação. O x da questão não é encontrar na vida de alguns as causas de serem diferentes, mas na vida de todos a permanência assombrosa da indiferença.

Hoje o mais importante não é permitir que os que se revoltaram se expliquem, mas garantir aos que permaneceram indiferentes a entrada no diálogo. Contar é apresentar motivos de conversações.

9.

Para mim, o período de clandestinidade se divide em duas fases bem distintas. A primeira, que vai até 1972, se caracteriza pela frenética intensidade duma militância que deu pouco ou nenhum tempo à reflexão. A segunda é a época de imobilidade e confusão, um exílio sem nome que se passava nos campos de um planeta desconhecido e triste.

Até a completa exterminação da organização onde militei, vivi apressadamente. Tarefas, urgências, “atividades concretas” do momento nos impulsionavam: acreditávamos, ou fazíamos por crer, que estávamos atuando, transformando o mundo. Ou: *preparando*. Nem que fosse porque estávamos salvando algo que já fora feito.

No período de formação dos grupos armados, as discussões eram regulares e intermináveis. A quantidade de clandestinos e a fúria da polícia não recomendavam, porém, encontros frequentes nos aparelhos. Era um risco enorme a realização de uma grande reunião, conferência ou congresso. Apesar disto, permanecia o velho hábito — pré-clandestinidade — dos grupos que debatiam afogados na fumaça dos cigarros. As reuniões eram mais tensas e cuidadosas. Já se tinha consciência da iminência da queda. Reunir dez ou vinte clandestinos num aparelho era, então, ameaçar uma organização inteira de desaparecimento imediato.

No entanto o Colina passou parte do ano de 1969 em debates, longas discussões que deram seus frutos. Conto-lhes um pouco a história desta organização que conheci de perto — já que permite entender melhor o esfuziante movimento de “fusões” e “rachas”, donde saíram tantas siglas. Para o leigo, a siglomania da esquerda é um profuso emaranhado, e a siglologia nunca esclarece muito. Qualquer novo grupo, bem antes de ter uma linha política clara, escolhia um nome. Mais uma vez, uma questão de nomes...

“Siglas, siglas, siglas” — escreveria Shakespeare, a quem faltariam “palavras” se tivesse de escrever um dia a tragédia do fracionamento da esquerda. Algumas letras, indicando às vezes uma absoluta falta de maiores diretivas políticas. Davam-se títulos siglares, como quem semeia. O campo era mau e não fez flores. Só novas siglas. Pouco importa, as rubricas de iniciais inciáticas constelaram um caminho de sucessivas divisões.

O Colina aglutinava alguns militantes do Rio e de Minas que tinham rompido com a Polop, que viria a se tornar o POC — Partido Operário Comunista — depois deste racha. (Quero que vocês apreciem a sonoridade dos títulos. Com os

efeitos acústicos de siglarização seria possível escrever uma simpática estorieta onomatopéica da esquerda falindo.) A nova cisão era conhecida com o nome pouco convencional de “racha da Polop” e quando teve que reivindicar uma ação viu-se às voltas com um problema: nenhum grupo pretendendo dirigir a revolução proletária podia se apresentar ao mundo com um epíteto tão ridículo quanto o de “racha-da-Polop”, que pode até passar por pornografia em áreas menos informadas e tendentes a ver besteira onde só havia uma ruptura altamente ideológica. Bom, não ficaria bem assinar um panfleto assim, exceto numa paródia. Mas a gente se levava a sério, uái.

Aí nasceu o nome: Comandos de Libertação Nacional. Levantaria não poucos problemas. A grande discussão do momento dentro do “racha da Polop” era a respeito do caráter da revolução neste país cujo maior herói não tem nenhum: uma parte — aliás minoritária — queria definir a revolução como uma “luta de libertação nacional”; outros definiam a revolução como já e diretamente socialista. “Libertadores” e “socialistas” viviam aí dentro em boa harmonia, tanto que para a ação a maioria do Comando aceitou o nome. Decidiram batizar com o nome “Comandos”, no plural, até que a organização escolhesse um título definitivo. Neste momento, quando se comunicaria o nome e para reivindicar o passado de glórias dos Colina, informar-se-ia *urbe et orbi* que os Comandos entraram para a... (nova sigla). O novo apelido nunca veio. Colina ficou servindo de referência — nome que não era verdadeiramente aceito. A Organização, durante todo o tempo que se chamava Colina, não se chamava (a si mesma) Colina; denominava-se “a O” (pronuncia-se: “Oh!”) e escrevia se abreviando O. (leia-se: ó pontinho).

A ó pontinho afinal cresceu. Reuniu em torno do racha da Polop outros agrupamentos, rachas e dissidências. Nesta época, é preciso que se diga, ainda não havia a inflação de siglas. Os grupos, modestamente, ainda se definiam como rachas, dissidências, fração, corrente etc. Traziam no nome o nome do pai, perdão, partido, do qual partiram (não se veja nisto parto nenhum).

Pois crescia a ó pontinho. Durante os primeiros meses de 69, em várias conferências de Frente, recrutou vários grupos menores, com os quais teria uma grande convergência de idéias. De fato, as idéias eram próximas, mas o que atraía principalmente os outros grupos ao Colina era sua *operacionalidade*. A O. conseguira montar grupos de ação e adquiria alguma capacidade militar.

Enquanto isto, em São Paulo, o racha da Polop local se unira a um grupo de militares, originários do MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário). Formaram um grupo, também relativamente ativo militarmente, que se chamou Vanguarda Popular Revolucionária. Esta VPR em julho de 1969 reuniu-se com o Colina (ó pontinho), resolveram se fundir e deste casamento feliz nasceu a Vanguarda Armada Revolucionária—Palmares (VAR—Palmares). Os nomes dos grupos revolucionários começaram a ficar cada vez mais técnicos: caso de VPR ou VAR; ou ligeiramente redundantes: vanguarda e popular e armada e revolucionária. Palmares inspirou-se nos Tupamaros, mas o adjetivo “palmarino” não parece corresponder ao espírito da nossa língua e o nome viraria um tetrassílabo — varpalmares — que valia porque cai bem no ouvido.

Na reunião em que resolveram se fundir, os comandos das duas organizações decidiram que a nova VAR—Palmares faria um Congresso Nacional para que a fusão tomasse efeito verdadeiro, “entre as bases”, para retirar uma “orientação política clara”. A VAR—Palmares era realmente uma organização grande. Tinha muitos quadros e adquiria meios materiais vultuosos.

10.

A VAR—Palmares pôde encaminhar o seu 1.º Congresso sob os auspícios da célebre “caixinha do Ademar”. Pouco depois de fundada, realizou enfim uma ação que o ex-Colina planejava longamente, mas ainda não conseguira levar a cabo. O “cofre do Ademar” foi um suspense de alguns meses.

Para começar, quando se recebeu a informação, o ceticismo foi grande. A dica vinha de “fonte segura” e insistia que num cofre guardado numa residência particular havia um tesouro em dólares. Pensou-se inicialmente num delírio de grandeza do informante. Este falava em dois milhões de dólares, “Impossível, dizia-se no comando, ninguém guarda uma fortuna dessas em casa.” O informante, porém, não dava o braço a torcer:

— Tem mesmo. Garantido.

— Mas você já viu o dinheiro? perguntava o companheiro que o comando enviara para “checar a informação”.

O informante irritava-se. Fornecia precisões. O dinheiro existia, ele sabia, vira, jurava de pé junto, empenhava a honra na veracidade do que relatava. E empenhava ao mesmo tempo o futuro, já que a ação o comprometeria definitivamente. Precisos: o dinheiro era parte (minúscula) da “caixinha” do Governador que roubava mas fazia. Pertencia ao “Dr. Rui”, como Ademar apelidara suas namoradas, e era uma prova de que, se nada mais fizesse, o íntegro homem público roubava de fato e fazia, pelo menos, presentes suntuosos.

Nem assim a confiança foi total. Houve quem duvidasse até o momento em que viu santomisticamente, o *money*. A ação deu trabalho. Exigia um aparato custoso. Depois de tentar realizá-la durante meses, num belo domingo tudo deu certo. E a recém-formada VAR—Palmares viu-se livre, pelo momento, das preocupações financeiras e eu vim a conhecer um novo amigo, um menino de cara séria que passara a informação e tivera que cair na clandestinidade assim que os dois milhões e meio de dólares mudaram de mão.

A ação, considerada então uma das nossas mais caras vitórias, passou despercebida. Os jornais, se noticiaram, reservaram-lhe algumas poucas linhas, perdidas entre notícias de delitos menores. Não fora o desavisado susto de um dos familiares que chamou a polícia, a notícia talvez nunca viesse a circular. Naturalmente a dona do cofre gostaria do segredo; mais que nós, inclusive...

Recebi meu amigo, recém-clandestino. Ia lhe levar comida, jornais e discutir política, no aparelho onde passaria seus

primeiros dias de clandestinidade. Muitos anos depois, em Paris, ele me receberia na casa dele, nos meus primeiros dias de exílio. Lembrou-se, brincando:

— Nunca deixarei sem casa o cara que me deu de comer!

Continuava com o mesmo ar garotão, preocupado, sorridente e interrogativo que o fizera, numa opção rigorosa, fornecer à VAR—Palmares um meio inestimável de encaminhar folgadamente as tarefas do momento.

Ganho o pão, faltava a revolução, e a VAR preparou plenamente o seu congresso para saber como e qual revolução faria. Aí percebeu que fervilhava de dissensões.

Em setembro/outubro de 1969, com dois meses de existência, a VAR reuniria quase quarenta delegados, num casarão no Estado do Rio. Um festival de barras pesadas que se viu durante trinta dias num debate tormentoso, com um clima de fim de festa. Resultou daí, e já, um racha que adotou o nome de VPR, mas já não tinha muito a ver com a antiga organização de mesmo nome. A nova VPR tinha militantes originários das duas organizações que se haviam fundido em julho, e adotaria uma orientação política distinta.

As reuniões que então começaram a escassear, na VPR tornaram-se raras. Não só por problemas de segurança. A própria produtividade dos debates era questionada pelos militantes: “Discute-se muito e não se faz nada.” O clima do Congresso da VAR—Palmares deixara cicatrizes. Tanto que os militantes da VPR se referiam a ele como “a tourada de Teresópolis”.

De todo jeito, as Organizações armadas (pelo menos as que conheci de perto) nunca resolveram a questão da vida política interna. As disputas que surgiam, em torno de questões nem sempre muito claras, levavam frequentemente a soluções drásticas, como o *racha*. As divisões foram inúmeras e adianta pouco relatar hoje em dia as divergências políticas que aparentemente motivaram os cismas. Ao entrar nos detalhes duma discussão de época, pode-se confundir se não se situa rigorosamente o quadro onde uma discussão foi feita. Antes de algum dia escrever a história fática das intrincadas e infinitas divergências, é preciso escrever uma história mais

globalizante que permita entender a evolução da esquerda no país. Resta muito a fazer sobre isto. O que é evidente é que nenhuma organização conseguiu superar o espírito de seita. Ninguém apresentou soluções melhores. Todas cometeram os mesmos erros. Nenhuma delas conseguiu criticar o mito do monolitismo do Partido. Todas elas acabavam reescrevendo a história da esquerda — quando não a história do país — como se toda a evolução pregressa não fosse senão a previsão daquela nova sigla que resolveria definitivamente os problemas da revolução brasileira.

Posteriormente, tanto mais raras se tornavam as discussões políticas organizadas, quanto mais freqüentes se tornavam os rachas e a realização de ações urgentes. De sobrevivência.

Neste aspecto a VPR é exemplar.

11.

A VPR nasceu criticando violentamente a VAR—Palmares. Como em todos os rachas. Nem sempre as discussões se passam num nível muito elevado e há sempre questiúnculas tornadas “questões de princípios”. A esquerda não é nisto diferente de nenhum grupo humano: nem sempre se discute o que se faz, muito comumente perde-se tempo em brigas de lavadeira — e o nome é bom pois se refere a um grupo de pessoas que se reúnem em torno de uma tarefa comum e nunca discutem as verdadeiras razões que fazem estabelecer entre elas (lavadeiras) relações pessoais determinadas. De todo jeito, a VPR criticava severamente o “imobilismo” da VAR—Palmares. Os que romperam, insatisfeitos, acusavam a VAR de burocratizar-se e trair os princípios da luta armada.

Então, mãos à obra. A VPR decidiu-se por uma estrutura operacional, militarizada. Formaria pequenos grupos de ação com autonomia, capazes de levarem adiante ações de guerrilha nos seus campos de atuação. A VPR, que herdou aproximadamente 40% do dinheiro do cofre e tinha um armamento

razoável, podia se dedicar a preparações mais complexas. Enquanto isto — e era o principal — montaria a Coluna Móvel Estratégica, a guerrilha rural, o destacamento móvel que na teoria da VPR viera substituir o “foco” guevarista. Enquanto não se decidia a área estratégica, que ainda não fora selecionada entre as inúmeras possibilidades que oferece o país, dava-se treinamento aos futuros guerrilheiros. Assim nasceu Ribeira.

Ribeira oferecia à VPR algumas vantagens práticas. Era uma área próxima das cidades onde tinha o grosso dos seus efetivos. Era uma vasta região de floresta, bastante acidentada, raramente povoada. O treinamento deveria, óbvio, passar despercebido. Não se faria nenhum “trabalho político”. Em Ribeira havia também muita caça, e alguns militantes conheciam a área por terem nela caçado.

Ao mesmo tempo em que montava sua escola de guerrilha, a VPR programava ações de vulto nas cidades. Não teve tempo de fazê-las segundo seus planos iniciais. As quedas vinham sempre ameaçar o trabalho começado. A maior ação que a VPR realizou neste período foi o seqüestro do cônsul japonês em São Paulo, uma ação feita às pressas para liberar companheiros presos que sabiam da existência de Ribeira e estavam sendo torturados barbaramente. Isto explica que se tenha pedido apenas cinco militantes pelo cônsul. O número levantou protestos. A maior parte dos companheiros queria ver liberados todos os que estavam presos.

Logo, logo, muito antes de dar seqüência ao seu plano de constituição, a VPR foi desmantelada, ou quase. Em abril de 70, os mais experimentados quadros urbanos foram presos ou mortos. O campo de treinamento de Ribeira foi localizado e cercado. Restaram na área alguns militantes que deveriam sair numa segunda leva — e foram estes que mantiveram os combates. Os primeiros que saíram puderam escapar pelas estradas, sem maior problema.

Eu estava entre estes primeiros. Saímos da área, sem termos sido vistos pelos helicópteros que começavam a esquadriñar a região. Chegamos até uma estrada, trocamos nossas roupas (já tínhamos escondido parte do armamento). Não estávamos seguros do caminho a seguir. Optamos pelo mais

fácil. Pacificamente, como fazem os habitantes das cidadezinhas próximas, fizemos sinal para um ônibus interestadual e seguimos. O motorista não deu sinal de achar que nossa atitude fosse estranha. Naquela altura, nossa cara, trabalhada pelos insetos, tinha perdido um pouco da urbanidade. Nossas roupas, depois de meses de mochila, tinham um ar miserável e cheiravam mal. Parecíamos camponeses vestidos para uma visita à cidade grande. Passamos por muitas barreiras que estavam sendo constituídas, cruzamos com inúmeros caminhões transportando tropas, mas ninguém ligou importância ao ônibus, nem parou para revistá-lo. Ainda bem. Estávamos carregados de armas e explosivos e dispostos a resistir, como tínhamos combinado. O exército acreditava que os guerrilheiros estavam implantados na área e iriam dar combate. Por isto, não se preocupava com os que circulavam.

Em Registro, cidade próxima, onde o ônibus parou, ouvimos os soldados que discutiam. Não comentavam nada que desse a entender que sabiam especialmente o que faziam por ali. Era freqüente que os soldados ocupassem militarmente regiões do país. A guerra era grande, constante e intocável. Os soldados, treinados na disciplina da ignorância, não deviam procurar entender. Estavam ali naquela guerra contra o inimigo invisível e não se preocupavam com uma das operações, corriqueira talvez, como tantas, daquele combate sem fim. A população, sim, comentava, voz baixa, supondo segredos. Olhava com curiosidade o aparato militar de filme de guerra. Não ousava, porém, questionar. Desconfiava, com receio, e isto bastava. Sentado em cima dum pacote de dinamite, eu fingia dormir.

Tinha uma tarefa a cumprir: levava comunicações ao Comando que estava nas cidades. Tinha contatos no Rio e deveria a partir de lá tentar integrar os companheiros que saíam comigo e preparar a recepção dos que saíam na segunda leva. Mal sabia que naquele momento a VPR estava praticamente destruída. Tinha sobrado muito pouca coisa.

As primeiras notícias, li no jornal que comprei assim que desci na rodoviária em São Paulo. Por ali não me dava

conta do desastre. Quando consegui rever os companheiros que tinham escapado, soube de tudo. Agora é continuar, eu dizia.

Continuar... sempre tive dificuldades com a palavra fim.

12.

O desastre. Do que sobrara no Rio: uma dezena de militantes, ainda por cima sem contato entre si que esca-
param, reuniram-se como puderam, com uma única orienta-
ção: um seqüestro que libertasse os companheiros presos. Em ~~torno da ação do seqüestro~~ do embaixador alemão, os militantes no Rio viveriam até o mês de julho.

Enquanto isto, a organização foi se recompondo. Até mesmo com um pouco de sorte contou. Encontraram-se militantes, ocasionalmente, enquanto passeavam perdidos pelas ruas das cidades. Inclusive Lamarca, que saíra finalmente de Ribeira...

A ação de seqüestro do embaixador alemão consumiu energia. Foi preciso um esforço enorme, num momento em que não se contava nem mesmo com o dinheiro da subsistência. Foi preciso fazer inúmeros assaltos, pequenos, atribulados. Alguns perfeitamente ridículos. Por exemplo, uma desapropriação num posto da Companhia Telefônica, que rendeu pouco mais de mil cruzeiros e alguns quilos de fichas telefônicas inúteis. Tínhamos poucos levantamentos, os bancos estavam bem vigiados e não queríamos arriscar todas as forças numa ação deste tipo. Todas as forças? Sim, porque o pouco que tínhamos era tudo.

O seqüestro apresentava complexidades que tínhamos que vencer. De fato, a polícia apreendera um plano detalhado da ação, que fora programada há tempo. Com isto, o embaixador passara a ter, além do policial de segurança que ia no seu automóvel, um carro que lhe dava cobertura com mais dois policiais. No entanto, com seus hábitos de príncipe prussiano, ele continuava seguindo o mesmo trajeto, nos mesmos horários,

como já se tinha levantado há meses. Assim sendo, a ação foi feita aproximadamente segundo o mesmo plano que a polícia conhecia.

E deu certo. Até alguns minutos depois do seqüestro, sempre imaginei que poderiam ter posto um sócio substituindo o embaixador. Pressupunha uma armadilha qualquer. Tinha mesmo procurado ver retratos do embaixador nos jornais, para confirmar que era ele mesmo que passava todos os dias com a sua Mercedes, naquela ruazinha de Santa Teresa. No momento em que estava frente a frente a ele, tentei puxar pela memória: era aquela cara que eu vira na fotografia? Em carne e osso ele me parecia muito diferente. Enquanto colocava na sua cara uma máscara com éter — para tonteá-lo um pouco, a fim de que ele não reconhecesse o caminho que faríamos — ele me deu uma boa confirmação:

— Isto é um absurdo. Sou membro do corpo diplomático.

— Sabemos disto. Por isto mesmo é que não é absurdo, respondi.

Ele ainda insistiu, cambaleando (fingia: o éter não poderia ter feito efeito ainda. Mas com o teatro queria livrar a cara. Literalmente):

— Não tenho nada a ver com o problema dos senhores.

— Isto é a discutir, filosofei.

Mesmo assim esperei a confirmação. Af o rádio disse: era!

E eu ganhei na discussão: ele tinha muito a ver com os nossos problemas, inclusive atômicos... Não *ele*, pessoa, a quem nunca tive o prazer de ser apresentado. Vi-o apenas duas vezes, na vida; uma outra, em Paris, mas ele não me reconheceu. Desta vez foi mera coincidência. (A vida tem destas... Vi também o embaixador suíço, que conhecia bem a minha cara, pois afinal passáramos quarenta dias juntos. Cruzei por ele, em Portugal, e tentei me esquivar. Não acho que ficaria tranqüilo se me reconhecesse numa límpida tarde lisboeta. Poderia imaginar: "Pronto, começou tudo de novo." Naquele momento tudo estava muito longe de qualquer começo.)

Dizia que ganhei na discussão. Tái a Alemanha e seu ministro do Exterior que não me deixam mentir. Muito pouco

diplomaticamente, o ministro alemão mandou uma *ordem* ao governo brasileiro: "Aceitem as condições dos seqüestradores." Sem vaselina. O ministro brasileiro respondeu, fazendo beicinho: "A gente aceita, poxa, mas não precisava ter mandado a porrada."

O embaixador alemão tinha tudo a ver com os "nossos problemas", como outros embaixadores. Esta é uma das vantagens da penetração imperialista.

A resposta da ditadura foi rápida. Liberou os quarenta prisioneiros sem maior dificuldade, senão a de reconhecer alguns dos que estavam na lista — e que tínhamos designado com nomes de guerra, por não conhecer o nome real.

Tínhamos discutido muito o número de companheiros a pedir. Hoje sabemos que poderíamos ter pedido muitos mais. Na época eu não tinha nenhuma certeza. Achava quarenta um número grande. Afinal, tinham saído apenas quinze no seqüestro do americano, cinco no do cônsul japonês. Meus companheiros sugeriam duzentos. No mínimo cem. Eu decidi por quarenta, porque levava em conta todas as dificuldades que tínhamos, muito mais do que as dificuldades que enfrentaria a ditadura com tal seqüestro.

Mas aquele seqüestro tinha uma finalidade muito mais defensiva do que deu a ver: queríamos realmente soltar nossos companheiros e este era o objetivo fundamental da ação. Considerávamos que entre eles estavam os melhores dentre nós e que liberados podiam começar a militar no exterior para melhorar nossa situação — e principalmente voltar depois de uma boa preparação. Começamos, porque não víamos saídas melhores, a desenvolver uma "teoria da volta". Falávamos em criar condições para receber no Brasil aqueles companheiros que já teriam tão grande experiência revolucionária, inclusive preparados militarmente noutros países. Acharmos, depois da experiência de Ribeira, que não haveria grandes oportunidades para uma área de treinamento no país: era utópico, não conseguiríamos avançar, a não ser que a área fosse imediatamente uma "verdadeira guerrilha", permitindo sustentar os combates e fazer um trabalho político no meio da população.

Dentro do país desenvolvemos amplamente a mitologia do "companheiro no exterior". Vice-versa: no exterior, os companheiros nos viam como heróis que iriam fazer o que eles não fizeram. Fora do Brasil, viviam fascinados com a "volta" e supervalorizavam as condições dos grupos que trabalhavam no "interior". A distância faz aplanar arestas e desenvolver santidades.

13.

Os banidos esperavam entrar na sua terra. Nós, por lá, partilhávamos — e já — aquele exílio. Que também pensávamos entrar nessa terra imaginária, o *nosso* Brasil e revolucionário, o grande plantio das maiores promessas. Voltaríamos todos quando afinal tivéssemos terminado os preparativos. Quando enfim acabasse aquele ensaio, deixaríamos cair as máscaras da estéril clandestinidade. À luz do dia, o sol imenso da Revolução nos aguardava. Paciência, há de chegar o momento: que nos preparemos. E a preparação se alongava.

Durante o restante do ano de 1970, a VPR se recompõe. No Rio, principalmente. Não que encontrasse militantes novos: reorganizava as poucas tropas dispersadas, tornava veteranos os mais jovens, que tinham vivido até ali como "aliados" ou "simpatizantes". Novas ações e muitas ações; pequenas, preparando grandes ações futuras. Nos seis últimos meses do ano, no Rio, nenhuma queda. Era possível planejar até, com alguma serenidade. Pouca. Mas suficiente.

Nenhum recrutamento. Nenhum crescimento real. Manter-se já era uma vitória. Evidentemente não era possível recrutar novos quadros. Onde? A VPR tinha cada vez menos contatos "exteriores". Como fazer movimento de massa? Como trabalhar em sindicatos ou outras organizações de massa? A relação com a massa fazia-se abstratamente, através da repercussão das ações. E daí? Sem trabalho junto às massas não havia como encontrar adeptos.

E o medo. Medo? Não: pavor. A maior parte dos simpatizantes e aliados desertavam; as ameaças eram absolutamente apavorantes. As notícias pavorosas de torturas chegavam a todos. Não há ninguém — nas camadas da população onde a esquerda tinha contatos — que não soubesse perfeitamente dos horrores. Só não eram publicados, o que parecia tornar o terror relativamente secreto e menor. Curiosamente, só depois que as notícias de torturas começaram a ser divulgadas é que elas começaram a afetar realmente os que já sabiam delas. Publicados, os fatos escabrosos (que se sabiam) começaram a ter mais *realidade*. Muita gente, que conhecia — e não só por ouvir dizer — os casos de tortura, ao ler as denúncias tomou consciência da extensão do fenômeno. É fanfarrástico como a imprensa faz a realidade!

As torturas e suas narrativas — eram uma espécie de segredo da gente de esquerda, cochichado como se fosse indecente falar desta imoralidade em alta voz. Eram também motivo de desistência. Tantas vezes, conversando com simpatizantes tive a impressão de que a opção que se apresentava não era pela militância e por uma tentativa de fazer a revolução. Optar pela luta armada parecia uma opção pela morte ou pela tortura! A derrota já estava clara e inevitável para todos que viam os grupos armados do exterior. E no entanto havia esperanças. Oh, sim: muitos se entusiasmavam quando uma ação vitoriosa tinha uma repercussão enorme. Ah, esperavam que a guerrilha viesse a crescer e produzir mais vitórias contra a ditadura.

Por mais esperança que inspirasse, nem por isto a esquerda armada inspirava ações reais: apenas e tão só expectativa. Ninguém, naquele estado de coisas, queria correr o risco absurdo. Onde a guerrilha tiraria os seus quadros? Mistério...

Ah, sim: os muitos bons revolucionários no exterior... Então vamos nos preparar para buscá-los. E depois, também no campo, a coisa mudaria de figura; a guerrilha rural facilitaria ampliações. E até lá? Ninguém.

Numa ação em que a VPR fazia "propaganda armada" deu-se um caso interessante e cheio de alegorias. Foi desapropriado um caminhão de víveres de um supermercado e

os alimentos foram distribuídos à população numa favela. O objetivo da ação não se reduzia à simples distribuição de gêneros, nem passava pela demagogia numa caridade avessa, naturalmente: o que se queria era dar um exemplo. Dizer: "Quem tem fome, tem que buscar comida e este é um método. O povo tem que fazer isto que estamos fazendo. Só a luta armada etc..."

Bom, no decorrer da distribuição, recebida com alegria frenética, um dos habitantes da favela chegou-se a um companheiro:

/ — Pô, como é que se faz para entrar numa dessas?

Imaginem bem a resposta do companheiro. Hein? Difícil, né? Pois lhes digo: nenhuma. Absolutamente impensável que desse ao pretendente a guerrilha um endereço. Tipo: "o *bureau* de recrutamento da VPR fica na rua tal, número qualquer coisa". Não podia também dizer: "A gente se encontra mais tarde", e dar um ponto. E se o cara fosse policial? E se fosse uma artimanha?... De tudo, resta que o companheiro disse abstrações sobre a revolução em marcha, o povo e o futuro radioso.

Ações desse tipo eram muito "gratificantes" — como se dizia — porém não solucionavam os problemas mais graves que minavam as organizações armadas. Fazer uma revolução sem saber que Revolução se está fazendo não é fácil!

Havia uma questão a ser resolvida: a articulação com a massa. As propostas variavam. Pretendia-se que tal articulação pudesse se fazer através de destacamento das vanguardas trabalhando junto ao movimento de massas. Isto não era uma solução, menos ainda uma rima, apenas um quiproquó: a "articulação" vanguarda-massa era confundida com uma forma mecânica de contato dos grupos de guerrilha com a população. A palavra "articulação", de valor metafórico, prestava-se provavelmente à confusão. Falava-se, portanto, do contato físico, não das relações dialéticas entre vanguarda e massas.

Claro, a questão está no que se compreendia como "movimento de massas". Naquele momento a massa recuava, a fase da repressão impedia qualquer avanço. Para a luta armada — tal como ela se apresentava — não havia solução,

« não ser que a massa se rebelasse, se levantasse em armas. É preciso lembrar que o argumento principal que justificava a guerrilha afirmava que as condições objetivas estavam dadas, que a massa estava preparada para a insurreição. Esta avaliação incorreta está na base mesma da derrota. »

Se de fato a insurreição armada correspondesse ao momento político, não haveria tal dificuldade de *articular* vanguarda e massa. A continuidade dos destacamentos armados seria garantida (como foi parcialmente em 68/69). Novos combatentes acabariam chegando aos grupos já formados. Novos grupos se formariam lentamente, novas formas de luta — e mais originais — surgiriam na massa, que tem a criatividade inesgotável, como tanto se diz, né mesmo? A pressão dum verdadeiro movimento revolucionário faria crescer todos os pequenos destacamentos de guerrilha. A complexidade crescente das ações que passariam a ser exigidas faria unificar as siglas, em vez de dispersá-las em fracionamentos infinitos.

A idéia de que a massa permaneceu "imóvel" e de que a derrota foi causada pelas formas de organização e luta adotadas é um produto ideológico típico das organizações falidas. Primeiramente porque tem a idéia messiânica de que a massa não se *move* sem a direção numa *vanguarda*. O que é perfeitamente absurdo. Não foi nenhuma vanguarda que impulsionou os mais importantes movimentos que existiram no nosso país. As "vanguardas" aproveitaram-se disso, claro, cresceram com isso. E só provaram que não foram vanguardas: porque nunca foram úteis para dar continuidade às lutas que começaram "espontaneamente". Em segundo lugar, as táticas (formas de organização e luta) só vieram agravar uma derrota que já estava inscrita numa estratégia incoerente.

14.

A VPR nos meados de 70 entrara numa Frente de Ação que agrupava algumas das mais importantes organizações daquela época. Preparava novas ações, particularmente seqües-

tos feitos simultaneamente em varias cidades — um plano ambicioso, do qual participariam todas as organizações da Frente. A idéia seria fazer a “epidemia de seqüestros” durante a comemoração da Semana da Pátria. Os objetivos políticos eram muitos — e não pequena era a vontade de libertar todos os presos. O plano não deu certo. De todos os seqüestros programados, apenas foi levado a cabo o do embaixador suíço, pela VPR. As outras organizações da Frente acharam, no decorrer das discussões, que não havia sentido naquele programa. Já percebiam que o momento exigia uma outra orientação política — mas esta “outra” não tinha nenhuma forma identificável ainda.

Já então a VPR não tinha meios de se transformar: mergulhara na dinâmica da sobrevivência, aí se cristalizara. Para ela, a ação imediata era a única viabilidade. A reflexão estava excluída, por ser um impasse.

A dinâmica da sobrevivência não existia apenas sob um caráter prático. Impunha uma ideologia específica. As linhas de todas as organizações convergiam, numa forma pré-crítica, à justificação da dinâmica da sobrevivência e suas regras e sua lógica. Mais: canonizavam as formas da dinâmica como expressão da “verdadeira prática revolucionária”.

A lógica da logística, se quiserem.

A prática da organização política era definida como uma atividade *preparatória ao político*, como se a ação política fosse uma peleja para a qual se treina anteriormente. O caráter do “treino” variava segundo as organizações e suas visões políticas: algumas falavam do *treino* militarmente (preparar o foco, a coluna, os grupos armados urbanos etc.); outras falavam de uma espécie de “treino” teórico ou ideológico (análises que faltavam, penetração nas massas, fortalecimento junto às massas etc.). Nunca se falava, porém, da política que *se fazia*, ao se dizer que *se fará* política... Porque a “preparação” é já uma política, qualquer que seja ela. Só se faz, ou se fará, *fazendo*. O que me parece caracterizar a ideologia da “dinâmica da sobrevivência” é esta incompreensão do tempo político, a *criação artificial* de um “momento de espera”. Este intervalo preparatório, de fato inexistente, fundava uma

autodefesa da organização enquanto seita, enquanto aparelho a ser conservado contra todas as intempéries. Qualquer seita organiza em torno dessa idéia messiânica que fala de um grupo de iniciados que se prepara laboriosamente para o advento de um mundo melhor. A seita age falando que não age: que sua ação será real no futuro quando a *sua* verdade se generalizar, quando chegar o momento da revelação final. Antes dos tempos futuros da Glória, a Seita sobrevive, virada para dentro de si mesma. Eu penso que a “dinâmica da sobrevivência” é esse conjunto de relações políticas e ideológicas que foram criadas nas atividades e dificuldades da esquerda armada e que levaram a transformar os grupos armados em seitas de iniciados.

Não, que esse fenômeno não é apanágio da esquerda armada. Muitos grupos políticos, de propósitos mais ou menos revolucionários, caem na “mística do aparelho”. A Organização, ou Grupo, ou Partido é o *Instrumento*. Ele deve ser conservado acima de tudo. Não importa que não seja coerente, que sirva a uma certa prática. Pouco importa: o Instrumento é intocável, ele tem *historicamente* razão, embora presentemente não faça senão erros catastróficos. Os erros são táticos. O futuro (que, em outras formulações, a Deus pertence) pertence ao Partido, ou O., ou Seita. O Instrumento já não mais se dirige a uma prática determinada, mas sua *prática* — qualquer que seja — se justifica pela existência e permanência do Aparelho.

A situação é ligeiramente surrealista. O organismo foi constituído para desempenhar certa função; a tarefa revelou-se impossível para o Instrumento. Então, não se muda o Aparelho, justifica-se a prática atual. Quer dizer, nesta perspectiva a enxada sempre tem razão, a terra é que está enganada...

O Partido se justifica por si mesmo. Este preceito a esquerda armada apreendeu do stalinismo, que criticou tão superficialmente.

Enquanto não sair da sua igreja, o mundo da esquerda será cheio de santos e imagens pias, que ela sai passeando às vezes em procissões que acabam voltando *ad locum tuum*: altares silentes.

Com as dificuldades surgidas com o seqüestro de dezembro, a VPR viu-se às voltas com uma crise política cuja característica principal foi a indefinição e o descentramento dos temas. Os assuntos abordados polemicamente escondiam o pantano de questões reais e irrespondíveis. Diante da sua própria fraqueza, incapaz de responder às manipulações da ditadura, a VPR falava, sem pronunciar, da derrota. Atestado de óbito, escrevíamos no panfleto a ser divulgado no seqüestro do suíço: “Em nome do povo declaramos guerra à ditadura.” Raramente se escreveu no país maior despropósito.

Não me lembro de nenhum outro momento onde o caos político tivesse sido tão devastador. O quadro lamentável dum grupo revolucionário que se encontra imobilizado era completado com uma outra crise nos Coletivos de militantes no exterior. Por razões diferentes, abordando temas e maneiras distintos, os banidos viam-se igualmente perplexos. A palavra perplexidade resumiu tudo.

Não era apenas uma crise a mais: o fim não estava longe. Tudo somado, todas as desgraças vieram juntas. A VPR se esfacelava. Nem mais “rachava”, dissolvia-se. Alguns desligaram-se da O. Inclusive Lamarca, que ocupava o cargo de Comandante-em-Chefe, que na estrutura militarizada da VPR correspondia ao membro do Comando Nacional com direito de veto nas operações militares. Terá sido a primeira vez que um Comandante desliga-se do seu exército, sem dissolvê-lo. Isto se explica: apesar de tudo, a VPR não era um simples destacamento militar. Se os militantes continuaram, deram para isto razões políticas.

Neste transe — que aquilo outro nome não tinha — as quedas tinham desfalcado enormemente a organização. Uma série de quedas, aparentemente inexplicáveis, reduziu os efetivos da VPR a menos de vinte quadros! No Rio, onde sempre estivera a parte mais ativa da organização, restaram exatamente seis militantes. Soube-se depois que a VPR tinha sido infiltrada pela polícia.

Surgiu então, e tão tardiamente, mais uma proposta política que era uma tentativa de autocrítica, escrita principalmente para os Coletivos no exterior, com o objetivo implícito de não deixar que a experiência que vivêramos fosse uma derrota inútil. Se não era mais possível recuperar o que fora perdido, pelo menos que não se perdessem as lições da derrota. A proposta argumentava — sem fornecer maiores dados, nem descrever a situação real da VPR no Brasil — que não era possível continuar na mesma trilha, mas que ainda haveria tempo para uma autocrítica. Caracterizava a militância da VPR como resultante duma “dinâmica da sobrevivência”. O documento que resumia este ponto de vista propunha um congresso, a ser realizado no exterior (é natural: como é que dez clandestinos iriam receber no Brasil os delegados dos banidos?), onde se definiria uma nova linha política que permitisse romper o círculo vicioso duma dinâmica que produzia, ao se reproduzir, uma ideologia sem crítica. Era preciso “desmobilizar a O.” — isto é, romper com uma política sem saída cuja única finalidade era persistir, sobreviver. Não havia novidade nessas idéias. Muitos já teriam levantado questões semelhantes, anteriormente.

O cara que escreveu tais “ousadias” foi acusado — simplesmente — de “destruir a organização”. Por ter proposto o tema de discussão e ter falado na necessidade de desmobilização, foi considerado responsável pelo extermínio da VPR. Na crise, com a divisão dos Coletivos no exterior, foi formado um curioso “tribunal revolucionário” que condenou o “desmobilizador” à morte. Não estou inventando um conto kafkiano. Felizmente o tribunal tinha capacidade de julgar, mas não podia colocar em prática sua soberana decisão: faltava gente. Os juízes estavam todos fora do país e não tinham nenhum contato eficaz no Brasil.

Isto explica que eu tenha escapado desta também...

Ah, sim: um dos juízes, feroz defensor da integridade revolucionária da VPR, era o Cabo Anselmo, policial infiltrado que foi responsável pelo desmantelamento final do que sobrara da VPR no Brasil.

Como é que um único policial infiltrado consegue fazer um tamanho estrago, atuando durante meses sem que sua ação levante nenhuma desconfiança?

Neste enredo de indigência muitos ensinamentos,

Anselmo, cabo da Marinha, tornara-se conhecido nas ações políticas anteriores ao golpe de 64, como importante liderança do movimento dos marinheiros. Depois do golpe, viveria algum tempo no exterior. Voltaria ao Brasil em 1970, e nesta ocasião ainda não era policial. Tudo leva a crer nisto. Por exemplo, sei que ele teve contatos com Lamarca, que vivia então no Estado do Rio. Como qualquer companheiro, Anselmo foi transportado num carro, sem outra precaução de segurança do que pedir-lhe que fechasse os olhos para não ver o caminho. Teria todas as oportunidades de entregar alguns dos mais procurados guerrilheiros de então.

Parece que Anselmo mudou de rumo quando foi preso. Virou a camisa e não apenas por medo ou pressão insuportável. Fez verdadeiramente uma opção ideológica e passou a trabalhar serenamente para a repressão, não hesitando diante de nenhuma abominação. Até aí, o caso é espantoso, mas compreensível humanamente. Digo compreensível em sua incompreensibilidade; não digo justificável ou digno de tolerância. Enfim, um militante que trai não é nenhuma novidade. E pode fazer misérias dentro de um grupo clandestino. Sua ação nunca vai, porém, muito longe — sempre acaba sendo descoberta. O pior do caso de Anselmo não está nesta vilania de um infeliz covarde.

Acontece que companheiros que foram presos a partir das primeiras denúncias de Anselmo souberam que ele trabalhava como agente policial. Mandaram avisar, com detalhes absolutamente rigorosos. A informação não dava margem a dúvidas. A notícia chega ao exterior no momento em que a crise política chega ao seu apogeu. A desagregação era tão grande que mesmo uma informação deste teor podia ser considerada uma “manobra politiqueria”.

Muitas vezes se vira na esquerda acusações da maior gravidade serem usadas como armas num debate onde sob a

apa da política se lançavam difamações. Circularam várias vezes calúnias, taxando alguém de agente da CIA. Tudo começava com uma afirmação de ordem geral, política: “A visão do companheiro é *objetivamente* reacionária. *Objetivamente* está a serviço do inimigo de classe. *Objetivamente* serve à polícia.” Daí a concluir que alguém era (*objetiva e subjetivamente...*) agente policial, era um passe de mágica.

Tática ignóbil, mas freqüente. Num número da Voz Operária, órgão oficial do Partido Comunista Brasileiro, foi publicada, em 1970, uma notícia onde se falava de uma “suspeita” que pesava sobre Carlos Lamarca: ele teria sido acusado de pertencer à CIA. O jornal não analisava a notícia, não avaliava a fonte, nem mesmo afirmava que Lamarca era realmente agente. Apenas transcrevia a notícia, como se fosse um boletim meteorológico, com a maior *objetividade*. Não, isto não foi lido no O Globo. Foi na Voz Operária, órgão central do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

O clima deteriorado da VPR, em plena derrota, permitiu que a informação fosse posta em dúvida. E no entanto, a evidência era enorme e gritante. Não se tratava de uma mera suspeita, mas de uma informação apoiada em dados seguros e *verificáveis*. Anselmo fora preso, a notícia correria, vinda de várias fontes. Aparecera depois no exterior, contentando-se em desmentir. Contara uma história inacreditável e cheia de contradições, onde as evidências eram explicadas por fantásticas coincidências.

A crise era tão intensa que Anselmo conseguiu manipular afrontosamente a verdade. Pior: participa de um grupo que envia de retorno ao Brasil inúmeros companheiros.

Como as suspeitas começam a tomar corpo, a veracidade da informação parecendo incontestável, procurou-se averiguar seu conteúdo. O método de verificação não foi buscar a fonte da informação; foi questionar o... Cabo Anselmo!

Teatral, o policial apelou para a hipocrisia. Tira o revólver da cintura, coloca sobre a mesa, compungido:

— Se vocês acreditam nesta infâmia, podem me matar.

Sensibilizados pelo gesto, os companheiros botam panos quentes. Fazem autocrítica.

Os que retornaram e faziam um trabalho no Nordeste do país foram presos. Dezesete mortos. Anselmo desapareceu desde então.

Ingenuidade?

16.

Terminou assim, esta pequena história. Em silêncio. Há mortos, porém, que pedem justiça.

É, pois é. Pois não. Pois não há com o que escrever uma epopéia, com tal material de derrotas. Armas e barões assassinados por uma época policíaca, se perderam na confusão em perigos e guerras, esforçados, sim, mas munidos dum inviável projeto político.

Nem mesmo um romance de aventuras: a triste e feia aventura se vivia nas ruas, na desolação da multidão, anonimamente.

Eu me vi, de repente, no final de 71, velho, muito velho diante dos meus inúmeros vinte e cinco anos. Remanescente. Podia ter desesperado. Mas estava só.

CONTOS POSSÍVEIS DE 1970

Janaína prateava a espuma na praia do ano novo. Rio, zona sul, as areias iluminadas de velas e vestes brancas, multidão, cerimônia, batuques.

O ponto era meia-noite, diante do cinema. A multidão zumbia, fervia. Mesmo gargalhadas.

O mundo cheirava a mar noturno, pulsava preparando-se para uma nova década. Geraldo viu Camilo que vinha da praia, sandálias na mão. Tropeçava nas ruidosas alegrias de passantes que ocupavam o fim do ano.

— Fui tomar um passe.

— Vai ser preciso mais que isso para agüentar este ano inteiro...

— Feliz década de 70, Geraldo. Esta é a nossa!...

Comemoração, ingênua esperança. A década da revolução deveria ser aquela que começava em dádivas. Anos do caminho para... para o quê? Para a libertação, sem dúvida. Muito tempo depois, Camilo, que naquele dia de ano se chamava Carlos, lembraria dos sonhos que se fazia naquele primeiro minuto dos anos setenta: (não sei se acreditava mesmo naquela previsão ou se tudo não passava da minha tendência ao misticismo das palavras, como se as coisas pronunciadas tivessem força de invocação de formas futuras. Precisava falar alto, chamar a revolução, não porque eu duvidasse dela, mas para não me sentir excluído do seu caminho).

Foram quatro a se encontrar no ponto, pouco depois do estrondo da meia-noite. Alegres desordens. Jonas e João vi-

nham rindo, como se ri nas festas falsas, com uma certa encenação, que valia decisões para um tempo dito novo. Sem graça, nem envolvimento, participavam atavicamente na fé do ano novo, como se a mudança do calendário fosse uma objetiva proposta de renovação. João dizia que tanto faz como morar quanto fingir esquecer: "Não tem sentido, superstição". Definia superstições por todo lado, como método de não deixar levar por sentimentalismos. A gente em volta, que não estava triste, berrava hinos informais.

Camilo supôs, para justificar sua emoção de estar na multidão, fundido na homenagem à Iemanjá: "O tempo, sim, objetivamente, não quer dizer nada. Um ano é apenas convenção. Mas a mudança do ano realmente muda as coisas, exatamente porque é invenção e as pessoas se querem mudadas. Pensa que no ano que muda há uma real transformação: no humano que mede o tempo." Isso lhe bastava para querer se misturar nas ofertas e nos votos melhores.

Muitos anos depois, Camilo que se chamava Carlos (e quem mais? Manuel, Alberto, Felipe...) deveria dizer, como quem pergunta: (naquele instante toda esperança ainda era real. Houve uma ruptura — quem sabe se não no apogeu daquela batucada que chamava a nova década —, um rompimento despercebido onde a força de revelar o futuro foi substituída pela inércia de desconhecer o atual.)

Os quatro conversaram um pouco e dividiram as tarefas. Partiram, logo depois, em dois grupos, para levantar os embaixadores em vista: aquele ano seria pontilhado de seqüestros. João e Geraldo deveriam levantar uma festa numa embaixada de Botafogo; os outros iriam circular diante dum palacete no alto de Santa Teresa.

Naquele momento tentavam fazer um fichário dos hábitos de todos os membros do corpo diplomático (e não só...) que circulava no Rio. A escolha da recepção pertencia a um plano de detalhar os movimentos dos diplomatas fora dos horários de trabalho. Poderia ser mais fácil surpreendê-los numa festa, numa badalação social descontraída. Talvez nesses descansos dos guerreiros a segurança baixasse a guarda.

A bela embaixada flutuava maciamente sobre seus jardins numa luz morna que não parecia ter origem. De longe a movimentação excitada, como se aquela gente rica realmente feliz e fácil. Mas não se escutava ruído ou gritaria, embora eles imaginassem dentro do carro estacionado, fardados, a sonoplastia educada e preguiçosa dos grandes salões burgueses. O grande castelo de fadas abria seus portões de ferro (ferro sim, porém torneado e belo) a príncipes, a fadas e outros bruxedos do poder. No parque bem comportado, onde se regularizava com impaciência os excessos da natureza, a vegetação às vezes exuberante, deslizavam elegâncias, coleções, ostentações e gentilezas, perversidades, enquanto uma orquestra numerosa se agitava, servindo e compondo o estranho minuetto do bem viver dos eleitos.

Um empregado veio até o portão, trazendo uma bandeja de copos. Esperou um momento, tirou as luvas brancas e começou a se abanar com elas: o calor colava. Gente que estava na sombra exterior dos muros veio pegar um copo e voltou à obscuridade.

— Viu quanta gente?

— Tem polícia por todo lado. Olha dentro dos carros... Além do motorista, vê?

A região estava ocupada. Além da frouxa vigilância militar oficial — poucos guardas fardados — movia-se na periferia da luz confortável da embaixada uma outra criadagem, que tentava passar despercebida. Mas que brilhava e berrava como todas as evidências, como todas as ameaças.

— Olhalá o homem. A chapa CD...

— Viu a cobertura?

— Tá apenas o mesmo bigodudo do lado do motorista. Ele vai embora, acho.

Tentaram seguir a elegante Mercedes-Benz, no meio de um lento tráfego, quando João, ríspido, perguntou se Jonas estava armado:

— Não olhe para trás, creio que estamos sendo seguidos.

— Neste engarrafamento? É difícil.

— Tem um Volks escuro com dois tipos dentro, que me parece ser o mesmo que estava atrás da gente em Ipanema.

Jonas olhava para a frente. Com a nuca coçando. Uma terrível vontade de olhar para trás. Para não receber pelas costas um tiro, sem saber. João pegou seu 9mm no porta-luvas. Jonas engatilhou seu 45. Em silêncio. Todo o silêncio do mundo. Rolavam no barulho impossível do festejo. Duas vezes Jonas interrogou e então, Jonas dizia não sei. Deram voltas, meia-volta, fugiram do engarrafamento. Aceleraram. Provaram. João confirmou; não tem nada.

A nuca de Jonas voltou a ser flexível.

Logo depois despediram-se, combinando ponto para amanhã. Continuariam o levantamento.

Geraldo cairia na clandestinidade alguns dias depois.

Passeava de manhã sem rumo, com seu livro e apreensões. Não tinha humor para ler. Guardara sua maleta — tudo que possuía — na rodoviária. De noite procuraria um alojamento.

Deve ter sido na intensidade solar daquela manhã que descobriu que cada instante era único e absolutamente insubstituível. Nunca mais se repetiria aquele segundo. Esta sensação: fundamento da memória.

Lembrava coisas, com a certeza de que recordaria sempre aquele dia.

Pela primeira vez dormira num hotel, declarando um nome falso, impressionado por estar sendo procurado pela polícia, admirado com a indiferença de todos, seguro que seria reconhecido e preso nos próximos minutos. Era uma questão de tempo; se cada hora adiava a queda, era apenas um pouco de liberdade antes do inevitável.

A clandestinidade passa primeiro por esta confusa intuição da inevitabilidade. Liberdade provisória. Também condi-

cional. Todos os atos são formas de adiar, anular o tempo de uma prisão para a qual nunca se estará preparado.

Impossível viver tateando o abismo. O esquecimento da condição funda a única hipótese de sobrevivência, sem medo.

O maior inimigo passa a ser temê-lo.

Refugiar-se na consciência da transitoriedade, adaptar-se à mobilidade. A realidade é um fluxo de verdades imbricadas, em cada momento uma verdade sobrenada no maremoto da fuga constante. Única solidez, o momento do ataque, da ação, o momento em que se escapa da clandestinidade.

Dormira bem, que sim, dormira bem. Sem sonho, vale dizer, sem lembrança do sono, senão sensações físicas inexatas que continuavam vivendo um mundo intermediário. Reconhecia seu desconhecimento da cama, de outros estranhos ao lado, impessoalidade formal do hotel. A maleta com seus poucos objetos era seu marco, descansando sua desordem no alheamento do quarto que nunca mais veria de novo. Ainda não sabia que todas as suas manhãs por muitos anos seriam visitadas por este minúsculo confronto de impessoalidades. Chão dos outros, de ninguém, leitos de empréstimo, móveis de passagem.

Por enquanto era sua primeira manhã, no seu primeiro hotel, onde pernoitara sua recém-clandestinidade. Acordado, dava-se conta que era outro, que nome mesmo? Sim, não esquecera. Se tivesse sonhado, sonharia o sonho deste Antonio Queiroz Silva. Por isto não lembrava sonho, já que não esquecera o nome menos transigente que era o seu, soando a estrangeiro e cheio de raridades próprias. Os nomes que teria, tantos quantos, durante os anos seguintes, eram sempre inesquecíveis de brejeirice, de associações de brasilidades bárbaras: souzas, ramos, silvas, carvalhos, oliveiras. Passou por todas as frequências que enriquecem colunas inteiras do catálogo: forma mais simples do anonimato, chamar-se como todo mundo. Refletiria que ninguém se chama realmente como todo mundo. Mesmo João e Maria e Francisco e Silva e Souza, quando são, trazem um selo outro, uma espécie de fronteira pessoal que faz do nome um jeito, uma parcela de alma exis-

tente. Nos nomes inexistentes, apesar da qualidade realística que tinham os documentos, via sempre a brecha da incredulidade. Muitas vezes teve que decorar dados diferentes de si mesmo. Minha mãe chama Helena, meu pai Alberto, nasci em Santos, Juiz de Fora, Campos; o nome de mãe é Lucinda, Olga, Francisca, nunca deverei esquecer estes dados. Preciso guardar a data do nascimento. Não é possível confundir-se com tais detalhes no registro do hotel. Nunca teve muito tempo de decorar-se firmemente, para responder como se fosse um reflexo condicionado. Quando se vive, a evidência da ficha individual não supõe nenhum problema. Claro destino, o nome e os dados são um outro que se interpreta. Desta forma, cada nome evocava um mundo próprio.

A cada nome que adotou, tinha uma estória a contar como era a mãe, o pai, a infância, a vida. Não era apenas um nome falso. Viver com ele impunha a aquisição de uma memória postiça, francamente real. Um outro era...

... Uma vez, por uma dessas condições da vida, conversou numa viagem de ônibus com seu vizinho, que não conseguia dormir também. Contou-lhe casos do pai que era dono de uma fábrica de sapatos, da mãe que morrera quando tinha sete anos, da infância numa cidade de São Paulo. "Engraçado, disse o outro, o seu sotaque não é de paulista." Contou-lhe que mudara cedo para a cidade onde de fato viveu a vida inteira, porque o pai vendera a fábrica e comprara uma loja de tecidos. Para dona Joana, que lhe alugava um quarto simpático, contou dos pais judeus que viajaram para Portugal antes de irem definitivamente para Israel. E estava lá porque não queria ir com eles, queria fazer vestibular. Ela gostava muito dele porque tinha o mesmo nome, Mauro, do seu neto que tinha dificuldade na escola com as matemáticas. Para o falso xará — quem era falso? — deu algumas aulas de reforço para profunda gratidão de dona Joana, que mal pôde acreditar na estória da polícia que veio buscar na casa dela aquele perigoso terrorista.

Cada identidade, novo enredo. Não que mentisse. Era mais fácil colar novas memórias nos vagos nomes emprestados, que falsificar memórias reais com denominações impertinentes.

Foi com Jonas que teve o último contato no Brasil, antes de ir — humilhado com a significação dúbia do termo "desfundamento" — para o exílio. Jonas já sabia que Camilo partia e não gostava da deserção. Apagou o sorriso com que sempre encontrava Camilo (gostava daquele companheiro) e estampava uma cara impassível e apressada. Teria apenas cinco minutos, comunicou, tempo suficiente para que o outro formalizasse o desligamento.

Camilo tentou explicar, suas palavras resvalaram em sentimentos imprecisos, faltava-lhe coerência para demonstrar o que intuía, espécie de premonição da catástrofe. Que Jonas partilhava, sem confessar. As reações é que eram diferentes: Jonas insistia em seguir no naufrágio, sem admitir que não distinguia soluções. Camilo falou da impossibilidade de fazer das tripas, coração, o que todo mundo sabia.

Jonas cortou rente. Não generalizasse. Se ele queria desbundar, problema pessoal. Há os que continuariam até o fim.

— Que fim?

Porque então se falava em "seguir até o fim". Ninguém ousava pronunciar começos e continuidades, só raramente — em panfletos — se lia a palavra vitória. Ainda assim com mero valor retórico. Nas discussões a "luta pela vitória" foi substituída gradualmente pela expressão "resistência". A terminologia, mesmo quando impregnada de um juvenil triunfalismo, apelava cada vez mais, já nos primeiros meses de 70, para termos defensivos: resistência, oposição, superar, sobreviver, enfrentar, agüentar, eram os tons dominantes, sem que por isto ninguém pensasse elaborar uma tática defensiva. A idéia era "lutar até o fim". Que fim?

Jonas gostaria de explicar, como veterano: as dificuldades do momento são necessárias, inevitáveis. Em breve as coisas mudariam. Soluções individualistas, como o desbundamento, deviam ser fortemente condenadas. A única solução era a luta, a ação coletiva. Cada mão que tombasse seria substituída por mil etc.

Camilo respondia:

— Proponho uma discussão política, você me responde com discursos ideológicos.

Jonas foi agressivo:

— Quem está fazendo discurso ideológico é você. É a ideologia que você prega não tem nada de revolucionária.

Camilo sabia que Jonas chamava de "luta revolucionária" o encaminhamento de um suicídio. Mas não conseguia convencer, sem parecer que estava apenas defendendo a própria pele. Deixou Jonas e se trancafiou em casa. Bebeu, despencou. Ficou vendo televisão, anúncios assustadores. Propaganda do governo, do Exército, de materiais bizarros e outros produtos de beleza.

OuvIU o discurso de um ministro. Pausado, documentado, cafaíjeste. Saudou-o, já muito bêbado, levantando o copo diante do aparelho invasor:

— Ave, César, *morituri te salutant!*

O pesadelo chegou ao seu fundo de lodo quando anunciaram que Jonas tinha sido morto. Fora assassinado pouco depois do encontro que tiveram.

Pesadelo?

Camilo não acordaria tão cedo.

João estava no ponto com Jonas quando o ataque começou. Jonas foi abatido imediatamente. João escapuliu, ganhou seu carro. O camburão seguiu-o.

Virou o carro na pequena transversal, que era contramão. Na sólida clareza daquela perseguição imaginou que, naquela velocidade, não poderia jamais frear se viesse um outro carro, se alguém atravessasse descuidado a rua sem ter olhado o lado da contramão. Imaginou descuidadas crianças brincando, atropeladas, sangrando inocência. Apertou, numa porrada nervosa, a buzina e refletiu que todo ruído serviria apenas para chamar atenção sobre si mesmo, que a polícia lhe dava pouco mais de um minuto de distância. Avanço insignificante, que

precisava aumentar, e não seria chamando atenção, muito menos atropelando alguém. O reflexo vinha antes do raciocínio: a simples idéia de estar a quase 120 km/h numa contramão impulsionou seu pé sobre o freio. As rodas gemeram. Sobre o estridor do freio e o ronco da buzina e o gemido do seu peito contido, sobre todos os seus sons, ouviu a sirene.

Pensou que deveria continuar de carro, que não deveria frear completamente, não escaparia dali. Viu na rua à frente gente, muita gente, e parou o carro completamente. Abrindo a porta, pulou, tombou, bateu o joelho contra alguma coisa dura, imóvel, o asfalto talvez, mas correu, corria para a próxima transversal, sabia que a velocidade das suas pernas nunca seria suficiente para escapar do carro da polícia, mas se continuasse no carro também não escaparia, a região estaria engarrafada um pouco adiante, impossível continuar, era dia de jogo e nos arredores do estádio era sempre assim. A multidão avançava sobre o campo para a decisão do campeonato. Ele correu, o carro que o perseguia freou logo atrás do que abandonara. Era uma bala que passou perto? Ou não seria um tiro, seriam os foguetes comemorativos? Não olhou para trás e correu, como nunca pudera, foi sempre ziguezagueando, pegou outra transversal e de repente estava no meio de uma multidão que seguia lentamente. Já não poderia correr mais, era o fim. Tentou varar a massa, olhou para trás. Os policiais demoraram a aparecer, muito mais do que pensara. Vigia os movimentos dos policiais que souberam abrir uma clareira na multidão. Alguma confusão, Ele já se fundira, mas os policiais avançavam. Poderiam reconhecê-lo? Talvez. Não pela cara, pela roupa. Tirou a camisa e amarrou na cabeça, como tantos, contra um sol que não era o de tantos. Atrás, uma confusão maior. Os policiais atracaram-se a alguém, quem seria? Gritos. Talvez eles tivessem pensado que fosse ele. Não, não se enganariam tão facilmente. Viu que arrastavam alguém, mas outros policiais seguiram.

A multidão aproximava-se lentamente da entrada. De onde estava, percebeu que os policiais procuravam nos rostos. Então, sabiam quem era ele... Comprou a entrada, ia passando pelo portão quando cruzou com o olhar de um dos perseguidores.

Viu que ele gritou, mas de onde estava não poderia atingi-lo. dificilmente podia se mover na multidão. Ele entrou, apressado, acompanhando a gente que procurava seus lugares, cantando, comemorando.

O enorme estádio pareceu-lhe uma suficiente proteção, estava perdido no meio de um mar de gente. Pouco a pouco percebeu que cometera um engano. Estaria realmente perdido.

Para um guerrilheiro, erro imperdoável. Perdera a mobilidade, estava localizado, cercado. Não poderia sair dali enquanto não terminasse o jogo, pois estariam controlando as saídas. Mas se saísse apenas no final, misturado no povo, teria que ficar imobilizado durante quase duas horas. E aí daria tempo aos policiais de organizarem uma busca, de conseguirem localizá-lo. Tinha apenas uma chance e não era muito grande, de se confundir, de passar despercebido.

Os gritos ritmados de repente fundiram-se num urro emocionado. Entravam os juízes e as vaías e berros, bicha, bicha, deixaram ouvir algumas palmas que antecederiam a exaltação da saudação dos times. Ele não pode gritar. Levantou-se como todos, acenou também, bateu palmas.

A multidão roncava uma alegria louca.

(Deixo para vocês acabarem esta estória. O que poderá fazer a polícia para prender João? Cercar o estádio, invadir as arquibancadas? Divulgará pelo microfone um aviso, convocando a massa à delação? E a massa, como responderia? Cada um olharia seu vizinho como se fosse um suspeito em potencial? Ou se recusaria a participar na busca policial? Deixo que vocês resolvam o caso dessa solidão.)

S.Ó.S.

1.

Talvez o pior dos exílios tenha sido o que tenhamos vivido — todos — nos campos de futebol.

Quando, no golpe do Chile, Pinochet e seus assassinos amestrados usaram os estádios como enormes prisões, não se tratava de mera coincidência. Não era apenas movido pela urgência prática do massacre minucioso de populações numerosas. Por um lado, nos fazia uma demonstração límpida do seu programa de atrocidades. Por outro lado, fazia uma homenagem delicada a outras ditaduras que lhe abriram o caminho, que souberam tão bem empregar os estádios como espaços do banimento.

Pinochet, à parte este nome próprio de bandido de opereta, não era exatamente original. Os nazistas, em Paris, já tinham utilizado um velódromo para concentrar os judeus que — esportivamente — saindo de campo ganharam os chuveiros e crematórios na Alemanha. A História nos fornece de vez em quando imagens assim, perfeitamente simbólicas: a massificação, enquanto método de dominação, tem regras que fazem do esporte e de outros espetáculos algumas tantas armas de guerra.

Talvez o pior dos exílios seja o que vivemos nos campos. De concentração.

2.

Os anos 60, principalmente os últimos da década, borbulhavam de plena euforia e muita juventude. Idéias sacudiam o planeta, parecia bem que desta vez uma transformação sem igual se produzia. Novos temas surgiam, tudo eclodia como motivo de contestação. Novas modas e novas idéias, mesmo que elas não fossem muito límpidas, o importante é que fossem originais.

Ditadura ou não, o que tínhamos sobre nós desde 64 era um escombros, um monstro em falência, simples resto de uma era geológica em completa degradação. Violenta e abusiva aquela ditadura ladrava: mas não tinha capacidade de tomar iniciativas, não demonstrava nenhuma mobilidade. Era apenas a brutalidade ignorante de carrancudos generais que faziam rir. As piadas da época ridicularizavam os militares no poder: taciturnos, estúpidos, brutais, semi-analfabetos, relativamente ingênuos, infelizes vacas sagradas investindo cegamente contra as bandeiras vermelhas da revolução. Assim víamos uma ditadura que não parecia nem mesmo um inimigo respeitável que só conservava seu poderio porque tinha apoios internacionais importantes. Mero brinquedo do imperialismo, aquela ditadura não merecia atenção: o que os generais diziam fornecia razão à galhofa e ao desprezo.

Nossas análises garantiam que aquela violência organizada e intransigente não passava do recurso derradeiro de um sistema em agonia. Melhor prova não poderíamos ter senão a emergência do movimento de massas depois de um curto período de confusão e desmobilização que se seguiu ao golpe de 64. Nós éramos as crianças daquele novo e definitivo soerguimento revolucionário. Não tínhamos muita paciência para analisar as características daquela agitação, principalmente estudantil. A paciência nos parecia o atributo da fadiga da velhice. Mesmo porque as greves operárias do ABC e de Minas Gerais vieram trazer maiores confirmações. A hora tinha chegado.

Se não se tinha feito a revolução até ali, pensávamos, era por falta de orientações revolucionárias corretas. O Partido Co-

munistas e outras velhas formações da esquerda caíram no reformismo e no burocratismo, incapazes de responder à especificidade da revolução brasileira.

Por outro lado, os militares — depois da passeata militar que os instalara em Brasília — só abriam a boca para prometer sangue e escuridão. Defendiam-se, falando de um perigo iminente que os cercava. Nós chamávamos este perigo de futuro, por isto podíamos supô-lo amigo e terno. Os generais nunca tiveram consciência (eles também não) do resultado das próprias ações. Não intuam absolutamente quais seriam os resultados daquilo que faziam: não pressupunham até onde chegariam, porque não tinham perspectiva de nenhuma porta. Para eles, tratava-se de impedir, reprimindo. Isto lhes bastava como programa. O desenvolvimentismo seria uma tara adquirida posteriormente. Por enquanto, lhes bastava a reação pesada e sufocante, sem outra explicação senão a conservação do abismo.

Daí eles não poderão sair, dizíamos. E ligávamos pouco nos sinais evidentes da transição. A ditadura já manifestava então todos os sintomas de entrar num túnel original. Isto nunca vimos. Acreditávamos que a originalidade fosse sempre revolucionária e recusávamos reconhecer uma trilha viável no arroto pretensioso da milicada. Havia um programa positivo para remodelar a exploração, além da simples negação da revolução. Por não ver o novo projeto de exploração, achávamos que a ditadura estivesse na defensiva, buscando apenas conservar o insustentável. Pensávamos que as ameaças da ditadura assinalavam apenas bravatas. Seus avanços fingiam, dizíamos, táticas que decorriam do medo que tinha do povo. Se medo tinha, é verdade, os avanços não deixaram de ser menos reais. A ditadura estava em ofensiva. Mas isto não percebíamos.

Estávamos envolvidos com a festa. Medrava uma folia enorme e a turma saudava contente. Demais. Tanto que se inventou um termo — esquerda festiva — para indicar todos aqueles que se reuniam nos bares cantando canções que se queriam hinos, entornando chope e derrubando a ditadura num papo entusiástico. A esquerda não gostava do nome, mas quem falava pior da festiva era a direita votiva, como sempre desconfiada de toda alegria. Para os conservadores, a revolução

era “coisa séria”, quer dizer, emburrada e sem humor possível. A direita desconfiava, não gostava daquela exuberância. Num país caracterizado pelas comemorações desmesuradas, os reacionários suspeitam de festividades que se desenrolam em locais e datas não previstas para tal fim: não há razão para alegria desde que ela não renda nada, quer dizer, desde que ela não possa ser submetida às ofertas e procuras do mercado. Só são permitidas exaltações desde que uns e outros paguem para se ver, uns aos outros, contentes.

Não que a esquerda festiva no seu natural divertido viesse a fazer algo mais do que fazia então: folguedos. E foi o melhor que foi feito. A festa justificava os festivais.

Enquanto isto, as saias subiam, revelando não só joelhos mas coxas exemplares, celebradas justamente como os pilares da rebelião — e as pilastras mais lindas. Os cabelos cresciam — os mais velhos diziam, nariz torcido, que os homens se afeiminavam e nunca estiveram tão longe da verdade.

Quando nos encontrávamos, era para trocar as notícias mais fabulosas. Por exemplo:

— Poxa, cara, você já leu QUARUP?

E quem não?

Havia música por toda a parte. De Liverpool a Belo Horizonte. Mesmo vivendo na província, não deixávamos de ter em Minas inquietações, como todo mundo. E por vermos que estávamos mais atrasados nos afobávamos para ir mais depressa.

Os maiores poetas daquela geração não se contentavam em escrever seus versos, mas vinham cantar seus ritmos em praça pública. Vinham gritar as palavras do novo vocabulário: liberação.

Uma viagem ou muitas começavam. Na música dos Beatles decodificávamos mensagens extraordinárias. Da menina

Lucy e seus diamantes celestiais, imaginávamos o ácido duma droga que corroía monotonias, chave de descobertas inacreditáveis. O corpo mexia para ser vivido, inclusive como experiência mística. O sexo não existia para fazer sofrer um prazer fugitivo, mas para fazer gozar um mundo de encantamentos do amor.

Chega de freios: sem lenço, nem documento, eu vou, revelava o poeta, colorindo a música, brasileira sim, mas igual por toda parte — a juventude fazia do universo um lugar único, onde cada qual era si mesmo e igual aos outros. Daí que as guitarras elétricas não eram mais estrangeiras. Gravemente, não queríamos mais ser estranhos nos trópicos, os trópicos mesmo e seus desregramentos eram peças de uma personalidade que se buscava. Nacional, sem nacionalismos. Nenhuma surpresa que, mais e mais falando de independência e liberdade, encontrássemos a justeza de tom dos irmãos — de sangue, apenas, das nossas falas — Andrade. Raízes próprias da nossa libertação de brasileiros: Oswald, que o teatro Oficina pusera em moda com *O Rei da Vela*; Mário, de quem *Macunaíma* viria a ser o mais importante livro brasileiro deste século. Nunca se poderá falar em libertação nesta terra sem se voltar ao calor duma semana de 22 que se tornou o umbigo de nossa cultura, donde partem todos os cordões que alimentam todos os futuros possíveis. Não é à toa que voltávamos aos mestres incontestáveis da contestação.

A banda passava, contando coisas de amor. Chico avisava com seu terno ar canhoto de profeta tímido que depois que o doce acabasse, a desolação, cada qual no seu canto... Mas, nada, por enquanto queríamos estar caminhando e cantando e seguindo a canção. Viagem. Ou travessias, como Milton soltava na voz de suas barrocas e misteriosas estradas, como o romance de Cony solucionava a vida.

Mesmo porque Ulisses, de Joyce, acabara de ser traduzido e o conhecimento desta “suprema aventura do espírito” só vinha para acrescentar nosso espírito de aventura. As grandes auroras adiadas estalavam na boca das cordilheiras que uniam a América num único e latino coração de transbordamentos.

No meio disto tudo, eu (que afinal é — sou — o personagem principal desta estorinha que fui inventando, quem sabe

apenas pelo prazer de lhes contar um dia). Eu, no meio da algazarra, estudava, que sempre fui disto, pois mamãe gostava de mim assim e papai aconselhava ser melhor. Estudava, nos ofícios regulares do estudante e no à parte, que é aí que duvidava mais. Se dúvida há, quem sabe já teriam respondido. E toca de ler, estudar. E trepar, hein? Também, e muito. Estudar, trepar e eXtrepar, para fazer um fácil jogo de palavras destes que não consigo resistir, que não são tão fáceis se me extrepava com o X da questão.

Procurava explicações. ESplícitas.

E não haverá dia de surpresa mais maravilhosa do que aquele em que devorei o *Manifesto*, Marx e Engels me convencendo no ato, para os atos futuros que me convenci. Fazer. De repente me vi marxista, por puro gosto. Respostas. Descobri-se não a América, um mundo tão novo quanto: de rebarbar a América de Guevara.

Opção revolucionária. Mas pra meu azar nenhuma proposta de ação prática me vinha dos militantes que conhecia. Muito ocupados, e poucos eram então, não se ocupavam com meu recrutamento e eu esperava que. Me dizia: merda, não devo ser bom candidato a revolucionário, já que não querem me engajar. Duvidava: vai ver que sou inapto; às vezes, é que sou homossexual e eles não aceitam gente assim. Mas: não dou pinta, sou enrustido, será que desconfiam e...?

Trepei menos e mais escondidinho. Nem assim me recrutavam.

Havia um amigo, militante do PCB, que me descobriu "marxista-teórico", como ele dizia. Começou a me passar *A Voz Operária* e outras publicações. Nesta altura eu já tinha lido Guevara, já lera documentos da Polop que me chegavam ocasionalmente. Não queria militar no PC, reformista, que não se propunha à luta armada (= revolução, segundo fórmula prática que adotei). Eu queria mesmo era entrar na Polop. Porque ela propunha a luta armada e porque os militantes dela que eu conhecia eram os mais ativos e radicais. A cada vez que abriam a boca nas tribunas estudantis e falavam excentricamente da revolução proletária, com um sectarismo es-

querdista que me encantava. Mas a Polop parecia não querer saber de mim.

Mais tarde soube que por falta de gente não me contatavam. Cada qual pensava que um outro se interessava por mim. Até que um dia Ângelo viu o meu amigo do PCB me passar uns papéis e deu bronca numa reunião de célula:

— Estamos perdendo o Herbert. O PC está ganhando o cara!

Pânico. Quem trata de conscientizá-lo atualmente? Ninguém? Como é que pode? Passaram a se preocupar comigo. Ângelo mudou nossos papos, que então eram vários, porém sobre assuntos gerais. Passou a falar da atividade revolucionária. Três dias depois eu era militante da Polop. Dia 28 de março. Nunca me esqueço da data gloriosa.

Os recrutamentos nem sempre foram aguardados assim tão no suspense. Um companheiro me contou que, sendo líder conhecido do movimento estudantil, em 1963, foi convidado por um amigo para entrar na Polop. Ficou cheio de dúvidas e comentou com uma amiga:

— Sabe, hoje me convidaram para entrar num Partido.

— Ah, é? Qual?

— Não conheço. O nome?... não lembro direito. Tem o nome parecido com o de um bichinho.

Houve casos, como o de Célia, em São Paulo, que — como eu — procurara se engajar. Célia, na época do governo Goulart, ouvia muito falar dos comunistas. Conversou em confidências com Helena, que estudava na mesma faculdade:

— Você sabe o que é comunista, Helena?

Também não sabia. Mas desconfiava:

— É quem quer ajudar os pobres e é favorável à reforma agrária.

Célia considerou:

— Ora, querer ajudar os pobres, eu quero. E também sou favorável à reforma agrária. Então, eu sou comunista?

As duas chegaram à conclusão que sim. Decidiram-se comunistas e foram ao Diretório da escola perguntar:

— Como é que se faz para se inscrever no Partido Comunista?

O rapaz que interrogaram pensou primeiro que fosse uma piada. Não era. Informou:

— Isto é ilegal, vocês sabiam?

- E contou-lhes verdades políticas que as duas jamais suspeitaram. Foi assim que começaram a tomar noção da existência de sutis dificuldades sobre o comunismo. Como o rapaz que lhes serviu de guia nesta primeira visita aos subterrâneos da política era da Polop, acabaram vindo a ser militantes deste grupo que tinha nome de bichinho.

4.

Da Faculdade de Medicina, em Minas Gerais, sonhávamos inovações. Abríamos gavetas e condenávamos uma poeira que desbotava as melhores recordações guardadas.

Era o momento da crítica e da renovação crítica.

Na faculdade a radicalização foi enorme. Os novos grupos, originados de várias tradicionais formações partidárias da esquerda, que falavam da luta armada, encontraram ouvintes receptivos. Todos eles cresceram muito. O *racha da Polop* contou com uma célula muito ativa.

Que a faculdade de Medicina, como todas as escolas de medicina ou de direito neste país, sempre fora muito politizada é inegável. Dali partiram muitos políticos — o que é natural num país onde as “boas famílias” orientam seus filhos para algumas poucas profissões consideradas nobres. A novidade foi a radicalização. Ela acontecia em maior ou menor grau em todo o movimento estudantil. Na Faculdade de Medicina é fácil e esclarecedor encontrar as principais razões.

Até pouco depois do golpe de 64, o ensino naquela escola fora deplorável. Extremamente burocratizada, a transmissão de conhecimento pelos catedráticos, respeitáveis e magistrais, tinha muito mais de uma filosofia racionalista (ligeiramente ultrapassada) do que da prática de uma elaboração científica atual. Os professores concebiam o ensino como a aprendizagem de

um sistema teórico mais ou menos sólido, que chamavam “*metodologia*”: um corpo-de-saber, onde as novidades vinham se somar como membros articulados. O “acúmulo” de novos dados não fazia mover de fato o corpo duma medicina teórica que tinha muito mais do humanismo positivista (isto é, mera filosofia) do que de instrumento de produção de conhecimento de uma certa ação sobre a saúde, num dado meio social bem preciso.

Estudava-se muito, isto é, decorava-se demais. O ensino médico não era prática viva, os catedráticos veiculavam um Saber mais ou menos fixo, estável, sem margem à dúvida, nunca inteiramente renovável, que nunca se questionava, que crescia por adendos, por “descobertas” que se acrescentavam mas não revolucionavam o arcaico edifício teórico.

Bons tempos, os de estudante. Aprendia-se, decorando textos. Ah, famosas apostilas, formosos resumos. Dali, garantido saber responder nas provas. E passar era a meta de todo mundo. Saber passar era o maior, senão único, saber que se adquiria. Estudava-se também em textos americanos, franceses ou ingleses. A medicina era encarada como uma ciência “exata”, uma matemática do corpo, não dependente da ação real do corpo médico no seu meio social, podendo ser aprendida através de uma teoria elaborada como pura atividade de uma consciência individual dum sábio. A história desse sábio, isto já era outra estória. O que era científico medicamente para os países desenvolvidos servia às mazelas tupiniquins.

(Se escrevo tudo isto no passado não é que creia que mudanças mudaram coisas. O verbo empregado assim é uma forma de presente: um pretérito histórico, excelente para descrever certos fenômenos nesta terra onde as sobrevivências paleolíticas dão-se ares de modernidade. Mas, deixa pra lá. Pra frente, Brasil. O que significa: pra trás, praquels tempos do arco da velha.)

Os catedráticos davam aulas. Monótonas, mas que insuflavam confiança. Certezas seguras. Em caso de dúvida, favor abster-se. Contentavam-se em transmitir o resultado do saber, nunca falando da importância do método que produziu o saber.

Eram *cientistas*, não viam no seu ensino nenhum caráter ético ou político.

Transmitiam-se fórmulas práticas de interesses imediatos. O conhecimento tinha, pelo seu caráter esotérico, um certo humor absurdo que dava até canções assim:

E a anemia?
De que tipo é?
É hipocrômica, é microcítica...
E a terapêutica?
De que tipo é?
É ferro nela, é ferro nela...

Estudava-se em *corpos*. Inicialmente em cadáveres. Depois em doentes, que não eram mais doentes, mas *doenças*. *Casos* (servindo de exemplos, apresentados nos anfiteatros (anfispetáculos?) pelo professor aos alunos que anotavam febrilmente esqueminhas de diagnóstico e terapêutica.

A noção de *corpo* (como a de *caso* ou *leito*) era um axioma, uma evidência que não merecia julgamento. Aceitava-se axiomáticamente que era possível saber do corpo e da doença através das condições das mesas de anatomia ou das salas de aula, que eram apresentadas como realidades objetivas, jamais como *condições experimentais* que implicavam uma definição — política — da saúde, isto é, da humanidade no seu mundo histórico.

Tudo bem, os catedráticos nunca se questionariam sobre isto. O problema deles era a doença, abstração que controlavam, segundo condições que criavam e entendiam. A saúde era um elemento que se definia por mera exclusão, como ausência da doença. Ao ensinar seu fantasioso mundo de doenças e doentes-corpos-leitos, estavam tranquilos, na sua torre de marfim apolítica, longe do miúdo existir dos mortais comuns. O médico era um sacerdote, moralmente elevado à categoria de grande feiticeiro, cujo poder decorria dos deuses. Intocável.

— O médico é o bom cidadão, bom esposo, bom filho e bom pai, sentenciava um professor durante uma lição de semiologia, e para o Mestre essa afirmação não apresentava nenhuma dificuldade política.

O ensino ia mais ou menos plasmado em máximas e havia um professor que enfeitava seus cursos com pérolas vindas de tempos ancestrais.

— Para a sífilis, quando eu comecei a clinicar, não havia nem o mercúrio como medicamento. Afirmava-se então, por isso: “Uma noite em Vênus, muitas em Mercúrio.”

Ou, falando sobre as antigas técnicas terapêuticas, antes do advento da indústria farmacêutica, quando os médicos, nas receitas, escreviam as fórmulas dos remédios:

— Havia um ditado: “O médico que não formula é besta.”

Apesar do tom arcaico desse professor, ele revelava o que os outros faziam, sem confessar: transmitir aforismos. Mesmo que a linguagem desses outros fosse menos saborosa e aparentemente mais rigorosa. A história era banida numa pesquisa que se preocupava com o estudo da doença que envolvia uma abstração (corpo-doente) e um agente etiológico “natural”. A cura era procurada nestas circunstâncias como intervenção sobre o indivíduo, como se qualquer doença fosse um *caso* individual.

É pelo menos curioso o estágio duma medicina no Brasil que ao falar da fome enquanto epidemia tinha que usar um termo emprestado aos americanos: “starvation”. A gente estudava a fome em inglês. E isto não era considerado político!

A reforma que foi posta em prática naquela escola pouco depois do golpe de 64 emendou porcammente um soneto manco. Para valorizar o ensino técnico, desorganizou-se o velho sistema e o que era inovação só vinha criar problemas insolúveis. O tecnocratismo, com sua filosofia estritamente anti-humanista, deslocou o ensino, desligando-o mais ainda do meio social real onde se implantava. Seguindo os modelos aprovados nos países desenvolvidos, a reforma da escola de medicina tornou-a um fenômeno absurdo na sociedade brasileira.

O objetivo — criar médicos “eficientes” num curto espaço de tempo — levou em conta quase tudo. Quase. Menos os alunos e os professores... No plano, tudo aquilo era bunitinho: reduzia-se o estudo de seis a cinco anos, o estudante estudaria em horário integral (oito horas por dia), o estudo

teria um grande lado prático de conhecimento de técnicas avançadas e sofisticadas, o aprendizado seria feito através de discussões criativas entre professores e alunos (extinguia-se o dogmatismo), forçava-se a iniciativa de todos etc.

O funcionamento real do plano era menos bunitinho. Ninguém se entendia, a canoa furou e ninguém sabia que o buraco era bem mais embaixo.

O resultado prático foi que tanto os estudantes como os professores viam-se diante de um método “moderno e eficiente”, mas que lhes parecia brotar do nada. Tendo desenvolvido a aptidão com arco e flecha, tinham nas mãos um míssil. E daí? A solução em casos parecidos é usar o fuzil como se fosse tacape. O que, implicando gestos inabituais, faz fugir a caça.

Para os estudantes, que se sentiam como cobaias de uma experimentação inútil, o que era “margem de iniciativa” que se lhes dava, passava por uma confusa proposta de inação. Viam-se diante de coisa demais a estudar e coisa de menos a fazer: como começar e para fazer o quê?

Vivíamos, todos os estudantes universitários de então, uma transformação brutal que estava ligada à própria evolução do poder político: o advento da tecnocracia. E a revolta não foi pequena.

Intuíamos então, bem ou mal, os problemas políticos que envolviam o ensino da medicina. Incapacitados de ver como agir politicamente naquele campo estreito da vida social, transbordamos nossas preocupações para o conjunto da sociedade. Fomos procurar a Revolução noutros descampados.

5.

Nos momentos em que a crise duma sociedade chega ao seu esplendor é que começamos a sentir “problemas pessoais” irresolúveis. Comigo foi assim naquela crise. Por uma razão ou outra, não conseguia ver como meus problemas pessoais se articulavam na zona geral. Dizíamos, para nos livrar das assom-

brações, que aquilo tudo que nos perseguia como insegurança angústia era resultado da nossa classe social: pequenos burgueses, incapazes de ver propostas sociais amplas, caíamos nas nossas pequenas desesperanças.

Ser pequeno-burguês — um termo muito amplo, sem grande rigor sociológico — era uma espécie de pecado original do qual era preciso se livrar para merecer a revolução. Não foram poucos os que nessa época, para purgar a culpa fundamental, foram se “ligar à produção”, isto é, trabalhar como operários, para neste mundo de heróis conhecerem melhor a verdade revolucionária.

Os textos marxistas eram lidos como verdadeiras bíblias. Pescávamos nos clássicos a razão de tudo. Destrinchávamos atentamente para explicar por que nunca se avançara o marxismo no Brasil. Ali encontrávamos sempre argumentos novos para provar que a esquerda brasileira nunca fizera a revolução porque abandonara o “verdadeiro marxismo”. E toma marxismo em cima da moçada!

A voracidade que fazia engolir desordenadamente os clássicos marxistas provocava indigestões curiosas. Lembro-me de um grupo esquerdista que numa passeata estudantil, para ser fiel à doutrina em toda sua pureza, trazia uma faixa cabalística: “liberdade para as forças produtivas”...

Alguns textos de Althusser e da sua escola vieram nos trazer esclarecimentos e orientações. Descobríamos a necessidade de fazer do marxismo uma ciência em evolução. Admirávamos no filósofo francês a tentativa de limpar o marxismo duma ideologia que servia apenas de justificativa a uma política de Potência Mundial, encontrando o “núcleo racional da dialética”, fundação duma ciência nova. Uma ciência que se fazia, na prática revolucionária, conhecendo neste ato de transformar o próprio objeto que transformava. A Revolução Chinesa e toda a comoção a sua o udeste nos aprendia o valor da ideologia; a Revolução Cultural fazia soprar um vento que nos trazia as sementes de novas mil flores.

Assim como os textos de Althusser, o livro de Debray, “Revolução na Revolução?”, era distribuído em cópias mimeografadas de mão em mão. A tradução não era nenhuma per-

feição, mas ninguém estava ali para se preocupar com detalhes acadêmicos. O mais importante eram as idéias que tirávamos daquelas idéias. Se Debray fazia uma pergunta, nós respondíamos, sem dúvida, que estava feita uma revolução no esquema da revolução latino-americana. Que viva Cuba!

A morte do Che nos pesaria como uma iluminação, uma tragicamente alegre evidência de que não importa onde, não estaríamos sós: éramos nós as outras mãos do Che; depois se nós sofrêssemos a mesma morte infinitamente pura, não senão o desmedido gozo de partilhar da lenda. Porque o Che morreu na sua lenda, como parte do seu mito, inevitavelmente e compreensível.

Ninguém teve dúvida da morte de Guevara: nem quer falar da vacilação, quero dizer dúvida da notícia, da veracidade do assassinato. A morte derrota na Bolívia foi vivida como uma vitória e sua justificativa, ou uma certeza da inevitabilidade dum futuro vitorioso. Foi uma morte plena de esperança.

Não éramos simplesmente inconseqüentes, incapazes de ver naquela morte os sintomas da falência do guevarismo: persistência à própria essência do guevarismo, naquela conjuntura o recusar uma enorme dificuldade que atravessava a revolução latino-americana. Nem mesmo a morte fugia: era uma bandeira.

(Haveria, além, mortes desesperadas, nuas mortes sem resposta, sem futuro. Morte fim. Lamarca: que 17 de setembro aquele!

Mas isto seria muito depois, quatro anos depois, um milênio depois.)

Naqueles séculos antepassados, nossas dúvidas geminavam mais simples. Nossas críticas mais imediatas. De tudo porém, uma única certeza nos movia: que não enfrentávamos absolutamente, nenhum problema teórico. O nosso problema era prático e só a prática revolucionária responderia. Tínhamos então uma visão que se queria clara duma prática, e a teoria, que elaborávamos ou que pedíamos emprestado aqui e ali, era uma justificativa, não uma análise.

Freqüentemente, as primeiras discussões dos novos grupos serviam-se de textos clássicos ou análises teóricas ou históricas

um ecletismo que nunca perturbou ninguém. Houve casos em que um debate, por exemplo, sobre um certo ponto da política, desviava o assunto para regiões teóricas distantes, como o domingo sangrento na revolução russa de 1905. Citava-se muito Marx, Engels, Lênin, uma citação puxava outra. Nunca é difícil brandir um autor contra ele mesmo; basta selecionar frases mais ou menos isoladas do contexto (texto ou momento histórico do texto).

O marxismo sempre foi alegremente confundido com uma certa marxologia. E esta resvalava facilmente para uma hermenêutica, que sempre deu razão aos partidos tradicionais.

Todos os grupos nasceram num combate ferrenho contra as velhas organizações — acusadas de revisionismo e reformismo. A primeira preocupação teórica desta nova esquerda que surgia foi municiar-se em bons argumentos contra as antigas formações marxistas. Aquela nova esquerda reivindicava o marxismo, precisava desta justificativa para crer que a revolução que propunha tinha possibilidades de vingar. A grande preocupação teórica era menos provar que a revolução que se fazia era uma necessidade da realidade social, do que provar que condizia com os princípios fundamentais do marxismo-leninismo.

Por outro lado, a grande preocupação ideológica era menos provar que aquela era a revolução socialista em marcha do que provar que não era um movimento “pequeno-burguês”.

O epíteto pequeno-burguês passou a ser uma condenação brutal, mais forte em carga afetiva do que um “filho da puta” lançado numa briga de bar.

6.

“Pequeno-burguês” foi o título provisório de um exílio. O movimento estudantil, donde saíra, se não toda, quase toda a esquerda armada, sentia-se só e incapaz. Sua própria revolta lhe parecia escandalosa e impertinente. Os estudantes sonhavam levantes operários. Nenhum revolucionário, que tomara

consciência dos problemas da revolução nas escolas e nas suas provas, se julgava “estudante”, ou parte de um movimento social importante: era um indivíduo que se “desligara” da sua classe de origem. Ideologicamente: um operário.

Meus problemas *pequeno-burgueses* me preocupavam como tantos empecilhos que eu tivesse para poder me tornar um bom revolucionário. Entre eles a sexualidade, mais explicitamente, a homossexualidade. Desde que comecei a militância senti que tinha uma opção a fazer: ou eu levaria uma vida sexual regular — e transtornada, secreta e absurda, isto é, puramente “pequeno-burguesa”, para não dizer “reacionária”, ou então faria a revolução. Eu queria fazer a revolução. Conclusão: deveria “esquecer” minha sexualidade.

O sexo *não* era uma grande preocupação política, achávamos. Militantes, tínhamos outros assuntos a abordar. Sexo era uma questão pessoal. E foi sempre assim. Como problema íntimo, só discuti tal matéria com amigos chegados. Ângela com quem discutia Freud e outras *questões paralelas* e pessoais, depois de uma noite inteira em que faláramos da (minha) homossexualidade chegou a uma dúvida definitiva:

— Não sei como é que o materialismo histórico pode explicar a homossexualidade.

Nunca expliquei, também. E desde o momento em que “esqueci” toda atividade sexual homossexual, senti-me protegido. Assim o materialismo histórico poderia explicar minha existência. Muito bem.

Foi assim que durante todos os meus anos de militância minha homossexualidade nunca foi problema (*para* os outros). *Para* os companheiros que, se desconfiavam, calavam. Isto não são coisas sujeitas a comentário. Se alguém percebeu no gesto oblíquo, no olhar irrequieto, numa frase descontrolada, a marca distintiva da homossexualidade na minha vida, não chegou a falar comigo. Talvez alguém tenha feito uma acusação: “E, bicha, sabia?” Porque “ser bicha” era uma acusação. Crime cujo castigo está nele e no rótulo.

Para mim, problema. Secreto. E as acusações, se houve, seriam injustas. Não se pode acusar ninguém de sentimentos e sensações. Meras vontades insatisfeitas não podiam me incriminar.

Mantinha um comportamento purificado, o sexo na gaveta, o ardor em repouso, o desejo aos coices.

Eu não era um “pequeno-burguês”. Queria ser um revolucionário, puxa vida! Se (pensava) nunca chegaria a ser um revolucionário perfeito (meus problemas me marcariam sempre) deveria fazer mais esforço que outros, os *normais*. Para quê? Para me tornar o operário-modelo, merecedor de todas as medalhas de bom comportamento da História. E do materialismo histórico.

Pois é: onde vocês já ouviram falar de um operário bicha? Nas fantasias que inventamos, a Classe Operária não sofria “desvios” sexuais. Porque não tinha sexualidade nenhuma. Era uma classe higiênica. Historicamente saudável.

Assim, como bom revolucionário, deixei de lado minhas medíocres e disparatadas e pequenas e burguesas preocupações sexuais. Tinha um comportamento exemplar. Nenhuma relação homossexual obscureceu meus dias de militância.

Sei que haverá incrédulos que duvidarão de minha abstinência: “Não é possível. Tantos anos a seco! Nem bacalhau...”

Em verdade vos digo, incréus impenitentes: e pra que é que serve a punheta? Ou vocês acham que só tem direito a ela a Madre Superiora e os adolescentes-que-irão-ficar-surdos? (Porque, como se sabe, punheteiro, além de impotente, fica surdo, como contava um meu professor. Bom, fecho o parêntese inútil.)

Minha vida era um livro aberto. Só eu, entretanto, sabia ler nas entrelinhas.

7.

Na noite de 13 de dezembro de 1968, eu e mais três companheiros estávamos viajando para São Paulo. Tínhamos uma reunião de Frente entre o Colina e a VPR de São Paulo. No carro escutamos a leitura do texto do Ato institucional número cinco. Não nos abalávamos profundamente com as ameaças que se concretizavam. Aquele verdadeiro golpe de estado

não seria motivo para reavaliarmos nossas táticas. Não levávamos realmente a sério aquilo que percebíamos como pura fraqueza de uma ditadura desesperada.

Nossos comentários poderiam ser resumidos na frase de um de nós:

— Os homens estão com medo. Estão apelando pra tudo quanto é abuso. É o fim.

No que era um começo, prevíamos o fim... Deles. Nosso triunfalismo atingia neste momento o seu apogeu.

8.

Toda ditadura no nosso tempo é uma técnica de manipulação das massas populares. De uma forma ou de outra, a ditadura moderna é um encaminhamento do genocídio: seja o brutal extermínio mediante guerras e eliminações sumárias, seja o processo lento de subjugamento e destruição gradual.

Entre nós, em pleno furor do desenvolvimento, o genocídio tomou a forma de milagre controlado estatisticamente. O horror era bem pesado e medido. E até justificado e justificável em nome do Progresso e outras Ordens ideologicamente bem fundadas — na classe dominante. Alguns abusos? Houve. Excessos? Foram inevitáveis... Não se faz omeletes sem se quebrar alguns ovos. De preferência os ovos do vizinho, naturalmente.

Não, não falo apenas das torturas, dos assassinatos, dos desaparecimentos de tantos opositores ao regime. Esta terá sido a parte menor do terror, apenas um aspecto da atividade política da polícia. O caráter policial da política iria remodelar a face do país. Estou falando da catástrofe que tem havido (estatísticos) na quantidade de acidentes de trabalho na taxa de mortalidade infantil, na extensão as epidemias, no número de analfabetos e... Certamente o massacre é mensurável, mas não completamente.

— Como medir a ansiedade dos desempregados, o desespero do que vê o filho morrer faminto, a angústia nos engarrafamentos,

a humilhação dos censurados, o ódio dos pedintes? Qual o grau da ignorância dos alfabetizados? Que medida para o desinteresse de cada um no destino coletivo? Que escala para a indiferença política? Como medir, nos poros dessa opressão, aquilo que não foi feito, tudo que foi censurado, esmagado por não ter condições de vir a ser? O que poderia ter sido que não foi? Quantos abortos de futuros? Com esses ~~de~~ não podemos nunca escrever a História, sabe-se, mas a Imaginação não se recusa suposições; por isso, até que ponto foi destruído o imaginário Brasil que tantos ousaram sonhar?

Lentamente, com graça e mais venenos, o país tornou-se um campo de concentração. Não se trata de uma figura de retórica. O pavor nem sempre é dramático e teatral. Pode ser, como entre nós, funcional, tecnologicamente avançado. Tão puro e cristalino, verdade tão transparente, que se torna invisível. Essa cegueira permite se viver num campo de concentração sem se dar conta.

Não consigo encontrar melhor exemplo do horror tecnológico do que a famosa lição de tortura. Um grupo de companheiros, que foi preso em Minas em janeiro de 69, serviu certa vez de cobaia a uma demonstração de tortura. Uma aula que espantou o mundo quando foi denunciada num documento que os presos conseguiram fazer divulgar. Costa Gravas, no seu filme *Estado de Sítio*, encenou a sala de aula.

Ângelo foi uma das cobaias. Anos depois, quando o reencontrei, iria me contar que a encenação de Costa Gravas peca, enquanto documentário, por ter dado um ar severo e dramático à cena. De fato, a lição ocorreu num clima descontraído, de verdadeira classe estudantil, de exercício escolar. Absolutamente desdramatizado. O professor de tortura, um técnico, muito bem humorado, expunha os torturados como poderia estar usando gráficos, tabelas ou como um catedrático de medicina usaria um doente para relatar um caso.

Assim, cada um dos prisioneiros foi empregado para demonstrar uma técnica de tortura. Um deles servia de objeto para a maquininha de choque elétrico, um outro deveria ficar em cima duma lata até que as bordas comessem a cortar os pés, e daí por diante. O mestre-torturador mostrava aos disci-

pulos as vantagens e desvantagens de cada técnica, explicava as características próprias de cada engenhoca de fazer sofrer. Ilustrava como utilizar cientificamente cada instrumento de tortura no decorrer do interrogatório. Ensinava que as ferramentas de extrair confissões devem ser manipuladas com rigor metodológico para atingirem um máximo de eficiência.

Para a demonstração do pau-de-arara, a cobaia foi um prisioneiro dos assim chamados de direito comum. O professor esclarecia: aquela técnica só começava a produzir verdadeiro efeito quando o supliciado estava nos limites do esgotamento. A medida do esgotamento é simples: enquanto os músculos e o pescoço conseguem sustentar a cabeça, o cansaço ainda não venceu. O preso (comum) que, pendurado no pau-de-arara, também ouvia os sábios ensinamentos, deixou cair a cabeça para trás. Todos riram, fizeram piadinhas, enquanto o professor aproveitava para chamar a atenção para o fato de que aqui o torturado estava tentando enganar; isto seria comum numa prática real da tortura; e ensinou aos alunos como evitar cair nas armadilhas dos ladinos seviciados.

Mera tecnologia.

A ditadura não venceu apenas porque empregou a força bruta. Fundamentalmente tratava-se de uma empresa de tecnocratas, criminosos aritméticos e lógicos. O tecnocrata, como se sabe, é um bom senhor, bem-educado e competente. Não fala palavrão, nem faz pipi na cama. Não faz má-criação, porque não faz criação nenhuma: tecnocrata não cria, conserva, segundo regras que aprendeu. Usa, para fazer política, um vocabulário que mascara a História como um fenômeno geofísico.

Para os tecnocratas, a massa existe como uma certa quantidade de inércia, segundo a definição tradicional da física. A massa (popular) é o fenômeno físico da massa, à qual se impõe uma força, que na mecânica política não tecnocrática chamamos exploração e opressão.

A massa do povo, para os tecnocratas, é um físico: um corpo anônimo, formado de corpos neutros. Assim, essa matéria física é modelada segundo as regras excêntricas duma consciência alheia. O povo não tem consciência, diz o tecnocrata; trata-se de conformar nela um ato dirigido por um outro, um

divíduo, uma consciência política. A consciência política é dirigente totalitário: a consciência aqui é o Poder.

Falava-se frequentemente do exílio como do problema de tantos, como se a questão fosse relativa a uns poucos que vivamos fora das fronteiras geográficas do país. A partir desta definição, a anistia se reduziria a um mero mecanismo jurídico permitindo a volta ao lar paterno das ovelhas trãsfigas.

Mas as origens do grande degredo está na organização das massas numa terra fora da História, numa geografia cujos limites impediam toda participação direta na vida política do país. O cerco não tinha muralhas ou linhas fictícias cercando locais físicos, mas os arames e as farpas da interdição política. A massa estava isolada, concentrada no seu campo. Aí recebia uma instrução política, aprendia na opressão a fazer a única política que lhe exigia a ditadura: a política de não fazer política. O desinteresse e a indiferença.

Só é possível contar estórias do exílio a partir desse romance do personagem multicéfalo que gritava seu isolamento no coro dos estádios.

9.

Não poucas vezes os tiros dum confronto entre guerrilheiros e policiais confundiram-se com os disparos dos foguetes comemorativos do futebol. No seqüestro do alemão, onde houve um alimentado tiroteio, os habitantes do local declarariam mais tarde que não acreditaram que fossem tiros, apenas entusiasmos que marcavam o início duma das mais animadas partidas da Copa do Mundo de 70. Aliás, todos por ali, nas suas janelas ou nos passeios, porque fazia muito calor naquele início de noite de julho, esperavam com ansiedade o jogo, assunto de todas as conversas. Nós, que viemos nos instalar naquela simpática rua na subida de Santa Teresa, estávamos — por razões ligeiramente diferentes — muito ansiosos e não deixávamos de discutir futebol. Para disfarçar, quando alguém passava por perto. Estávamos distribuídos, displicentes. Um casal

de namorados, um rapaz que lia um interminável jornal, um outro que fumava tranqüilo encostado a um poste. Três caminhões estacionados viam o tempo correr. Um deles, uma sólida caminhonete, sobre o passeio, no sentido oposto ao do caminho do carro do embaixador. Dentro da caminhonete, que ficava de motor ligado, sentei-me ao lado do motorista e ficamos avaliando as hipóteses do Brasil vir a ser campeão naquela Copa. Tinha a Alemanha, né, osso duro de roer.

O embaixador, muito pontual, nunca se atrasara em nenhum levantamento que fizéramos. Naquele dia, porém, não passou às sete. Por algum motivo, só viria quarenta e cinco minutos mais tarde. Os mais longos 45 minutos daquele ano, mais duro que o segundo tempo do final da Copa, naturalmente. O companheiro que lia o jornal lamentou profundamente ter confiado na pontualidade teutônica: tinha nas mãos apenas uma página (esportiva) de um cotidiano e enjoado de ler as escalações de times. Decorou a página e se divertiu posteriormente a nos recitá-la.

Finalmente na curva, uns cem metros abaixo, despareceu a esperada Mercedes. Mal tive tempo de saltar da caminhonete que devia pegar boa velocidade antes de abalroar o carro diplomático. Em um segundo, o choque. A seguir, tiros. Os policiais que vinham no carro de cobertura não tiveram nenhum reflexo de desembainhar suas armas. Estavam olhando ainda o acidente, quando o carro em que estavam começou a ser alvejado por disparos sem resposta. Gritava-se muito:

— Rendam-se! Entreguem-se!

As balas, porém, falavam mais alto. Eu ouvi uma vizinha numa janela de segundo andar, que não compreendia, mas dava opinião com voz imponente:

— Socorro! Eles ficaram doidos! Foi só um acidente. Não é preciso atirar por causa disto.

Naquelas alturas, ainda estava pensando em motoristas enfurecidos, que passaram às vias de fato por causa de uma vulgar trombada. Um outro grito veio pacificar o tiroteio:

— Chega, chega, gritava um policial dentro do carro de cobertura. E exclamou, abrindo a porta: Morri!

Está vivo até hoje, acredito.

O pânico crescia. O chofer do embaixador não me compreendia. Eu gritava: “Abre a porta!”, mas falava em inglês com o alemão, pois não tínhamos certeza de quealaria por aí. O chofer, impressionado com a fúria que eu interpretava, me respondia em belo e bom idioma pátrio:

— Não me mate! Eu tenho filhos, eu tenho família...

Fiquei desconcertado. É terrível ter de assustar os outros, principalmente quem nem sabe por que o mundo vai como tal. Não seria esta a primeira vez, nem seria a última, que numa ação eu me encontrava diante desta inquietante situação de envolver “passantes” — ingênuos passageiros de um universo nem sempre razoável. Que pior profissão do que “passante”, vítima inocente? O susto do pai dos seus filhos me fez baixar a voz e falar em língua geral:

— Pô, cara, abre a porta.

O quê. No ato. Não só a dele, como a traseira, atrás da qual se barricava o seu patrão e representante da pátria mãe do Volkswagen.

O homem era grande. Tive que fazer força para puxá-lo para fora e arrastá-lo até o outro carro que nos esperava logo acima. Depois dali ele seria “transbordado” (passado a outro automóvel) e levado dentro de uma pesada caixa de madeira ao seu esconderijo. Para convencê-lo a entrar dentro da caixa não foi fácil, mas isto foi feito sem violência. Para, já no aparelho, convencê-lo a sair também foi difícil. De dentro da caixa, assentado, protestava. Foi preciso puxá-lo.

O seqüestro, realizado em condições difíceis, não foi militarmente uma perfeição. Não tínhamos condições de fazer melhor. Contamos com alguma sorte, para que nenhuma de nossas evidentes fraquezas de então nos expusesse a um fracasso. De resto, a ação se desenrolou bem. Até mesmo com humor. Algum engraçadinho escreveu cartas anônimas aos jornais, reivindicando o seqüestro e impondo como condição à libertação do embaixador que a Alemanha perdesse o jogo com o Brasil.

Tudo bem, sob o céu de anil.

Tudo como se fosse um belo jogo de futebol. Ali, um gol dos guerrilheiros...

10.

Como não falar de futebol no momento em que ele se torna o mais espetacular brinquedo do país? E no entanto o esporte não tinha originalmente a vocação de ser um espetáculo, eliminando a participação de todos em torno do jogo de alguns.

Festa do corpo, esporte é dançar a música dos músculos. Deixar seguir os membros numa comemoração onde não há competição no desafio. Conseguir — sem *poder* — contra ninguém, não lutar contra um, lutar com. Derrubar obstáculos.

No ato esportivo o corpo desafia a inércia. A ginástica *conhece* a ação numa forma imaginária, imaginativa, para não se esterilizar num abstrato gesto fixo. O esporte é isto, forma física da imaginação.

Os gregos inventaram nessa palavra uma nudez: ginástica (da palavra grega que significa “nu”) indicava o corpo livre dos pequenos gigantescos freios corporais que modelam um corpo eficaz à submissão.

Assim os gregos pensaram a nudez da ginástica. Libertar o corpo de certos paramentos era um primeiro passo para aperfeiçoar um barro capaz de gozar a liberdade. Um corpo que se fazia não apenas útil, mas principalmente belo, livre das dificuldades de existir.

A beleza é uma certa facilidade de existir, uma definitiva aptidão ao movimento.

Brinquemos de encontrar relações poéticas: fisiologicamente a propriedade corporal de movimento é a motricidade. Se pensarmos que a capacidade da fala é uma especialização da motricidade, vemos que as relações entre a poesia e a ginástica não são ocasionais.

O caráter político do esporte decorre do próprio caráter subversivo da beleza. Ao encontrar o ato imaginário da ginástica, o corpo pretende vencer SEUS obstáculos maiores: libertar-se.

Este perigo de liberação é contornado pela política: uma forma de desviar o obstáculo verdadeiro do corpo, substituindo-o pela barreira artificial duma competição. O corpo não mais se enfrenta, mas enfrenta um suposto problema exterior onde compete, perde ou ganha. O corpo se abandona nessa competição alienante. Alienante: o corpo só se reconhece como exterioridade.

O mecanismo que faz do esporte uma alienação tem sua chave na transformação do gesto esportivo num ato utilitário, e do caráter lúdico do movimento (reconhecimento do outro corpo e contato) num caráter competitivo do reconhecimento. A competição esportiva é uma maneira de socialização no isolamento — tanto mais faz uma massa humana se constituir, quanto mais isola cada competidor, solitário inimigo de inimigos solitários.

Nada mais solitário do que o torcedor no meio de outras solidões, gritando numa guerra onde só haverá um vencido, ele mesmo, que perdeu seu corpo, seu jogo, seu gesto: terrível guerra de extermínio na competição entre representantes, onde o torcedor reconhece sua derrota. Não delega, abandona os seus direitos na mão, no pé, no corpo de um outro que só é corpo na inimizade de outros corpos. O jogo do ódio.

Vivemos no mesmo jogo, na mesma arquibancada. Todos perdemos as mesmas ilusórias batalhas. Não sabemos a solidariedade, gritamos em coro nossas angústias com palavras esteotipadas que não nos servem senão como medíocre válvula de escape.

Nossas palavras são sempre as mesmas, cantadas para facilitar o coro da solidão, são sons sem significação. Não sabemos contar realmente nossas angústias. Nossas fórmulas são velhas e tão velhas que não deixam perceber como são sempre novas as angústias que berramos.

A parte o curto período em que vivi em Ribeira — onde foi diferente — todos os anos de militância clandestina foram marcados por um mal-estar que participava de duas fobias aparentemente contraditórias: um pouco de claustrofobia (dentro dos aparelhos), um tanto de agorafobia (nas praças e seus públicos).

No vasto jardim de mais de oito milhões de quilômetros ainda por cima quadrados, cada um teria espaço pra se perder — e se apavorar, se fosse o caso, na grande extensão desceberta. Mas um país não é seu espaço: somos muitos e nos reunimos, amontoados, em praças e becos de circuito fechado. Estamos trancados nas estreitas embalagens de cimento, aço, fumaça, pressa, ruído e outros materiais duros. Esses conglomerados se chamam cidades: palco ou campo santo de um guerrilhã que se urbanizou sem querer.

O guerrilheiro na urbana lida existe pouco e disfarça sempre. Só se individualiza em poucos momentos, quando ataca o inimigo. A maior parte do tempo se perde na turvação, o anonimato é procura não ser ninguém. Exercício de transparência, como cada qual conhece atravessando uma multidão. Cada um na colméia carrega seu precioso segredo, o mistério da sua individualidade que faz pensar: neste grupo sou eu o diferente. Pressupõe — o indivíduo na malta só faz assim — que os outros são iguais entre si.

A massa urbana, para qualquer militante revolucionário clandestino, deve ser seu esconderijo. Sua floresta, sua paisagem, onde se humaniza. Essa idéia eu tinha nos primeiros tempos da clandestinidade, quando ainda achava que vivia uma revolução em marcha. A gentama como escondedouro é um conforto: a clandestinidade é aqui uma forma de reconhecimento. Todos me protegem e nos protegemos todos: um dia sairemos todos do acoite, o povo romperá sua passividade e se tornará personagem ativo, açoitando abertamente na política.

Não durou muito tempo essa ilusão.

Rapidamente percebi que a massa não era um alojamento, mas minha solitária. No meio dela me perdia e não reconhecia

quem, como ninguém poderia me identificar. A gente era solidade, muralhas cinzas.

Perdido no meio do embolo multitudinário — e sempre havia uma gentarada em torno — experimentei apenas o isolamento e o espanto de ver tanta indiferença.

Conversava, quando podia, com o pessoal estranho ao redor. Às vezes provocava sub-repticiamente o assunto que me interessava. Certamente não dava dicas, ouvia; procurava disinguir um clima, um movimento.

As conversações no ajuntamento variavam em prós e contras. Havia alguns que diziam, corajosamente, como ouvi em bares, que “Eles (os guerrilheiros) estão certos. Ninguém aguenta mais a situação.” Outros condenavam, com coragem também e mesmo truculência.

Nos dias seguintes ao seqüestro do suíço as batidas policiais esmurram intensas e acondicionavam engarrafamentos cotidianos. Gigantescos e enervantes. Apanhei um ônibus apinhado. Apertava-nos um calor insuportável, afoguévamos comprimidos, sufocados. O barulho das buzinas, o ronco da desordem aumentavam a impaciência. Naquele inferno, um homem (aparentemente um representante comercial ou um vendedor) desenforcando-se da sua gravata, começou a invectivar os terroristas: “eles, dizia furioso, são os culpados. Só servem para atrapalhar quem trabalha.” Alguém do lado disse alguma coisa que não ouvi. Ele respondeu, reclamando cada vez mais alto e descambou num pequeno comício, que me pareceu ter aprovação generalizada, contra o “bando de irresponsáveis”.

O desabafo no ônibus tinha seu público, como também as típicas frases agressivas contra os “políticos”, os “governos”, os “responsáveis”. Pouco importava o parecer de cada um sobre o assunto, o debate tinha sempre um ar estranho, dubitativo, escorregadio. O que caracterizava essas discussões não era o valor relativo das opiniões, mas a maneira como as pessoas falavam dos “terroristas”. Que se assemelhava, aliás, com a maneira que falavam dos “governantes”.

Contra ou a favor, os opinantes diziam sempre e permanentemente: *eles*.

O nível de informação individual variava; os julgamentos eram mais ou menos fundamentados. Não importa; o importante é sempre este alheamento: *eles*.

Havia, sabia-se, uma partida disputada entre dois grupos de forças disparatamente desequilibradas. Os dois adversários batiam-se num campo de irregularidade. Eram *eles*, a luta entre *outros*. A massa restava valorar, mas esta "liberdade" de dar palpites não mudaria a cronometragem do desenrolar dos acontecimentos.

A bola rolava aí como nos gramados de algumas missificações políticas, como certas eleições ou outras atividades governamentais; estimular ou esgoelar ameaças não interfere diretamente nos chutes. Torcer não é participar, mas a condição limitada de platéia. A massa influencia, às vezes, estimula ou assusta, colabora ou prejudica moralmente, mas não modifica o desfecho da contenda. A opinião é meramente figurativa. E pode ser amplamente modelada, deformada, conformada. Reclamação opiniática não é protesto, valoração não é opção.

Os pareceres onde a galera fala *deles* é uma forma de delegação de poderes, uma abdicação de toda ação real. Renúncia nas áreas *deles* a decisão se joga entre *eles*. A "opinião pública" serve, quando muito, como linha branca estipulando fundos e laterais. Como tal pode ser manipulada. Ser contra ou a favor é o grande truque das famosas "sondagens de opinião", um dos muitos artifícios da manipulação.

A informação serve de aparelhagem na demarcação dos limites da opção, situando-a dentro de parâmetros garantidos. Os meios de comunicação de massa não falsificam *sempre* (às vezes) fornecendo dados estreitos ou artificiais. A sua grande função não é forçar a torcida a ser pró ou contra, mas fundamentalmente limitar e organizar os fatos que se deve contra-dizer ou aprovar.

Duma forma relativamente ingênua a esquerda armada percebeu logo que possibilidades contava junto aos meios de comunicação. Sem questionar o valor relativo desta tecnologia aprendeu a conviver com suas funções.

As ações armadas têm um caráter espetacular. Poucas pessoas podem fazer um ato de repercussões enormes, que afeta

a vida inteira de um país. Um seqüestro, uma sabotagem, por exemplo, na sua inimaginável eloquência junto aos meios de comunicação, dão a idéia de uma força e duma extensão que os grupos armados estavam longe de possuir.

Desenvolveu-se na época, com algumas variações, o conceito de "propaganda armada", onde — apesar de não analisar os mecanismos de comunicação modernos — a exploração do lado "espetacular" das ações era a preocupação primeira. A agitação, segundo o conceito clássico do leninismo, é a divulgação de poucas idéias a muitas pessoas: a chamada "propaganda armada" serviria como técnica de agitação para os grupos armados. Através de ataques nítidos, auto-evidenciáveis, a vanguarda armada *demonstraria* o valor das armas como política.

Acontece que só não se percebia, então, que a formação dos meios de comunicação era o veículo real que dava ressonância à "propaganda armada". Que de fato transmitia algumas poucas idéias a um público incontável. Tais como: a ameaça à "segurança nacional" que representavam os grupos "terroristas", uma suposta força e capacidade militar desses grupos; uma guerra ampla entre "governo e terroristas". Mas a primordial idéia que se transmitia era esta: a luta entre *eles*, dois destacamentos armados em presença. Ao povo restava torcer diante dos seus televisores.

Os grupos de guerrilha contavam com algumas dezenas de militantes, distribuídos em algumas dezenas de organizações, cuja principal diferença foi sempre a sigla com que se designavam. As ações mais sensacionais foram feitas por grupos praticamente arruinados, incapazes de recrutar novos militantes, inaptos a dar uma continuidade qualquer à sua prática. As quedas constantes esvaziavam os grupos, impediam que programassem ações a longo prazo. Vivia-se em torno de *imediato*; os projetos para o futuro eram abstratas reflexões sobre a guerra revolucionária (que *se faria*, no condicional...).

Entre as formações reais das organizações armadas e as imagens delirantes que delas apresentava a imprensa, ou as declarações mais ou menos arrogantes que elas próprias faziam, a distância é (in)calculável. Por um lado, era interesse da ditadura apresentar o perigo como sendo muito maior do que de

fato foi. Podem ter certeza: cada vez que a ditadura começa a mugir demais sobre perigos enormes, e mais “terrores urbanos”, é que nos prepara um terror de muito pouca urbanidade. Por outro lado, os grupos revolucionários falando da força que gostariam de ter, mas não tinham, achavam que estavam puxando a brasa pra sua sardinha.

A maior das organizações não chegaria, na sua época de maior pujança, a ter quatrocentos quadros. E mesmo assim a definição de “quadro” tinha farta elasticidade. A capacidade real de ação podia ser medida ao nível de dezenas de militantes, quando não restrita a ordem das unidades. Cheguei a conhecer organizações “grandes” que não tinham nem dez quadros, como também sei de uma que no auge do seu florir era composta por dois militantes... e, assim mesmo, divergiam um do outro em quase todos os assuntos que discutiam!

E não estou fazendo nenhuma caricatura. Muito menos, uma crítica onde se possa ler um menosprezo. Pelo contrário, Não há nada de extraordinário nesta pequenez numérica. A História é farta de exemplos de pequenos grupos revolucionários que chegaram a mobilizar todo um povo: eram 12 os revolucionários do Granma, o Partido Comunista Chinês tinha uma centena de membros na sua fundação. O que caracteriza um grupo político não é a quantidade de militantes, mas a agudeza da sua militância. É preciso, embora, relativizar essas relações entre força política e número de quadros.

Julgando, quase absolutamente, que a quantificação dos seus componentes ou dos seus recursos materiais eram dados menores, as organizações acreditavam na mística da sua influência crescente, que a imprensa colaborou a criar. Herdamos do pensamento maoísta uma verdade útil: “uma minoria que tem idéias corretas já não é mais uma minoria”. Os grupos armados, acalentados com os ecos sensacionalistas das suas atividades, consideravam-se maiores: acreditavam no fantasma duma imagem publicitária, num gigantismo obscuro e supersticioso, que servia mais e melhor aos interesses do inimigo. A partir dos momentos mais trágicos da derrota, o mais importante tornou-se exibir uma atuação *evidenciável*, mais uma “ação de re-

percussão” que “marcasse presença”, do que uma movimentação política contínua e sólida.

A “ação”, nesta lógica do espetáculo, passava a ser uma intervenção imediatista, deixava aos poucos de ser parte de um *movimento revolucionário*. Passou-se então a chamar “ação armada” um mero formalismo que escondia no gesto violento (e desesperado) a verdadeira inação política. Não seria esta a primeira vez em que se confundiria — e a esquerda brasileira não seria a única — as formas peculiares do movimento com o próprio movimento.

A própria passividade das classes revolucionárias era considerada favoravelmente. Uma espécie de “quem cala, consente”. Como se o silêncio obrigatório dos oprimidos fosse um assentimento cúmplice. Entretanto, nenhum apoio a nenhuma revolução pode ser passivo ou silente. A massa não pode “delegar” a revolução a alguns, que se denominariam vanguarda. Por mais “entusiasmo” que provocasse o espetáculo duma operação, nem por isto mudaria a face da política do país. Não se faz uma revolução por aclamação e nenhum coro de apupos pode derrubar uma ditadura.

A participação democrática — que é o caminho da revolução — não é uma enganosa “liberdade de opinião” sobre a ação dos outros. Uma opinião vale o que vale: quer dizer, nada, se não corresponde a uma possibilidade de agir conforme as idéias e interesses que supõe tal opinião. Enquanto falar “deles”, a massa será sempre, ela mesma, a terceira pessoa — ausente — do discurso político. A democracia é um diálogo sem ausentes.

12.

Todos os argumentos do mundo justificaram a entrada naquele combate. Nenhum argumento possível serve para dar razão à permanência numa luta derrotada e absurda. A guerrilha, sem querer, abriu caminho ao terrorismo. Uso o termo

politicamente e não com o valor que lhe foi atribuído pela ditadura.

O terrorismo é quase sempre uma arma da direita, em geral visando a neutralizar uma população. Aqui está claro: o inimigo é a massa, que deve ser aterrorizada. Através de ações militares executadas por poucos, que precisam apenas de audácia, pode-se atingir objetivos relativamente importantes. Numa guerra popular as forças revolucionárias podem lançar mão subsidiariamente desse recurso, mas evitando atingir uma população "neutra" — dita "civil" — procurando na escolha dos seus objetivos aqueles que possam ferir exclusivamente o inimigo, inclusive dispersando suas forças pelo terror. O terrorismo como arma revolucionária foi usado em todas as guerras de libertação, desde a luta contra os holandeses no Nordeste ao Vietnã. Era sempre um ato — de guerrilha — executado no terreno do inimigo, visando ao inimigo, jamais uma população.

Na medida em que a guerrilha urbana passou a combater o governo numa guerra "particular", vista de longe pelo povo, ela perdeu sua qualidade primordial. No Brasil os grupos se dissolveram, ou abandonaram a estratégia inicial. Mas por todo o mundo grupelhos militarizados — nem todos! — caíram numa pura dialética do terror. O absurdo da ação de bandos desesperados só se pode entender como o fascínio exercido sobre eles pelo *monólogo do poder*, isto é, o discurso (sempre autojustificativo) do poder sobre si mesmo. Os grupos armados, convencidos de um poderio que aliás não têm, autojustificando-se politicamente, através de critérios abstratos — às vezes francamente reacionários — empunham as armas com o objetivo exclusivo de lutar contra um Poder. Ao mesmo tempo, desvinculados de todo o diálogo democrático — isto é, do único diálogo possível na sociedade capitalista que é o diálogo *nas* classes revolucionárias — atribuem-se o direito de representar uma classe que não os reconhece. Ao se substituir à classe, tornam-se totalitários, tanto quanto o poder contra o qual dizem lutar, mas contra o qual apenas brigam, usando a única e mesma fala: este monólogo de ameaças com o qual o Poder explica o real.

Parece que o mais difícil não é entrar. É sair.

Durante uma operação de guerrilha urbana, quem leva a pior é o transeunte, como os denomina com pertinência a crônica policial. Transeunte, numa boa definição de dicionário, é o marisco na troca de porradas entre rochedo e maré.

Toda ação, numa forma ou de outra, nos punha diante desses anônimos. Situações no mínimo delicadas, se não patéticas. Para um guerrilheiro urbano, e será sempre assim, esta é uma das dificuldades para a qual precisa contar com enorme serenidade.

Nas desapropriações — as de carro mais do que as outras — havia um incômodo: ter que render pessoas absolutamente inocentes. Por vezes, quando a ação era reivindicada politicamente, procurava-se explicar a função instrumental daquela perturbação. Para mim, estas situações, não raras vezes cômicas, eram uma espécie de metáfora da solidão política. Só suportável porque explicada por uma moralidade decorrente de uma visão política que se queria coerente.

A solidão é uma das condições do guerrilheiro urbano — a priori trabalhando num "terreno inimigo". Para suportar esta solidão é preciso uma ideologia muito firme. E uma lucidez maior. É necessário sobretudo guardar uma capacidade crítica que permita saber onde termina a solidão enquanto necessidade numa forma de luta e onde começa o exílio decorrente dum isolamento político.

Quando se abandona a revolução, como nos atuais grupos terroristas, a questão passa a não ter importância. Passa a ser explicada por equívocos que tomam lugar numa ideologia revolucionária. Para o terrorista não existem neutros ou indiferentes. Os terroristas julgam sumariamente: consideram a indiferença uma responsabilidade direta. Podem, assim, justificar ataques criminosos contra a população. Utilizam inescrupulosamente a população — em geral massacrada pela indiferença política que lhes é imposta por um sistema que o terrorista pensa combater — como refém numa guerra absurda.

Curiosamente, o terrorista, respondendo ao terror institucional, avalia a indiferença da população como se fosse uma opção política. Fundamento mesmo do totalitarismo, impõe

sua ação como quem diz: "Quem não está comigo, está contra mim."

E — isso a gente pôde averiguar longamente na nossa experiência armada — não há nada mais falso do que divisões arbitrárias da *opinião pública*. As opiniões — modo de ser da indiferença — são simplesmente inclassificáveis e imprevisíveis. A maior parte dos erros de avaliação que fizemos foi atribuir certas tendências de opinião que não se verificavam numa prática política determinada. Impossível basear qualquer programa político em cima de "opiniões". É preciso fundá-las na ação real presente das classes sociais.

Para a VPR, a encruzilhada entre a guerrilha e o terrorismo ficou clara em dezembro de 70, por ocasião do seqüestro do embaixador suíço. Durante quarenta dias ficamos com o prisioneiro, fazendo as mais difíceis e complicadas trocas de comunicados com uma ditadura que controlava intransigentemente os meios de comunicação. À parte os poucos envolvidos — nós e a ditadura — ninguém mais sabia o que estava acontecendo. E não tínhamos nenhuma condição de nos explicar.

A ação, do ponto de vista da operação militar, foi bem feita. E estávamos relativamente bem preparados para ela naquele momento. Contávamos com recursos, em pessoal e aparelhagem. Tínhamos até, o que era um luxo, um aparelho alternativo para onde poderíamos transferir o embaixador, caso o primeiro fosse localizado.

Numa clara manhã, no Flamengo, o embaixador foi seqüestrado quando ia para o trabalho. Esperamos por ele apenas alguns minutos. O tráfego no local estava ligeiramente engarrafado. Um acidente nas proximidades da área do seqüestro era responsável pela perturbação.

O esquema da ação foi semelhante ao do seqüestro anterior, um pouco mais simplificado, já que neste caso não havia o carro de cobertura. A proteção do embaixador suíço era apenas um policial que ia no seu carro, ao lado do chofer. Logo após a colisão dos carros (o nosso era um Volks), a reação dos presentes foi buzinar e tentar "passar por cima". Um dos apressados manobrou seu carro por cima do passeio e disparou

na sua pressa de ir não sei aonde, quase levando um tiro do companheiro que fazia a cobertura. Felizmente ele teve tranquilidade de ver que se tratava meramente de um imprevisto que, mais que outros, queria passar de qualquer maneira. Tanto que quase passou desta para melhor. Não corra papai, já ouviste, ô meu?

O embaixador suíço foi mais fácil de "carregar" do que o alemão. Ele era baixotinho, como eu, por isso tive que fazer menos força e gritei menos. Mesmo assim, enquanto o extraía do carro, pois se entalara entre os bancos, fez força para voltar. Imobilizei-o, ameaçando (pensava em armas: pensei que tinha lhe dado uma louca). Ele se acalmou:

— É só para pegar os meus cigarros.

Fumava cigarros ingleses especialmente fabricados para ele e não queria privar-se nem naquele momento.

Apenas um imprevisto secundário no plano: dois soldados se ocupavam do acidente que engarrafava o trânsito, a alguns metros da zona da ação. Tentaram desembainhar as armas, quando passamos por eles, mas desistiram logo, pois de um dos carros um de nós mostrou-lhes — mostrou-lhes, apenas — uma metralhadora. Os dois, entrincheirados de qualquer maneira atrás de um poste muito fino, ficaram quietinhos.

Para transbordar o seqüestrado, usamos um método mais simples do que o caixote do alemão. Vestimos o embaixador com um macacão de operário e um boné que lhe deu um ar perfeitamente natural. Os vizinhos, se viram alguém entrar em casa, foi um bombeiro hidráulico, que aliás já esperávamos — como tínhamos dito aos mais próximos.

Tínhamos escolhido uma rota de saída da ação que seria a menos "óbvia", porque passava pela frente do palácio do governo. No cruzamento das ruas, exatamente aí, muito próximo ainda da área da ação, um sinal luminoso permanece longamente sobre o vermelho. Era um ponto fraco, onde poderíamos vir a enfrentar amolações, mas apresentava, além da vantagem de não ser "evidente", a maior facilidade de acesso à zona norte, onde estava nosso aparelho.

O que nos decidira a escolha de tal trajetória foi um "aviso", alguns dias antes do seqüestro. A polícia preparara

um esquema de ocupação militar da cidade. Usou seu esquema ou porque tinha recebido um alarme falso ou porque queria treinar. Através do plano de cerco que utilizaram para invadir os principais pontos do Rio, amplamente noticiado pelos jornais como o mais eficaz dispositivo anti-sequestro, pudemos selecionar nossa rota de fuga, sabendo de antemão que estaria relativamente mais livre do que as outras.

Logo a seguir ao sequestro a cidade estava engarrafada. Eu deveria voltar de ônibus ao aparelho do embaixador, depois de ter abandonado um dos automóveis que nos serviram. Demorei horas para atravessar a zona sul. A zona norte, felizmente, estava mais ou menos calma.

Se militarmente tudo se passou bem — e a polícia nunca suspeitou sequer da área do aparelho onde estava o embaixador — politicamente foi um deus-nos-acuda. A resposta da ditadura foi inicialmente o silêncio em relação ao nosso primeiro manifesto. A seguir distribuiu um comunicado em que recusava claramente as nossas condições, mas apresentava tudo como se aceitasse: dizia apenas que libertaria setenta prisioneiros políticos, desde que eles se enquadrassem nos critérios que determinara.

As discussões nesse momento, entre nós, foram enormes. E principalmente confusas. Estávamos diante da nossa impossibilidade de responder à ditadura. O controle de toda a imprensa impedia que respondêssemos coerentemente. Uma das alternativas, que para mim parecia ser a melhor, era a de entrar em contato — como, aliás, começamos a fazer — com representantes de multinacionais suíças. Estes nos ofereceram uma soma importante — alguns milhões de dólares — pela vida do compatriota deles. Levantamos a discussão no comando. Pensamos a hipótese de aceitar o dinheiro, evitando assim entrar numa conferência bilateral com a ditadura. A maioria dos militantes das bases julgava que, caso a ditadura não aceitasse integralmente nossas condições, deveríamos eliminar o prisioneiro. Com isto eu concordava: não admitia que pudessemos conciliar com o governo; percebia que a morte do diplomata seria uma ferocidade de acuados; namorava uma saída no resgate oferecido pelos industriais, alternativa frágil, sim, mas

todas as que tínhamos eram incertas, já que a incorreção precedia de longe a atual encruzilhada. No último caso, como a grande maioria dos companheiros, votava pelo justicamento. Nesse momento eu vivia coerentemente nossa incoerência. Aturdido, era na época representante duma das tendências da inconsciência que — me parece — todos compartilhávamos.

Lamarca, usando do seu direito de veto como Comandante-em-Chefe, optou pela liberação dos setenta, mesmo que fossem apenas os que a ditadura aceitasse liberar. Com isso impediu uma morte estúpida. Mas é preciso não mistificar: Lamarca não tinha então maior preciência que outros. Simplesmente — foram seus argumentos numa reunião do Comando — reconhecia (como bom militar e com sua intuição política formidável) “uma derrota tática”. Como todos nós continuava estimando corretas nossas orientações estratégicas: liberar os companheiros? “Para a continuação da luta.” Matar o refém? “ato incompreensível para o povo”. No entanto nunca discutimos que compreensão teria naquela época o povo do próprio sequestro, da mesma guerrilha para a qual procurávamos viabilizações...

Durante quarenta dias foi preciso uma longa tratativa e uma infinita paciência, trocando os nomes vetados nas sucessivas listas que enviávamos e ficavam secretas no desprezível troca-troca entre nós e a ditadura.

Findo o sequestro, sobrou a crise, o caos dos inexplicados. Não acordávamos de nossas fantasias oníricas sobre a operacionalidade da atuação que vínhamos levando, mergulhávamos num pesadelo dúbio onde nosso esfacelamento se dava por todos os motivos, inclusive políticos. E ressentimentos, fossas, fugas, heroísmos avessos, espantos, sofrimentos, suicídios. A polícia teve nas mãos um grupo de sustos corajosos, que massacraram sem susto.

Tal era nossa perplexidade que, em outras circunstâncias, caso contássemos com mais quadros ou melhores recursos, creio que dificilmente teríamos escapado do terrorismo. Houve mesmo uns tristes poucos, já alucinados, que não souberam tornar-se remanescentes e não recuaram nem mesmo diante do homicídio. O desespero é perigoso.

Andamos por toda parte, eu e minha maleta. Mas ela se sentia melhor no turbilhão carioca. Como que estivesse melhor protegida naquela paisagem e cores e berros onde, sem residência fixa, o rumo parecia ser menos incerto. Se viajava por alguma tarefa, voltava como quem volta em casa.

Instalei-me muita vez em quarto alugado, na casa dos outros. Fazia amizade, mas nunca ficava muito tempo. Mesmo se não fosse localizado, a criação de hábitos enfraquece a guarda. Uma cara vista freqüentemente pode ser reconhecida numa fotografia, mesmo de má qualidade.

Quando começaram a divulgar amiúde a cara dos "terroristas" nos jornais e televisão, pensei que seria um problema maior. Não foi. Minha foto parecia muito de longe comigo.

Certa vez morei na casa de uma velha senhora com quem me dei melancolicamente bem. Vivia muito sozinha, e gostava de contar casos. No seu sotaque envolvente ela me falava do seu antigo país na Europa Central, e cada erre arranhado cantava como todas as melodias duma juventude. Me disse de casos duma guerra velha, de como ela e o marido viveram meses escondidos num fundo de loja, com as crianças, inclusive Rudolph, que era o rapazinho moreno com ares de antigamente na foto da esquerda, que já estava apagando, o tempo não perdoa; Rudolph, que morrera por não ter suportado o frio que passaram naquele quarto sem janela, e a fome, e o medo; no Brasil vocês são felizes de não conhecerem a guerra, menino. Isto me contava com sua voz enfeitada de sons antigos do mundo que fora o seu e que já não conhecia, mudou tudo, a terra já não era igual; trinta anos é uma vida, menino. Isto me dizia para me ensinar a saudade, pois nunca voltara em Casa (a Casa era seu país, o velho, não mais existente); trinta anos, e só o sotaque dizia que nada apaga a Voz primeira; a família é só pra frente, quer dizer, dos filhos em diante, para trás não mais, só retratos que os netos não tinham paciência de conhecer. Então me mostrava recordações, fazendo-me seu neto de empréstimo, esta é a Tia

Clara; minha mãe teve dezesseis filhos e criou todos, hoje só sobro eu; tinha irmãos na Argentina, outro nos Estados Unidos, morreram, perdera o contato com os descendentes, a guerra é o inferno, menino.

(Lembrar-me-ia da involuntária ironia das suas afirmações e ensinamentos, quando ficaria durante meses fechado num quarto onde um cobertor fazia papel de cortina, sem poder acender a luz, nem fazer ruídos, por causa dos vizinhos. Lembrar-me-ia dela, enquanto escondido ouvia a ditadura passeando históricos ossos de imperadores; enquanto a História virava um cortejo fúnebre, eu me lembrava das lembranças da minha velha amiga.)

Fui convivendo com ela e amando suas lembranças, gostando mesmo das estórias, umas tristes outras alegres, que me desfiava, olhos molhados, enquanto fazia paciências. Ela se levantava cedo, sentava-se à mesa da sala e fazia paciências, interminavelmente. Às vezes, cochilava com uma carta na mão. Acordava com um pequeno sobressalto, por qualquer ruído, ou por barulhos vindos dos sonhos. Passava a mão no rosto, espantando o susto e continuava no ponto onde interrompera a paciência. Às vezes, deixava cair a carta que tinha na mão. Em baixo da mesa, quando eu voltava no final da tarde, via três ou quatro cartas que lhe faltavam. "Ah, por isto não consigo acertar nenhuma vez...", me comunicava quando lhe devolvia as cartas caídas.

Às sete horas, exatamente, ligava a televisão, que olhava enquanto continuava jogando. Um dia conversava com ela quando vi que começavam a mostrar fotos de procurados, entre eles, eu. Ela prestava atenção nos noticiários. Propus-lhe que jogássemos um pouco. Ela encantou-se com a idéia. Sentei-me de tal jeito que a obrigava a ficar de lado da televisão. Enquanto seguia o programa jogávamos escopa. Perdi.

— Você é muito distraído, ela me disse. Presta mais atenção na tevê do que nas cartas...

Pequenos engodos que a gente tem que usar para afastar mesmo os vizinhos que ama.

Vizinhos, às vezes atrapalhavam, se criavam muita intimidade. Nem sempre: no aparelho onde guardamos o embaixador suíço tínhamos excelentes relações com a vizinhança. Tanto que improvisamos um baile, com a turma de rua, entre os quais rapazes com quem Lamarca às vezes jogada pelada. Tudo começara porque um dos nossos conhecidos nos trouxera um disco, presente que recebera naquele dia. Ouvindo a música, outros foram chegando: “Licença, se dança, é?” Ainda não. Logo depois, pronto. Era uma festa animada. Para horror do embaixador.

Teve vez que as coisas se complicavam. Num dos aparelhos que tínhamos, uma das vizinhas habituara-se a nos visitar. Entrava sem bater. Gritava, já dentro da sala:

— U-uu, sou eu!

Numa tarde, quando apareceu sem prevenir, acabávamos de chegar com o dinheiro, que tínhamos desapropriado de um banco. Escondemos rapidamente o saco de lona debaixo da cama. Nossa vizinha, que nos conhecia tão bem, vinha nos pedir um favor. Falava com atrapalhão. Contou um caso comprido do filho que fora despedido do emprego, do aluguel, do preço do arroz, do esforço do seu menino pra arranjar um bico novo, para afinal nos pedir vinte cruzeiros emprestados. Sentados sobre cem mil, era duro agüentar o disparate do pedido. À nossa amiga dizíamos que éramos operários: pois assim, alguns dias depois, veio nos devolver os vinte paus. O mais duro foi aceitar.

Duro: não tínhamos vizinhos. Passávamos por eles. Passavam, passantes. Transeuntes, como se diz.

14.

No Rio vivi, de preferência, esses anos todos. Ali, mineiro e clandestino: dois motivos para a nostalgia. Profissional da saudade, virei. Fui colecionando amigos perdidos, ajuntando

uma dolorida intuição de que nunca mais os veria. Havia os mortos. Para outros, presos, para alguns, banidos, tudo parecia também ser absolutamente definitivo. À medida em que a derrota ia tomando sua forma inequívoca, a distância crescia. A saudade ocupava o tempo perdido.

A vida: era aos poucos. Cada dia um pinga, uma esmola, uma expectativa. Viver transitoriamente em aparelhos, tão pouco aparelhados para o comum viver. Acampamentos agitados, onde partilhávamos uma luta que era compartilhada com poucos. Por sermos poucos, os espaços habitáveis eram estreitos: os vizinhos nos cercavam, urbanos, numerosos. Indiferentes? Talvez. Ou talvez, e a suspeita predominava, potenciais inimigos, delatores possíveis.

Não era só dentro da forma de exílio, que começamos a viver nos aparelhos, que se tomava cuidado. Não era só aí, dentro destas pequenas fortalezas frágeis, que a suspeita fazia falar baixo, vigiar as janelas. Toda a gente se inquietava quando alguém insinuava o que pudesse vir a ser interpretado como protesto. Sim, que aqueles anos foram caracterizados pelo tom baixo e conspirativo das conversas sobre assuntos que pudessem vir a desagradar aos poderosos. Quem viveu então que não se lembra de um momento qualquer onde se disse no meio de um qualquer papo: “fale mais baixo” ou “cuidado com a língua”?... Quem não se lembra dos sussurros? Foi assim. E porque chegamos aí, é duro explicar. Foi acontecendo. E vivemos assim longos exílios. Os anos do psiu. Pssuspeita.

Suspeitava-se. Com maior razão, nós, dentro dos aparelhos. Poucos, entulhávamo-nos em esferas fechadas. Muitas vezes durante dias, meses às vezes, ajuntávamo-nos em pequenas clareiras, quase sem possibilidade duma reserva pessoal. Nenhum isolamento, trancados, vida coletiva forçada: difícil para todo mundo. E no entanto solidão era o que não faltava.

Era preciso aprender a conviver, apagando exigências pessoais excessivas. Frequentemente a intolerância aos pequenos hábitos alheios podia inventar imensos problemas políticos.

E

O exercício da tolerância é uma disciplina que se adquire aos poucos. E custa talento e dedicação. Muitos nunca conseguiram compreender que, naquelas circunstâncias, a convivência nos aparelhos, sem espaço individual possível, sem concessão à intimidade, era um verdadeiro problema político. E não dos menores que enfrentaria a guerrilha urbana.

Resumi essa experiência numa observação: conviver tem razões que as vazões de cada um ignoram.

Creio por mim que aprendi isso bem. Consegui — e disto me orgulho — não atrapalhar mais do que as dificuldades existentes nos atrapalhavam para conviver. Penso ter sido bom companheiro. Pelo menos problemas meus nunca se tornaram um problema para o coletivo. Isso foi extremamente importante, principalmente mais tarde, quando acabaria toda possibilidade de continuar alugando aparelhos. Eu era barra pesada demais. Quando já estava só, tive que ser guardado por pessoas vivendo “legalmente”. Nesses momentos, tive que reduzir minhas reivindicações pessoais a um mínimo, que era quase um esforço de tornar-me translúcido. Eu me tornara um problema suficientemente enorme para quem quer que me abrigasse, para inda por cima tentar impor qualquer vontade. Mas nesse momento já não era convivência; era estritamente uma passividade de existir, porque viver era uma resistência bastante grande.

Mas também, que não, a vida dentro dos aparelhos nem sempre era tensa, ou sofrida. Nem sempre nos empilhávamos. Os aparelhos eram, no geral, meras instalações. Às vezes, com dificuldade, a gente procurava fazer daquilo uma moradia. Houve mesmo quem ensaiasse criar um ambiente de lar. Mas nunca duravam. E era pior ter que abandonar um lugar se tivéssemos nos ligado ali por alguma afeição. Um dos últimos aparelhos que tive que esvaziar pertencia a um jovem casal — nem mesmo vinte anos tinham, então. Para ali tinham fugido, amantíssimos, brigados com pais e meio mundo. Amavam-se muito e era reconfortante vê-los assim, tão namorados, naquela casinha de subúrbio. Porque eram militantes, tinham montado um aparelho — com nomes de guerra, embora fos-

sem legais — e aquilo era antes de tudo a casa primeira daquele amor que foi primeiro. Era um lugar diferente e o que tinha de clandestino vinha também do ar de proibido daquela paixão que pais recusavam. Que era paixão que tinham, os dois, naquela casinha de subúrbio. Morei com eles e a casa cheirava bem e acolhia melhor. Mudei pra lá poucos dias antes que o rapaz fosse preso. A gente conversava tolices, jogava baralho, brincava coisas sérias e se dava bem. Eu, eterno romântico, me comovia com os comovimentos que os uniam, casalinho secreto numa casinha de subúrbio. Uma semana? Talvez pouco mais por ali fiquei, escondido. Numa noite ele não voltou na hora em que voltava todo dia. Esperamos. Por convenção estabelecíamos o que chamávamos “teto”: um horário limite, a partir do qual, faltando notícias, é por que acontecera uma notícia para página policial dos jornais. O teto era meia-noite. Esperamos, dez horas, ele tinha sido preso, ela alongava seus enormes olhos verdes, queria estar calma, não queria vacilar, que mal me conhecia e — muito depois ela me contaria — para ela eu era um “medalhão”, um cara experiente, um desses comandantes do qual seu marido lhe falava e de quem ela não gostava muito, por ouvir dizer, pois “nunca gostei de medalhões”. Esperamos, onze horas, começamos a embalar o mínimo indispensável, aquilo apenas que coubesse numa valise de mão. Algo em mim como se perdesse muito mais do que perdia, mais ainda do que aquele amigo que sempre amei. Algo em mim como se perdesse um incontável carinho de ver um amor que de tão sincero me tomava e convencia que valia a pena muito e muito mais. Era de um amor e tão sereno, que eu via as dificuldades de ser no abandono daquela casinha de subúrbio. Meia-noite, íamos saindo. Ainda voltêi como quem procura uma última solução.

Minha amiga de olhos verdes, que pouco depois também seria presa, me disse anos depois, quando nos reencontramos em Paris, que teve vontade de rir quando me viu voltar em casa para recuperar, entre tantas coisas abandonadas, um baralho. Que às vezes jogávamos de noite, conversando tolices.

Panorama lunar. Avisavam na televisão, mostravam mesmo como se isso fosse prova, que o Homem — este raro animal de H maiúsculo — tinha chegado à lua, marcado com o pé a descansada poeira que séculos desumanos acumularam. Enquanto afirmavam tais desbravamentos, eu olhava do meu lado e via os homens, de nome tão pouco próprio que se escreve com uma minúscula letra muda e impronunciável. Não foram estes, suando parcas misérias nas roupas disjuntadas, que chegariam à lua. Estes, deserddados, viviam num astro sem brilho que nenhum cosmonauta quisera pisar. A Terra só é azul vista de longe. De perto, o cinza consome o melhor de nossa poesia.

Era a História, a nova era de descobrimentos. Espetáculo de luxo, para orgulhar a humanidade que, de resto, tem tão pouca razão de se enaltecer. Colombo não tinha a câmera vigiando, bastava-lhe a pena de um escrivão, um ou outro Caminha, que não falava de azul, mas admirava os espraiaamentos do verde. Que era verde, onde hoje se vê automóvel e petroquímica. Mas, felizmente, na lua não vivem autóctones que poderíamos chamar luníndios, mesmo que eles se pensassem outros apelidos. (Seria apenas um pequeno quiproquó a mais.) Sem luníndios, menos um genocídio, para consolação. Se ela é possível.

Consultando da minha janela a fosca noite onde as estrelas abdicam sob o mormaço de detritos que sobem com leveza e sem elegância, eu vigiava o enorme vazio do espaço, que não só a chegada de exércitos terrestres ocupava minhas vigílias. Pensava na solidão possível e engraçada: se um dia, depois de muito vagar pelos mares das nebulosas, a Humanidade — esta — descobrisse que estava só, única inteligência no vendaval de corpos celestiais. Então, concluiríamos no fim desta ficção científica: estamos sós. E nos desesperaríamos, quase sem ter condição de nos mover na densa concentração de corpos terrestres, que uma demografia sem plano ajunta em cubículos cada vez mais exíguos.

E na televisão se conquistava a lua. Do lado de cá, nós mesmos, azuis com a luz da tela, única azulidade que nos restava. E pouca. Nossa História. Eu ainda refletia na solidão, em grupo, sufocante. Nós sós. Os nós. S.O.S. Enviávamos — nós, os maiúsculos agás desta bola de matéria nobre do escaravelho sagrado, barro e merda — sinais aos cosmos. Mensagens, queremos nos comunicar com outras inteligências. Enviávamos vasos espaciais com informações sobre nós. Duas figuras humanas desenhadas segundo o honesto ideal de um mundo uno e bom: um homem forte, como os primeiros sonhos, uma mulher sólida e curvilínea, como as derradeiras esperanças. Se algum dia essa garrafa de naufrago chegasse a cair no verdadeiro planeta de tão pouca inteligência que temos nos construído, um desdentado faminto, olhando sua velha mulher de trinta anos e dez filhos, sonharia fugas. Que bem que ele, animal minúsculo e torto, gostaria de encontrar aqueles seres cândidos e aproveitáveis. Nem tão longe precisamos empurrar os desencontros: que nossa mensagem de naufragados caísse na porta de um banco, onde se senta a figura opulenta e disconforme de um gordo industrial, balançando papadas, sofrendo rugas, úlceras, carcinomas, silicose. Certo que no olho baço do animal inútil que inventou o agá maior al iria se ler o desejo escrupuloso, a libidinagem doce que perguntaria: quanto? Pois que ganas muitas teria de encontrar o lindo bicho que se oferece, inteligente e comunicável.

Sentado na minha ilha, sem palmeiras, sem sabiás, findos os gorjeios, eu imaginava outras garrafas: que fossem de mim, afogado, aos outros oceanos. Que de minha sucinta Ilha de Vera Cruz fossem encontrar salvação e brasis.

Imagino, hoje em dia, poder ter escrito um romance que lembrasse a época e que terá começado assim:

“Passava a militar na clandestinidade. Recebera os primeiros papéis frios. E novo batismo de guerra.

O contato que lhe dera as primeiras instruções pedira que escolhesse um novo nome de guerra. O anterior caíra. Resolveu, por causa do livro que tinha na mão naquele instante, adotar o nome do autor: Daniel. O contato disse que não era possível, que já havia um outro Daniel no grupo de ação ao qual se ligaria. Outro nome. Por causa do livro escolheu outro nome (do título do romance): Robinson.

Teria posteriormente vários nomes. Mas este ficou para sempre. Quase seu nome real: pelo menos o nome de uma parte da sua realidade.”

Meu Robinson, náufrago na Ilha de Vera Cruz, falaria uma linguagem dúbia, mesmo feia, corrompida com um jargão monótono, rígido, onde despontariam palavras de um gírio e construções de frases indicando a dificuldade de romper “tares esquemas pré-fixados de análise”. Construiria, só, na sua ilha, sua diferença, o escândalo da sua diferenciação com o mundo que o cercava; na sua língua traria seu naufrágio enquanto solitário remanescente de um barco antigo pouco poderia fazer, senão falar as mesmas palavras que aprendera e fazê-las viver assim: esforço brutal de fazer nascer na entonação monocórdia uma ou outra invenção particular.

O Robinson de Defoe, com seu trabalho, reconstitui a sua sociedade original: é a presunção da vitória contra a natureza hostil. Ser natural, Robinson encontra sua única contradição com a natureza. Homem moral, capaz de reconhecer o Bem e o Mal, mas dependendo da Revelação para evitar a tentação e conhecer Deus: portanto, fundamentalmente um homem religioso, o que era dizer: civilizado. A oposição ao selvagem Sexta-Feira serve de contraponto: Sexta-Feira aprenderá a civilização (religião e sistema econômico “civilizado” como a criança aprende a falar. Produtores, Crusoé e Sexta-Feira, e na produção antagonizados — diferenciados — ao mundo natural, os dois, europeu e selvagem, são iguais, segundo a igualdade do liberalismo, diante do sentimento moral.

ou seja, do que é força civilizatória, enfim, do Capitalismo “estado natural do homem”.

Meu Robinson viverá diferenciações outras: não duma natureza da sua Ilha, mas da sua ilha social. Sua primeira questão será: por que esta diferença? O que me torna um indivíduo à parte, uma minoria política? Mas esta pergunta não será bastante ainda. Nenhuma ilha de homem é uma geografia: é uma história, de onde nasce um romance aparentemente pessoal. Meu Robinson aprenderá a chamar de exílio o seu naufrágio.

O meu romance — dito real — continuou, sem que eu fosse Crusoé, numa sexta-feira em que conheci Cláudio. Também numa sexta-feira, véspera de carnaval, fugimos da última queda, escapamos. Com Cláudio iria conhecer, iríamos, um diálogo enorme, que durou anos, onde falamos um do outro, contando casos de si mesmos. Descobrimos o sexo. Não que tenhamos nos tocado: durante anos falamos apenas, contávamos nossas experiências com terceiros. Só muito tempo depois de ter conhecido Cláudio que despontou em mim a hipótese de praticar um sexo — homossexual — que verbalizava, sem reconhecer. A homossexualidade me resolveu angústias, mas não me afastou do exílio, e, sim, me fez conhecer outros.

Durante todo o ano de 73 e até setembro de 74 inventamos um degredo a dois, sem nenhum contato com os companheiros presos ou banidos. Depois do golpe do Chile a situação piorou. Não sabíamos nem mesmo para quais países poderíamos ter ido nossos amigos.

Fomos levando, fazendo por esquecer e agüentar.

No começo de 74 transei com um rapaz que nunca soube nada da minha vida anterior. Um dia ele me contava um caso sobre uns padres que conhecera e que tinham desaparecido sem que ele entendesse como:

— Foi na época em que morreu aquele cara, como é que se chamava mesmo?

Eu disse: Marighela.

Ele se esquecera. Não só do nome. Para ele, para tantos, tudo ocorrera há muito tempo, longe, mais distante do que o satélite que já fora pisado.

Quando Cláudio e eu ouvíamos comentários assim, que enterravam sem memória nosso passado — e no entanto tão pulsante ainda naquele presente — olhávamo-nos calados, sabendo. Estávamos sós.

CONTOS POSSÍVEIS (ESTÓRIAS DE BICHOS)

Foi em Niterói, né, Cláudio?

Estávamos dois, únicos, atônitos, escapáramos. Todo mundo preso, sua mulher, sua irmã, horrores. Você estava sendo procurado. Novidade para você.

Para mim, não. Aquela seria a última vez, eu disse, enjoado do hábito de ser sempre o último. Daquela vez, pior: não havia mais absolutamente nenhum lugar para ir, não restava nada a fazer. Já não conhecia mais ninguém.

Decidi que, melhor do que cair, suicidar seria uma solução. Cortaria os pulsos, já que nem mesmo sobrara um revólver. Patético e ridículo, inventei um plano mirabolante. Você deveria vigiar na sala ao lado, para que nada falhasse. Tendo certeza de que eu estaria morto, você poderia (sua barra afinal era bem leve) tentar corrigir sua vida.

Você não aceitou. Acabamos saindo juntos, para incorreções a dois. (E não é que escapamos?)

Nós apelidamos isso de “a noite da galinha”, já que seu melhor argumento no momento para evitar que eu levasse adiante o plano foi de que não permitiria ver um amigo morrer como um frango degolado.

Rimos até hoje, embora na hora não achássemos graça nenhuma.

Como se diz nas lendas árabes: Alá, porém, sabe mais.

O cenário representa um circo pauperizado, numa cidadezinha (idem) de Minas.

O dono é um tipo atarracado, de bigode ralo, casaca esgarçada e sotaque forte de nordestino imitando italiano. Diz-se, orgulhoso, Diretor do Circo Internacional Irmãos Guarazzi. Aliás, desde que se tornou dono, diretor, apresentador, ator e domador de feras passou a se chamar Irmãos Guarazzi, por se encontrar em falta de familiares para justificar o título do circo, falta de irmãos que era, afinal, a menor das suas necessidades. O antigo dono morreu, português dedicado e tuberculoso, deixando à mulher o circo e o casamento com o Baiano — ajudante de carregar tenda — que se promoveu a italiano por verdadeira vocação artística.

Bicho e circo, como é de domínio público, são associados por convenção e destino. Igual associação entre bandido e cadeia. Bicho, porém, ao contrário do bandido, não vai ao circo. Lá fica é preso, com aqueles olhos animais de quem quer provocar a diversão (bélica) do inimigo.

Ser de circo é lei da selva. Ser do circo é ser bicho. E, quando preciso, fingir de fera.

O que bicho de circo não finge é dor e fome. Questão de estilo: leão no circo só ruge pra fazer coro com as tripas inconstantes.

Bicho agrada, pra desagrado próprio. Vê a Chita, por exemplo, que era mãe do Tarzan e companheira de combates. No cinema só ria, expressando aquela satisfação aberta, de riso arreganhado até a raiz da gengiva, quando — escondido da câmera — o seu treinador apertava sua pata até quase quebrar os ossos.

Chimpanzé deu azar: a natureza providenciou na sua cara uma expressão de dor física que coincide estranhamente com o riso humano. O público alegrava-se muito com o esgar de dor da Chita. Aplaudia.

Quando leão reclama de fome, público aplaude, satisfeito com o medo que teve e da segurança da arquibancada.

O público, como é seu dever, aplaude a própria ignorância. Circo só tem graça se a gente aceita acreditar no inacreditável. Enganar e enganar-se é a condição do circo.

A Associação de Proteção deve achar crueldade. Com os animais, quero dizer. (Tem metáfora e simbolismo nesta história. Quem se engana que tire as conseqüências. Inúteis.) Depois, também, nem é tão triste assim: no circo-picadeiro dá-se de comer no final da função. Ao leão, quero dizer, pois o respeitável público, por sê-lo (respeitável e público) vai pra casa, enquanto leão come. Menos em circo mambembe. Mas isto já é outra estória. Esta.

Bom, no nosso circo, por falta de recursos materiais, a fome do leão não era recurso estilístico, mas apenas um pouco menor do que a fome do domador.

Fome, nem rei das selvas agüenta, que não é leão, por assim dizer. Falta-lhe a tarimba do nordestino e sua fome paciente. O domador, entretanto, pensou em comer o leão assado. Desistiu.

(O domador avaliou, entretanto, as conseqüências catastróficas de comer seu próprio instrumento de trabalho. Vê-se que tinha suas luzes sobre o materialismo histórico.)

O domador considerou a hipótese de, comendo o leão, fantasiar cachorro com juba. Mas perdia na troca. Cachorro mineiro é lento, de esguelha, conciliador. Não tem o “*Physique du rôle*”, se bem que o velho leão já não tinha nada de impressionante, se não levarmos em conta as costelas. Mas se costela impressionasse, tinha assim de platéia para assistir criança em favela.

E daí deu-se o que se deu: e um dia o leão comeu o domador, em público, no melhor espetáculo que o circo jamais dera em sua pacata carreira.

(A análise do domador, mesmo partindo de princípios teóricos corretos, falsificava a conjuntura; não contando com todas as forças políticas em jogo. Era uma análise unilateral e metafísica.)

O leão comeu seu domador. Oralmente e lambeu os belcos pois, em público, ninguém come diferentemente em Minas. Cenas de baixos instintos em público, por mais leão que seja o comedor e mais de circo seja o comestível, nunca teria por palco a terra das Gerais. A gente se respeita.

Isto diz a lenda.

Alá, porém, sabe mais.

Não pensem que mineiro tá no mundo pra ser pasto de leão e tem o dia do caçador, pra garantir a dialética.

Diz-se que havia por lá, nas Alterosas, um conhecido personagem público que tinha nome de ressonância hindu. Lia, nos astros, previa o futuro, arranjava sortes e talismãs, o horoscopo, copista-mór da região. Tendo fracassado nos albores de sua carreira política (contra toda previsão perdera a eleição para vereador em aziago dia), conseguiu o cargo de diretor do zoológico, por injunções astrais que regiam a corrupção em conjunção com a casa solar da senvergonhice nas esferas municipais. Faltava talvez verba, talvez honestidade, o fato é que os animais e seu diretor morriam de fome. O astrólogo, para evitar um trágico desfecho no seu destino zoodíaco, deu ao zoológico um destino culinário. Foi descoberto na ceia de avestruz ao molho pardo. Ave por ave, galinha perde em tamanho e inteligência.

Isto diz a lenda.

Marx, porém, sabe mais.

Galinha ao molho pardo é um cadáver cozinhado no seu próprio sangue. A descrição culinária pode revelar um ape-

lto que as sutilezas do cardápio escondem sob perifrases astuciosas.

Lênin, porém, que transava strogonoff (que é o cadáver do boi cozinhado no leite da sua mãe) é quem dirigia o proletariado.

A onça, o bode e o bom cabrito viveram esta aventura, da qual, sendo testemunha, podendo garantir sua estreita veracidade, passo a lhes narrar alguns fatos marcantes.

Era no tempo em que os bichos falavam. Tempo, portanto, em que enfrentavam o principal problema do falar: a sustentação do diálogo entre espécies diferentes. Bicho de fábula é sempre diferente do outro com quem conversa, nessa diferença residindo o gênero fabuloso desses bichos. O diálogo é, pra bicho que fala, a forma de identificar desigualdades: no papo são todos diferentemente iguais, no mesmo pé. Só há afogamento no monólogo. Mas aqui é no tempo em que os bichos já não falavam mais. A aventura que lhes conto se passa, por definição, na era da conversação. Então, é assim:

O bode e o bom cabrito resolveram construir uma casinha, um abrigo protetor contra as intempéries naturais. Discutiram, fizeram plano, reconheceram que viver entre a grama e o estrelado é bonito mas desconfortável. Com trabalho e perseverança fariam uma residência onde poderiam continuar os proveitosos debates diurnos. Porque, sem teto, de noite se calavam, vigiando o escuro do qual ignoravam tudo. Dentro de quatro paredes poderiam continuar na incompreensão do escuro, mas a incompreensão já seria um começo.

O dia inteiro trabalharam, fundaram os alicerces da sonhada moradia. Pela noite, na hora famosa de ir beber água, a onça passou por ali. Encontrou as obras abandonadas, que seus construtores depois do pôr-do-sol não davam sopa em descampado. Exatamente porque se onça bebe, come, e neste

vai-e-vem ninguém se dispõe a ser cardápio. Até a água corro, mas não escapa, embora engane a onça, que nunca bebe duas vezes no mesmo rio, como já descobriu um velho sábio grego.

Ao ver o trabalho começado, a onça com seus felinos olhos que vêem no escuro, disse de si para consigo, pois que andava sozinha:

— Ah, que inusitada sorte! Os deuses diurnos querem me construir uma casa, onde eu possa repousar meus fadiga dos ossos depois das minhas perambulações de noctívaga. Graças darei aos deuses.

E fez seu canto. Bonito e afinadinho.

Aqui preciso explicar: de fato, a onça não acreditava em deuses. Mas gostava de fazer literatura e tinha forte gosto pelas metáforas e outras figuras de retórica. Por outro lado, se vivia de noite, não era por boêmia, nem muito menos para se entregar aos deboches da sombra. Vigiava, porque assim optara. Impedia que a madrugada soltasse seus abusos e desencontros. A opção existencial da onça era servir de poltrilha. Sua estética decorria desta solidão poderosa.

O canto da onça para si mesma dizia mais ou menos isto:

— Muito bem. Aceito a oferta dos esforçados deuses. Mas noto inconveniências maiores no projeto inicial. Para começar, o trabalho que fizeram não respeita leis primárias da arquitetura. Os espaços são ingenuamente divididos, não se domina o volume, não se ordena os contornos naturais. Nota de imediato grosseiros erros de engenharia. Os deuses, na sua pressa de levantar os muros, desprezaram todos os cálculos da resistência dos materiais.

Dito e feito: noite a dentro a onça entregou-se a um trabalho crítico aprofundado. Esforçou-se em matemáticas e deixou por escrito ordens precisas, segundo as quais a construção atenderia seu gosto e suas necessidades — e as dos deuses, afirmava, já que tanto melhor estariam quanto melhor a servissem, segundo sua lógica inabalável.

Ao amanhecer, o bode e o bom cabrito deram de cara com a novidade do texto, em forma de lei, com toda simpatia. Leram aquilo e se disseram: “Taí, estávamos militando na ignorância. Estávamos fazendo besteira e mais besteira. Vamos

fazer segundo as instruções, e a casa da gente vai ficar muito melhor. Agradecemos à sorte ter colocado no nosso caminho esta desinteressada sabedoria que só quer o nosso bem.”

E foram fazendo assim. De dia trabalhavam, iam dando o duro necessário. De noite, a onça patrulhava, corrigia e deixava ordens. Mas nem tudo vai indo como todo mundo quer. E um dia o bode e o bom cabrito olham o que vinham fazendo.

— Escute, falou o bode, estou achando esquisito.

— Eu também, concordou o bom cabrito.

— Nem mais parece uma casa.

— Pois é. Parece um castelo.

— E nem estamos na metade. Vamos morrer antes de ver o que vai dar.

— Eu tenho é susto. Vou me perder neste troço tão grande. Acho que nosso chefe de obra está exagerando.

— Está.

Ficaram diante da própria criação meio aturdidos. Não eram nenhum burro, mas estavam diante do...

— ... palácio, refletiu o bode.

— E pra que que eu quero um palácio? exclamou interrogando o bom cabrito.

— A gente não é príncipe, né?

— Não somos.

— Então?

E deram de conversar, no desconfiando. Não fizeram nada de valia naquele belo dia. No dia seguinte, as ordens vieram maiores e mais bravas, um tiquinho desaforadas. Os construtores compreendiam menos. E puderam fazer nada.

No terceiro dia vinham chegando e levaram um susto do cão. A onça estava lá, instalada e furiosa. O bode berrou; o bom cabrito não, que por ser bom, não é disso.

A onça foi decisiva: acabem!

Os dois, diante da situação de fato, mãos à obra. E toca de fazer o que a onça mandava. Mas a onça nem dava tempo pra ninguém argumentar: estamos fazendo um mundo novo, melhor para todo mundo. E era grandioso o monumento da

onça! O maior, um gigante, um colosso colossal. Dia inteiro trabalharam, à noite também e assim por diante. A onça chamou, convocou outros bichos apetitosos. Que os comia também para horror de todo mundo. Mas onça tem outras fome e ninguém podia nada.

Dizia o bode, extenuado:

— Não é possível. Não dá. Vamos berrar.

O cabrito sussurrava:

— Bode, não provoca. Não provoca, que ela te come.

A onça refestelada, feliz com a obra que avançava, ressonava.

O bode não se consolava:

— Não dá. E se a gente berra?

Fraquinhos, gritaram um pouco. A onça, que comera coelhos e pacas, argumentou, educada:

— Não façam tanto barulho. Não vê a casa que já temos? Assim que estiver pronta a gente aproveita e seremos todos felizes.

Foi assim que esperaram. Mas o bode reclamava. Não era fera, só furioso.

E o cabrito:

— Não provoca, não provoca...

Que bom cabrito não berra, que acha provocação, que acha que provocar faz aumentar a fome da onça.

E assim a casa-palácio cresceu. Desenvolveu. Atraiu muito mais bicho do que jamais se imaginara, que viviam sempre atarefados naquela coisa que ninguém sabia o quê, naquela ignorância perdida. A onça é que justificava:

— É isto mesmo. Vai ser melhor para todos.

Já tava gorda como um ministro barão.

De sopetão, numa hora lá, a onça teve fome e comunicou pro bode e pro bom cabrito, desmerecidos de fadiga:

— Vocês já tão velhos na obra, já não rendem. Agora eu vou comer vocês.

O bom cabrito ainda queria dizer: "Mas se a gente nem provocou", mas não disse. E o bode que berrava, estava esgoelado:

— Eu sabia, eu sabia, dizia o bode, na hora da fome a existência da gente já é provocação bastante.

De tanto susto afinal, não sabiam o que dizer. Não sabiam o que falar, de susto perderam a fala.

Foi assim então: a onça, babando com dente à mostra, avançou rugindo feio e...

O resto não posso contar que os bichos não mais falam. Espero, para continuar, que recuperem o dom.

SOL

1.

Capítulo primeiro.

(Porque sempre há um começo, mesmo que não seja princípio ou principal. E porque capitular é preciso; pelo menos à memória.)

O dia era um qualquer, o ano, muito depois. O dia era um normal, chovia e fazia sol. Mundo temperado, estação intermediária, meteorologia provisória. Nem isto mais, nem aquilo ainda.

O ano era depois de muito, muito tempo. Porque o tempo não é de se gastar ou desgastar. Continua, porque isto é coisa de tempo: continuar: O ano era este, antes.

Entre o depois e o antes, este intervalo. Esse. Ele não via nada, nem pensava nada disto, porque pensava em pensamento algum. Desfiava sua trilha mental na diária avenida; que indo para o trabalho, pisando duro no chão molhado de cimento apropriado, certo, desenvolvido, sujo. Resultava da impressão do momento duma coisa que já era habitual, bulevar conhecido, como outras trilhas, outras vidas e ruas de antes e depois. Pensamento de momento, ou impressão. Um instante mental, tudo isto que a cabeça trabalha quando a gente não trabalha a cabeça, não puxa, não pede nada, deixa correr.

Cotidiano. Habitual. Como se fosse há todo o tempo possível. E no entanto era coisa recente, de calendário estreito. Nada mensurável em décadas, solenidade geral do estofo dos

séculos. Questão de alguns poucos meses, nem tanto tempo assim tinha de asilo ali. Mas o tempo é uma coisa continuada que se mede nos olhos pela forma de não se ver novidade no que se vê.

Não mais novidades? Nunca, que nunca houve. Paris nunca lhe fora surpresa ou inovação, talvez porque já tenha chegado lá um dia com olhos estrangeiríssimos, contudo sem decisão turística e viageira. Chegara com a cara de se habituar forçosamente e com a coragem emprestada de quem chega com folga, para ficar e quer, na chegada, fazer como se já fosse e estivesse por ali. Tal maneira que não excluía a curiosidade.

Ele vira um dia a imagem informada virar informação. Uma Notre Dame igual, como deveria ser e mais ainda. A torre de ferro igual à dos filmes. A gente como no romance. A cidade como na memória dos outros.

De modos que a reação era de receber aos poucos, fazer de conta que estava vivendo um passado, que estava — como aqui no papel — contando azos e vezes enquanto via pela primeira vez. Para ele, desconfiado, quase sempre a primeira nunca foi a vez das primícias, do início. O tempo é uma coisa que depois se recompõe. A cronologia dum antes e depois distintos, se se trata da forma ou da maneira da memória Natural.

Foi um momento molhado, e talvez, o modo melancólico do homem encapotado parar na chuva. Havia uma força que desviou sua atenção para a vitrine que o homem olhava, provavelmente sonhando férias e ócios: *Le soleil toute l'année*, paisagem em azul no cartaz da loja de turismo.

Foi assim que lhe veio uma certa confusão. Inocente. Franca e débil, uma sensação de que sua terra tinha muito, muito sol, que era melhor viver na luz o ano inteiro. Não parou. Não hesitou nem um segundo, mas voou, longe. Instantâneos de coisas, saudade. Provável que seja saudade. Ou raiva. Assobiou.

Chegou ao trabalho. Trabalhou a noite inteira.

Parecia ser muito depois. Ou antes.

Entre antes e depois, o provisório. Mas isto já não tinha nenhuma importância.

2.

Vamos continuar no nosso faz-de-conta.

Vamos reabrir este baú de velharias que tínhamos chamado "cronologia". Acompanhem as novas andanças do nosso personagem e do seu fiel amigo Cláudio nos restantes anos daquela década assombrosa.

1974 — Sairiam do Brasil, pela fronteira argentina, com passaportes falsos, porém honestos, que juravam que eles eram nativos de um país da América Central. Durante a viagem de ônibus, enquanto lá fora corriam os últimos pampas, ele fingiria uma laringite providencial, pois não poderia falar espanhol. Cláudio, com sua cara de pau proverbial, conversaria com um argentino que morreu de rir do sotaque. Disse que não sabia que naquele país de onde Cláudio vinha o espanhol era falado numa forma tão curiosa. Seria dia sete de setembro. A escolha da data se deve ao gosto deles pela ironia.

/ Ali chegara ao fim da clandestinidade. Que anos aqueles! Contar tudo que foi não posso. Ainda não, não tenho jeito, ainda não estou seguro do que foi. Não saberia contar tudo que foi. Moisés, afinal, nem ele — a quem Deus soprou tudo — pôde, e deixou o texto incompleto, e Deus é Deus, como se sabe. Se nem ele, eu, então, hein? Escrever memórias que não sejam entre parênteses é, bem sentenciava vovó, pretensão e água benta. A solução para um pobre mortal é ir contando aos poucos: o que importa é selecionar sintetizando. Fabricar com intenção. /

1974 — Chegam à Europa. Reencontram velhos amigos. Emoções. Ângelo é psicanalista, fala em Lacan, assusta os conhecidos: parece que tá louco, dizem à boa pequena. Nossos personagens passam por mais loucos ainda. Querem voltar ao Brasil. Dizem que exílio por exílio, lá na terra deles sentiam-se me-

lhor. Foi difícil convencê-los. O argumento forte: “Se vocês caírem, todos os companheiros que estão presos vão de novo ser torturados, nas acareações com vocês.” De repente tomaram consciência do risco de serem presos, mortos, de envolverem outras pessoas. Ficaram. Mas não quiseram instalar-se na França, que tinham achado um saco. Iriam para Portugal em plena revolução.

/ Escrevi na época: “Portugal, um meio-fio sem proibição onde me sentei e escrevi uns versinhos.” Depois de muitos anos fui capaz de parar quieto num café, num banco público, mesmo na calçada, se me desse vontade. No dia em que me sentei naquele meio-fio, dum avenida que não podia deixar de ser a da Liberdade, o mundo teve outro gosto, a vida, outro sentido. A calma reinventada me deu um empurrão. Ah, que as coisas podem ser fantásticas vistas da perspectiva surpreendente da beirada do passeio.

E era a festa e eram os cravos e era também e já o exílio, mas um outro, cômodo e acolhedor, que continuava a esterilidade da clandestinidade. Exílio, me expliquei então:

é um certo não
uma ausência sim
um ponto longe
um mundo outro.

Todo mundo discutia, por toda a parte. Nas praças, dia e noite a gente se reunia em grupinhos falando da revolução. Todo mundo no comércio, as ruas viraram tribunas.

Eu via, pensando. Pra quando, na avenida Getúlio Vargas? Comentei:

Todo mundo pode falar
no Rossio.
Mas eu vim de outras praças...
Aí, não tenho papo. /

1975 — Onze de setembro. Ângelo morreu, num acidente com a sua moto. Não saberemos se foi o seu gosto pela ironia que determinou a escolha da data, aniversário do golpe do Chile. Ângelo escapou da cadeia no Brasil; escapou do golpe no Chile; mas não escapou da sua ânsia de viver demais. Não viveu para ver nenhum resultado. Este luto é o resumo brutal de todas as mortes provisórias que viveria o nosso personagem.

/ Cacofonia:

Morte te temo

motejo e jogo gago.

(A gagueira da morte, a gagueira do temor da morte.)

Da morte não sei nada.

Nada, nada.

Nada dá, dá nada.

Nada da danada. /

1976 — Mudança para Paris.

/ Exílio. O medo de perder a língua, confundir-se na palavra, confundir as nascentes do próprio tempo. Desterro da alma: uma geografia? (Bem que podia ser o nome de um lugarejo, um trecho de sertão, incógnito ambiente de personagens crepusculares.)

Uma história? Que começa ao se dizer que é *ratée*, *voilà*. Se vier o nome falso, é preciso tremer e gemer: a dor pelo menos reaviva instintos. Não diria *aïe*, *ouïlle*, mas ai, merda, aai, aiaiaaai... Um gesto: um, o número de uma coisa, eu digo com o indicador. Um francês diz “um” com o polegar. /

1977 —

1978 — Paris é certamente a mais linda cidade do mundo e oferece todas as vantagens imagináveis. Aí, ele viveria, calmo.

/ /

1979 — Como sempre escaparia. Desta vez da anistia do governo. Ficaria de fora.

/ Ser um dos últimos, de novo. As coincidências não existem. /

1980 — Nada de novo. A maior parte dos brasileiros retornaria
/ O exílio é o mesmo.
A solidão é que parece nova. /

1981 — Proscrito, quase prescrito, escreve.

/ Ah, nem, que não, que não, que não escrevo assim: "foi". Nem vê, num vou comprometer-me em relatórios. Não pode, ainda não pode, que é só 1981 e tem aí seja um general que lê, seja um esseenii que cataloga, um punho que aguarda, que não abriu. Aguardo diante dos portos que tenho fechados, neste resto de exílio que alonga ainda mais uma certa solidão que sempre me pareceu destinação inevitável e temida. Um dos últimos no exílio, já quase nem se fala em anistia — e ela nem houve, estou aqui que não me deixo mentir. Liberdade condicional, como todo mundo, enquanto não se fizer a condição da liberdade. Aí estaremos no começo sempre no começo, que liberdade não é, nem será, mas começará e sempre continuará começando. Aí começaremos a poder abrir o jogo. Por enquanto reunimos matéria-prima, meras informações, dados-coisas-objetos para trabalhar a memória, para formar uma construção, uma história. Desses dados pode se dar que eles lá que ficham e catalogam e vigiam, ajuntam mas não podem dar coerência. Não têm estofo para fazer história, só para desfazer as hipóteses de história que brotam por aí. Terreno escorregadio de um texto de transição: não entregar nada, mas não se deixar renegar, não negar.

Por isso, nem de jeito nenhum é hora de dizer foi assim. Porque não foi, tem sido.

Informação é serviço. *Deles*. Informa-se demais; é mentira. A informação massacre: lixo, eu sei tudo, só sei que tudo saberei se ajunto as peças, quebra-cabeça, bumba-meu-boi, a ignorância total pelo saber peculiar, desalfabetização. Bem informados, bem informadinhos vocês podem dormir (talvez sonhar), suas bestas. Muitas pequenas verdades, objetivas, para formar um

só objetivo: a impotência do informado. Cultura do atual civilizado: o mito imbatível da eficácia científica, às vezes pintado com as variedades metafísicas da chamada verdade, às vezes disfarçado com as sutilezas ideológicas da vaga noção de consciência.

E no entanto eu preciso contar. Como uma praga, preciso contar. Uma coisa assim forte como uma tara, escrever. Mas — isto também é preciso — não passo informação, me cuido. Difícil tarefa de se contar, preservando; exposição máxima, nudez e fantasia como queria o Eça: conto, romance.

Por isso é assim: *acerto de contos*.

Quimeras.

Pessoal e intransferível.

Destinação recomendada: agora que está enviado já não é mais meu. (Daí a conseqüente inquietação. Que caia em boas mãos, pelo menos.)

3.

Em Paris, meti-me a fazer ginástica e aprendi a equilibrar-me plantando bananeira, o que foi uma forma diferente de usar as mãos (portanto, todos os outros órgãos do pensamento) e uma maneira divertida de ver de cabeça pra baixo o planeta, quer dizer, com o hemisfério sul sob os pés.

Aí também: conheci certo cerimonial alimentar, entradas, intróitos, queijo-eléisons e ouvi dizer que, se comer lesmas em geral é muito fino, misturar abacate e açúcar é de extremo mau-gosto; curti muito a língua local; comprei o Grand Robert, onde constatei que registra quatro vezes o nome Andrade, nenhum deles brasileiro, assim como Rosa é um pintor italiano do século XVII e Guimarães, a primeira capital de Portugal; apanhei sífilis, logo que cheguei, mas não se preocupem, curei logo, sem seqüelas, num centro especializado e gratuito de saúde pública; vibrei com a vitória dos socialistas nas eleições de 81, gritando na Bastilha "on a gagné" e sofrendo derrotas

perdidas silenciosamente; arranjei muitos amigos de nacionalidades várias (do Zimbábue a Israel); inutilizei minha capacidade total de esperar com paciência; a-guardei muito e chorei um pouco.

Esperei; expirei pulverizadas esperanças, espoeiras; inspirei para arejar desencantos; aspirei remendos para alma, mas estes ferimentos não fecham; pirei, também.

Pirado, porém com continência, piração gasosa que tomou forma do recipiente em que me recolhi. Pequenino conjugado, fechadinho, e triste quando me dava vontade, num prédio antigo num Impasse. Por quê? Não tive aí opção, nem ironia. Era só toponímia: ruela parisiense, Impasse Guéméné.

Coincidências: onde morei em Portugal era uma ladeira forte. Rua da Saudade chamada, me fazia chegar à minha janela, paisagisticamente arqueada sobre imbricados telhados de Alfama, com a respiração difícil, fôlego gasto no esforço de escalar a Saudade, ruazinha torta que escalava o monte até um muro velho e pedras quietas, debruçava-me ao parapeito, coração latejante, sobre esses tetos coroando o que era tanto afeto e reconhecimento que tinha à Lisboa. Daí rabisquei poesias atrevidas para minha nostalgia ultra-atlântica; recebia cartas entusiasmadas de Ângelo, que resistia, para minha consternação, às tentações de vir lambuzar-se de azeite no folgado lisboeta. Aí, nesta inclinada Saudade, soube que não mais poderia continuar em Portugal. Até então não tinha documentos que legalisassem minha situação no país. Depois do 25 de novembro de 1975, os rumos eram outros. Forçado era que fosse exilar-me num canto onde provasse, papel passado, quem eu era, e exilado. Não mais podia prosseguir como durante os últimos quatorze meses em cena lusa e livre, apenas dizendo “sou eu” e confiando na confiança que tinham em mim e no meu tropical linguajar. Cláudio até que pensou experimentar Áfricas e proximidades de raízes, mas naquele momento havia a morte (estúpida? mas a morte pode ser estúpida? Corto o adjetivo. Basta a morte como significante e seu cortejo de ignorâncias) do meu amigo, em França, morto tão longe e tão fundo em mim. Não era bem uma explicação para escolher Paris, era uma implicância minha, implicação

implosiva. Mais não falo das coisas portuguesas que já avisei que escrevo sobre os exílios. E Lisboa não foi: nem exílio, nem soluços. Um dia talvez vos conte, portugueses da anedota da minha vida, o amor em que me ficastes ancorados, felizes caravelas de descobrimentos próprios, meus.

4.

Quando vocês chegaram na França era Portugal que amargava naquilo que chamavam, no frio da gare, de “verdadeiro início do exílio”. Vocês estranhavam a própria indiferença com que enfrentavam a chegada, comboiando as incômodas bagagens onde vocês queriam trazer aqueles anos de amor ao Portugal de Abril. Vocês apressavam-se, atarefados.

Vocês não estavam tristes, apenas muito ocupados em deixar Portugal e entrar no verdadeiro inverno. Não que fugissem de Lisboa; antes uma recusa. O duro seria a continuação daquilo que vocês começaram a ver no desmoronamento da festa, na substituição da flor viva pela glorificação do já antigo cravo. De novo Brasil, não, vocês decidiram.

Porque do outro lado do Atlântico tinha sido um jogo que só se faz uma vez na vida. Lá vocês alongaram a derrota, experimentaram seus extremos, ensaiaram seus ritmos. Quando já não restava mais nada do que vocês conheceram — cada um a seu modo — como militância e esperança, vocês escreveram e interpretaram uma peça maluca. Não sabiam nada da reação da platéia que estava invisível, embora ela lhes parecesse evidente, quase palpável. Vocês participavam desta espécie de milagre da fantasia no palco, onde o ator tira recursos infinitos do magnetismo da massa de espectadores, esta aí personagem fundamental do drama teatral. Como por um problema de jogo cênico, vocês não focalizavam a gente fora do cenário; supunham. E isto bastava para que vocês seguissem interpretando, divertindo-se, até a exaustão da ironia.

A peça de vocês não era um texto, era um plano dramático que consistia em alongar as cenas para evitar o único final possível — como no teatro romântico, o desfazer de todas as tramas, o desmascarar do vilão. Um defeito nessa estrutura: era um clímax mal construído, pois tornava os heróis supostos em verdadeiros anti-heróis, derrota da derrota. Para não viver o final, ele era vivido como eclipse fundador de cada cena.

Paris já não era Portugal, não havia razão para euforia.

Era preciso preocupar-se com problemas práticos imediatos de instalação. Naquele janeiro de 76 dizia-se:

— O golpe do Chile saiu de moda.

Era o que se dizia.

Enquanto “esteve na moda”, em torno do golpe organizaram-se solidariedades. Todo exilado era bem recebido. A esquerda francesa movera mundos — do Primeiro ao Terceiro — e fundos — dólares, francos e outros tachos — para facilitar a vida dos recém-chegados. A atitude da esquerda francesa nesse momento é uma das mais belas demonstrações de amor que conhecemos. O que não exclui um ligeiro verniz de racismo em relação a um mundo (Terceiro), que fascina o francês de esquerda e que se lhe apresenta como incógnita.

Mas naquele momento a solidariedade “se desgastara um pouco”. Avisaram e tornaram a repetir, como para impedir que vocês se esquecessem: “contem com menos facilidades”.

E tinha a língua, barreira maior que o sotaque em Lisboa. Vocês aprenderiam logo que uma coisa é falar francês, outra coisa é falar a língua que os franceses falam, sem escrever.

Você desconfiava que tudo era mais difícil do que queria crer. Quando você, que procurava se aliviar evocando um otimismo que falseia suas convicções, sorria para mostrar que finalmente estava ali e fazia uma observação cheia de boas intenções, Fred, horrorizado como sempre diante de expectativas ingênuas, cortou duro:

— Você não está esperando nada brilhante disto aqui?

Claro que você não esperava, mas não queria que fosse dito naquele momento, simplesmente para não piorar um cli-

ma de beco. Você, com esta mania de buscar um lado menos feio na coisa, já irritou muita gente, passou mesmo por otimista maníaco. Você nunca conseguiu se livrar desta forma um pouco simplista de valorizar uma saída qualquer, pelo simples fato de ser uma saída, mesmo que você saiba que o mais duro está por vir.

Fred sempre foi o contrário. Não que seja completamente pessimista (é apenas um pouco e às vezes), mas fala das coisas com um realismo seco e sem entusiasmo. A sua procura de tranquilidade é responsável pela vida turbulenta e insatisfeita que se fez. Tem vocação para o entusiasmo e a experiência ensinou-lhe a inquietude. Desconfia das perspectivas que fascinam, encontra-lhes um lado fosco, uma monotonia redutora. Nem por isso deixa de se fascinar. Fala do futuro como se fosse uma espécie de escorregadia diplomacia do presente, onde as forças reais passassem necessariamente por articulações formais.

Fred ensinou tudo que aprendera, ajudou com uma disposição companheira, encaminhou-o pelas alíneas e parágrafos duma burocracia ilimitada. Você se tornou oficialmente um refugiado político, pela primeira vez depois de oito anos tinha documentos verdadeiros (em Portugal não havia condição de obtê-los). Um título de viagem da ONU garantia sua liberdade de ir e vir pelo mundo, com um senão. Anotado no passaporte: válido para todos os países, salvo o Brasil. Assim, você se tornava válido universalmente, é verdade; agora, que o Brasil estivesse *salvo* era uma piada involuntária da linguagem burocrática.

A *via crucis* do respeitável cidadão fichado, carimbado, numerado e com certificado de garantia legal: meses de pequenas irritações pelas repartições públicas francesas. Primeiro tratava-se de ir à polícia, comunicar sua presença em território francês, dar entrada ao pedido de asilo político na França. Você foi, teso e desconfiado. Polícia é polícia, em qualquer língua, o melhor que se tem a fazer diante dela é se precaver. Tinha que contar uma estória, mais ou menos baseada na sua biografia. Tinha que justificar, com provas, a neces-

sidade do asilo. Todos contam histórias mais ou menos padronizadas. Fred explicava:

— Eles não vão acreditar muito no que você disser. Vão ter à mão o seu dossiê da Interpol. Só que não podem dizer que sabem o que você não diz. E têm que aceitar o que você contar. Isto aqui não é uma ditadura e a polícia tem seus pruridos democráticos. Ainda mais, o policial que vai te interrogar é um burocrata, quer se desfazer do abacaxi, não quer se encher o saco. Quer apenas prevenir a entrada de picaretas e indesejáveis, sabe como é.

O policial que encaminhou o questionário, que aquilo nem foi um interrogatório, preocupou-se mais com dados técnicos. Fazia as perguntas, Fred servia de intérprete. Tática: enquanto Fred traduzia você tinha tempo de pensar na resposta, para não dar nenhum vexame. As perguntas do policial, técnicas: nome, idade, endereço, data de entrada na França. O importante não era nem que os dados fossem exatos, o importante é que fossem numerados, ordenados, convincentes, ficháveis.

— É assim mesmo que se escreve isto? perguntou constantemente. Tinha a mania da ortografia, o moço. Você se lembrou, com os cuidados ortográficos do interrogador, do *Pigmaleão*, de Shaw; fez um paralelo: “Os franceses não se incomodam com o que dizem, desde que pronunciem corretamente.” Naquele caso, não importava senão a boa ortografia. Melhor assim, pensava, a burocracia, sem querer, pode até facilitar a vida.

Você tinha que contar o seguinte estereótipo: era estudante, foi perseguido fazendo movimento estudantil, tinha o risco de vir a ser preso, saiu do país com um passaporte emprestado.

— Nunca dizer que o passaporte é falso, tinham aconselhado, pois isso é ilegal e intolerável. Diga que é o passaporte de um amigo do qual trocou as fotos.

Onde estava o passaporte? Foi devolvido, naturalmente.

Tudo isso passou bem, era o que o burocrata queria que você declarasse. A única pergunta com certa maldade, provavelmente para mostrar que não embarcava tão facilmente na-

quela canoa, foi quando quis saber que penas você recebera, fazendo movimento estudantil. Achava com vaga ironia que aquelas condenações (prisão perpétua, inclusive) eram demasiadas para tão pouca atividade.

Foi-lhe explicado que a ditadura brasileira era violentíssima. Ele sorriu, como que dizendo que achava que era mentira o que lhe dizíamos de nossas subversivas militâncias. Mas a justificativa da mentira, a violência da ditadura, era uma realidade que nenhum francês — mesmo policial — nunca poderia entender. Mal podia saber a quantidade de verdade que tinha em nossas burocráticas inverdades.

De tudo o que mais marcou o policial de serviço foi o nome da cidade onde Cláudio nascera. Cláudio respondeu o questionário com maior facilidade. Sua história era mais verossímil. Mas a cidade: Tinha um cavalo, que o policial admirava muito, que trazia o mesmo nome. “Em brasileiro, quer dizer o quê, Caldas?” (ele dizia *caldáss*). Falou animado em corridas de cavalo. Depois perguntou pelo Pelé.

Despediu-se avisando, circunspecto, que se você fosse estudar não se metesse em movimento estudantil.

— Política é proibido aos asilados, sentenciou grave.

Mas tal princípio você já tinha aprendido duramente no Brasil.

5.

Trabalhei alguns meses como garçom de vestiário na mais luxuosa sauna de Paris. Ganhava pouco e dava um duro como nunca dera na vida. Não fora forçado por miséria ou dura necessidade do exílio. Foi uma ruptura.

Uma das opções do exílio era uma certa mitologia da *volta*. Supostamente vivia-se esperando O momento da volta. A esterilidade da espera imitava a miragem do vácuo. A política da volta não era centrada numa atividade criativa, mas no compasso da transitoriedade. Mais uma vez, uma polí-

tica que preparava o momento onde começaria a vida política, outra preparação pré-política. Essa eu conhecia bem. Não estava a fim.

Recusei-me a sobreviver na fumaça de reuniões fechadas e solenemente inúteis, onde se discute tudo para não decidir nada. A nostalgia foi aí praticamente instituída como método, reinava o clima, ligeiramente cínico, de encontro de velhos combatentes, veteranos de uma guerra que portanto, cinismo maior, não acabara. Tráfico de influências, reivindicações de glórias passadas, que passadas eram, mas que ninguém acreditava muito que tivessem sido glórias. Exílio no exílio, o que se chamava volta, discutida para não decidir nada. Ou decidir pelos outros, o que não vale nada, porque nestas pequenas confrarias falta força para impor sua vontade como orientação global. Felizmente.

A vida no exterior não modificara os principais problemas dos grupos de esquerda. Pelo contrário, acentuara o dogmatismo, cristalizara o sectarismo. A debandada era geral. As antigas questões não foram resolvidas e as novas eram incompreensíveis, porque não formuladas. Só havia uma convergência geral: todos concordavam que, em geral, só havia divergências.

Quando foi que esses grupos de esquerda viraram uma seita? A partir de qual momento, fechados sobre si mesmos, começam a obedecer a uma ideologia que recusa na prática as próprias propostas originais?

Ou a pergunta é falsa?

Não seria mais justo questionar: quando é que tais grupos deixariam de ser uma seita, em quais condições? Qual prática deveriam se impor desde sempre para perder o caráter de igreja?

O Poder e seu fascínio... Para lutar *pelo* poder os grupos se tornavam emanações do Poder. E suas regras ferozes.

Não me interessava fazer "política" assim. Fechar-se no exílio num círculo de vícios da mistificação não resolveria minhas confusas artimanhas. Estava decidido a encontrar soluções para certos problemas que a coerência me impede de

chamar pessoais, mas que a prudência me aconselha a não chamar políticos. Sendo, porém, políticos, pessoais e intransferíveis, pensei dar um salto, uma fuga, um corte. Resolvi que precisava me resolver e às minhas dúvidas.

O homossexualismo era ainda uma pendência.

Comecei — no exílio — a conhecê-lo, e suas regras. Ferozes. O cerco. O círculo.

Desde sempre me dava conta duma armadilha. E me dizia: se escapei de uma seita, não foi para cair num gueto.

Penetrei no gueto homossexual — o verbo penetrar tem humor — seduzido e precavido. Foi assim que um trabalho de garçom entrou na minha opção e que N. marcou um dos seus segmentos.

6.

A sauna onde trabalhava era mais do que um pretexto, um supermercado do desejo homossexual. Alibi requintado e ocioso, cheio de atrações de parque de diversão, daquele parque onde a diversão maior é o que se faz mas não se diz; ali a roda-gigante é o sexo gigante, que roda, cavalinho de carrossel, sob as músicas de gargantas sufocadas com exclamações de proibição: ai, ah, gozo, gozamos.

Imagem simbólica do gueto: luxo, sim, maior impossível; mas porão. Tudo se passa subterraneamente.

A entrada da sauna é uma porta neutra, sem anúncio luminoso, sem indicação evidente. Uma portinha discreta, quase clandestina, que dá entrada a uma pequena recepção com ar de guichê de cinema ou de estação de ferro duma cidadezinha perdida. Paga-se, toma-se uma escada, encontra-se a grande metrópole submersa. Tesouro, sem ilha, ilhado na profundidade misteriosa da atarefada Paris. Como o metrô e seus corredores, no ventre da cidade o gueto instaura seus corredores de outros transportes carnavais.

Segredos, de luxo, sim; mas, também, rituais do porão. O gueto em seus insondáveis esplendores.

Um delirante projeto de reunir num gigantesco subsolo todas as transgressões da proibição vigente: tudo aquilo realizado com nenhum perigo real, porém encenado com realismo. A possibilidade de fazer sexo numa sala escura de cinema; num canto de corredor, invisível aos passantes, mas vendo-os transitar; em salas de vapor onde se aglomera quase uma centena de corpos nus, impessoais, que se tocam, penetram, interpenetram, sugam, empurram, masturbam, lambem, dedilham, escorregam, deslizam, esporram, acariciam, repudiam, reviram, engatam, entulham, engatinham, mijam, gemem, gritam, silenciam, enternecem, chupam, cospem, engolem, suam, amam, detestam, brincam, cansam, descansam, abusam, saem e se enxugam; em recantos de uma piscina decorada tropicalmente. Trevas — e luzes, também, para as exposições, se necessário.

— Todas estas *coñas* se tomam por Ester Williams, protestava Raul, um argentino que trabalhava comigo, increpando severamente as bichas que arriscavam elaborados mergulhos na piscina. Homossexual, como todos nós que trabalhávamos ali, Raul não tinha a mínima condescendência para os homossexuais. Todos era “outros”, criticamente.

— *Ça va pas, non?* gritava o garçom do bar ao lado da piscina.

Era proibido mergulhar, não é possível, o senhor não sabe ler o aviso? Por favor, *merci*. Impossível que um garçom, em França; diga qualquer coisa, qualquer frase, mesmo uma bronca, sem pontuá-la com um *s’il vous plait, merci*. Gentis. Muito.

Se o grito do garçom não bastava, pelo microfone vinha o aviso, lembrando aos amáveis clientes a interdição, que, se desobedecida, seria punida com a “expulsão imediata, *merci*”.

E o argentino fazia discursos infundáveis, como que as bichas francesas eram todas umas taradas, que só queriam saber de desfilar como umas duquesas e serem enrabadas como vacas, que não respeitavam ninguém, nem mesmo *ele* que trabalhava, que dava duro como um cão danado, carregando a merda das francesas, porque aqui se você quer sobreviver — se dirigia a mim — é preciso carregar merda destas *coñas*

de francesas — tudo isto dito numa língua peculiar que ele tinha inventado, em que misturava francês, espanhol e português, em doses diferentes que dependiam da nacionalidade do interlocutor.

Raul falava rápido, gritado, cantando seu tango favorito, o tango da sua vida de pária na França. Falava muito, Raul, sem esperar resposta, sem querer respostas, pois se um de nós que ouvíamos sua arenga quisesse falar, era em vão, não tinha atenção ou diálogo. Podia talvez, no máximo, ganhar um esculacho, uma ou duas ofensas gratuitas, porque quando Raul xingava, xingava o mundo para quem quisesse ouvir; e o ouvinte, se este quisesse intervir ou ponderar. Depois de sua fala, cantilena mais ou menos padronizada, saía com um gesto olímpico, saía correndo, apressado, como se tivesse muito trabalho, jogando para trás a cabeça (Maria Felix ou Libertad Lamarque?), passando a mão na testa para limpar um suor que não era apenas retórico, mas corria da sua retórica. Sempre transpirava, quando bronqueava. Raul, aliás, corria o tempo todo, fazia tudo correndo; mesmo quando não tinha nada a fazer, fazia depressa, dando-se ares de atarefado. Principalmente quando nos via tranquilos, aproveitando os momentos de folga para fumar, para conversar, olhar passar aquele mundo exótico da sauna. Aí, então, aprontava, e nos olhava, com reprovação, inventava tarefas. Neste momento não falava nada. Quando tinha que, por alguma razão posterior, apelar à sua oratória, sempre nos lembrava a nossa moleza, preguiça: vocês deixam que eu me ocupe de tudo. Porém, aí de alguém que tentasse ajudá-lo na sua pressa:

— *Nom os llamé!*

— Que é que ele diz? em francês perguntava Francis, inquieto.

Eu traduzia.

— Bom, melhor assim, concluía Francis, calmo, e repousava, ia fumar, mesmo ler histórias em quadrinhos.

— *Las francesas son unas vadias, regarde* esta vagabunda, basta lhe dizer “deixa que eu faço”, pensa que ela espera uma segunda? *Qué! Son* umas bichas... como *si* diz? (procurava a palavra brasileira) Ah, sim: uma bicha *xantada*.

— Jantada, Raul, eu corrigia.
 — *Oui, qué dijo? xantada.*
 — Agora é o quê que diz? Francis se interessava.
 — Nada importante, eu respondia compassivo.
 — Vê o que digo? Por que é que se interessa agora, a curiosa? As francesas além de vagabundas são curiosas e fofas queiras. Elas não suportam ficar sem entender o que conversamos. Pensam que estou falando delas.

— Mas está, né, Raul?

— E que *les* importa?

Etc. Raul continuava daqui uma longa catilinária contra as bichas em geral e as francesas em particular. Antes de partir, com seu soberbo gesto final, deixava cair, como um grito de guerra, um cósmico desafio:

— *Jo les casso la goela.*

Francis me comunicava, feliz:

— Ah, o final eu compreendi.

Porque era francês, o francês de Raul. Adaptação pessoal de “je te casse la gueule” (te quebro a cara). Esta língua de latino-americano de opereta que me apavorava, tanto quanto meu sotaque.

7.

Havia pouco tempo que trabalhava na sauna, ocupando-me do vestiário. Passava grande parte do tempo assentado, vendo os clientes desfilar durante alguns minutos no vestiário, para desaparecerem pouco depois nos corredores escuros, de onde raramente emergiam a não ser para, úmidos e apressadamente (in)satisfeitos, revestirem roupas e disfarces. Vir ver, depois viver. Um homossexual é sempre uma existência de pretextos. Pretende inclusive ser um homossexual que não é, o que é mais duro. De resto, pretexto para o sexo. Passeios, jardins, cinemas, matos, emoções, tentações, saunas, idas, vindas, olhares, buscas e perdas, perdições.

Trabalhava sozinho, de tarde. Os outros colegas chegavam para o turno da noite. Preferi esse horário que reduzia minha convivência com eles apenas aos tormentosos fins de semana, quando a sauna transbordava excitações. O clima entre os empregados era francamente repulsivo. Dominava a maledicência, um ciúminho besta e um puxa-saquismo aos patrões que me fez rapidamente desistir de continuar trabalhando ali. Os patrões, verdadeiro monumento ao arrivismo com todo seu cortejo de desordens morais, estimulavam pequenas rixas e se deliciavam com boatos. Criavam assim aquela saudável atmosfera de jaula de crocodilos e passavam, afinal, por um crocodilo a mais. Coisas de patrão pequeno: querer convencer que trabalha como todo mundo, em pé de igualdade. Enfim, o casal que era dono daquele luxuoso puteiro tinha um *status* invejável entre os homossexuais. Os empregados que podiam tratá-los pelos prenomes sentiam-se participantes deste formidável *status* de cafetões de primeira classe. Era bem útil: os patrões se regozijavam e viviam afirmando que eram trabalhadores como todo mundo, amiguinhos de todos. Na hora do salário o papo era outro. Tinham dificuldades, entenda-se, era um negócio semiclandestino, a polícia e outras potestades... (insinuavam inverdades.) Faziam-se de vítimas. O que faziam (davam a entender), e nem eram homossexuais, era quase uma obra de caridade ao homossexualismo, garantindo segurança ao inseguro prazer. Os milhões que rendia a sauna? E quem disse que a caridade não é recompensada? A Bíblia mesmo afirma. O resto, a exploração dos empregados, o preço desmesurado das entradas, as pequenas sacanagens, tudo isto era intriga de gente mal-intencionada.

Havia pouca gente naquela tarde, quando vi N. chegando. Senti um reconforto de bom encontro.

Vou chamá-lo N., para não entregar, se é que este estratagemas alguma vez valeu para esconder alguém. Para, principalmente, manter N. no campo definido dos meus personagens, uma invenção da minha vida (não necessariamente da minha vida literária).

N. era (é) um dos meus atores favoritos. Admiro seu estilo de seca e veludo. No teatro sua presença me contagiara com

esta beleza do ator de gênio: a beleza exatamente da presença, de físico e fálico e sensual e lógico. Não que fosse bonito. Aliás, nunca pensara nisto, nunca poderia dizer nada do seu físico cotidiano, do seu corpo habitual. Ele nunca interpretava um corpo bonito: seus papéis teatrais eram outros, sombras e luzes doutros reinos.

Como que um privilégio, recebê-lo lá. Passou por mim, olhou duro e foi trocar-se. Logo depois voltava, de roupão e sem óculos, para me perguntar se eu era o massagista.

— Non, monsieur, respondi e engatilhei em português: você é brasileiro, não?

Me encarou, surpreso, enquanto lhe dizia que o reconhecia. Fez uma encenação de admiração:

— Como é que você veio parar aqui?

Contei fatos das coincidências. Aproveitou para colocar amigavelmente a mão nas minhas costas, enquanto eu tentava explicar por que é que viera parar ali. Não me escutou. Eu quis saber se ele vinha a trabalho, se alguma peça, enquanto corria a mão pelas minhas costas, minha bunda. Encabulei um pouco. Avançou; sim, se você quiser te dou uns ingressos para o teatro. Não, ele não estava a trabalho. E eu não queria ingresso nenhum, queria conversar com ele. Ele avançava, tentando me beijar na boca, babujento, virei a cara, ele me imprimiu na bochecha um molhado desprezo pela minha tanta admiração. Não tinha intenção de conversar comigo. Cagava e andava pelo meu interesse num papo. Eu quis com força que ele não fosse aquele estranho velho bobo, que suspirava excitado, que me falava ingenuidades:

— Você é gostosinho, hum, sabia? Queria te chupar... Vem comigo lá dentro.

— Não posso, disse, eu trabalho.

— Ora, não tem grilo, meu filho, vem comigo. Te dou cem francos.

— Outra hora, afastei-me brusco, envergonhado, confuso e encantado. E nunca mais o vi.

Corava. Por um lado, estava vagamente humilhado por ter sido tratado assim. Não seria, naturalmente, a primeira vez

que tropeçava com o mercadejar, tão comum nos descaminhos do gueto homossexual. O que me parecia excepcional eram as circunstâncias, tendo em vista a disponibilidade que eu apresentava. Dei-me conta que era um garçom, um empregado, com quem não se conversa: com quem se efetuam transações. Foi muito útil nesse trabalho ter sentido na pele o barroquismo do racismo de classe. Mas sempre dói, um pouco, mesmo que a gente compreenda.

Doutro lado, a satisfação cálida de ser desejado, e desejado intensamente e tanto que valha dinheiro.

Todas as vezes que antes me falaram em dinheiro tratava-se de um vago desespero de esquina, que eu não reconhecia como desejo, mas como ofensa, desaforo. Todas as vezes tinha sido um engano: como se o comprador quisesse comprar uma pretensa heterossexualidade que eu não tinha. Eu supunha, ingênuo: se oferecem é para comprar o que não tenho, que pensam que não sou. Homossexual e triste e um tanto cego na minha feiúra me sentira sempre marginal ao desejo dos outros. Fizera um enorme esforço para remodelar o corpo, os tradicionais métodos do culto ao deus da época: emagrecimentos, esportes, roupas e decorações, poses e teatros. Dera certo. Agora eu era, N. valorizava, um tesão. Muito obrigado. N. com sua objetiva cotação do desejo me tornou desejável, concretamente, sem disfarce, sem remorso. Recusando a conversa que pedi, fez-me entrar no diálogo cru da sedução. Mercado. Cruamente a coisa eu, objeto de desejo, comprável. N. introduziu-me no mundo fascinante da venda e sua compra, apresentou-me uma certa iluminação a respeito do meu corpo e do meu desejo.

Creio que foi a primeira vez que notei os horizontes da obscenidade fortificada da mecânica da sedução.

8.

Não durou muito meu estágio naquela sauna. Procurei outro emprego e vim parar nesta outra, onde os disfarces são

menos pretensiosos. O ambiente é mais suportável porque a hipocrisia ocupa menor lugar. A sauna elegante me cansava, a bicha burguesa, sem ser menos bicha, nem por isto deixa de ser classe dominante. Aqui, cabem menos as exibições de fortunas reais ou supostas. Quem entra não inventa a tradição, desculpa que enjoei de ouvir entre os clientes da sauna chique.

— *Tiens*, exclamavam depois de cumprimentar alegremente a recepcionista, uma sauna vai me fazer bem.

Ou então:

— Hoje estava cansadíssimo. Vim fazer uma sauna para me repousar.

Nunca ouvi ninguém, jamais, reconhecer que viera ali trepar, como todo mundo. Cada um era diferente, não era como os outros que ali só vinham movidos pelo baixo ventre. Cada um, se trepava, era por mera coincidência, a semelhança com todos os outros sendo puramente accidental.

Nesta aqui, o caso é diferente. Poucos pretextos, a coisa é nua e crua, não há dissimulação. Ninguém, em sua consciência e dispondo de alguma das suas faculdades, viria aqui fazer uma sauna.

Sem refinamento algum, uma zona. Daí uma certa simpatia sombria, uma democratização na marginalidade. Ricos quando os há, se esquecem. Nem por isto deixam de pulular os maníacos do próprio *status* ou muitos que pretendem castelos na Espanha e outras mentiras misericordiosas. Sonhar não custa nada. Aliás, é fácil conhecer uma regra: quanto menos recursos conta alguém, mais fala em títulos nobiliárquicos e tesouros. Dinheiro, glória, fama, sucesso são as fascinações principais — quem não tem, supõe. Compensa na inventividade as injustiças que se diagnostica.

O dragão que ronda o gueto — como tantos submundos — tem três cabeças: a pobreza, a velhice e a feiúra. Não há quem admita, mesmo vencido por todas as evidências, ser pobre, velho e feio. No máximo, quando uma das tragédias atinge um infeliz, é compensada por outra qualidade. Velho, porém rico, por exemplo. Ou: pobre mas belo. E assim por diante. Daí nascem todas as pequeninas invenções que servem

de moeda corrente nos teatrinhos do sexo e da sedução. Não é preciso ir muito longe para descobrir de onde decorre a ideologia profundamente conservadora que caracteriza o gueto. Porque o gueto homossexual, na sua ostensiva marginalidade, é moralista e tradicionalista. Mesmo reacionário, nos momentos de crise social.

E nisso não há nenhuma contradição. O sistema de valores — que é o gueto em si — é forjado, estimulado e protegido pelo conjunto mais irracional de preconceitos da ideologia dominante. A grande armadilha consiste em apresentar os valores mais tradicionais *travestidos* sob sua capa negativa, como recusa absoluta. A imoralidade do gueto é um dos esteios da nossa bem amada moral. O gueto e sua freqüentação formam um cidadão responsável: muito mais e melhor do que o serviço militar obrigatório. Para o assim chamado homossexual, a existência no gueto é uma espécie de ordenação: torna-se sacerdote duma religião sem teologia, mas muito proveitosa para o bom funcionamento do sacrossanto poder familiar. Todo gueto é um serviço de utilidade pública. Menos para seus membros.

Nesta sauna, como tantas instalações do gueto homossexual, o visitante não encontra um submundo e se encontra num submundo. De ambigüidade em ambigüidade, estamos diante de um planeta novo: não um universo à parte, um resumo do mundo. Uma das tantas sinopses onde o ausente imprime sua marca. O que falta deixa seu selo como um relevo negativo. O gueto ou a ausência da fêmea.

Quero convidá-lo, leitor, a me acompanhar durante uma noite, uma noite apenas, aqui. Não para desvendar obscuros rituais, nem para assombrar. As assombrações estão em toda parte e as que veremos aqui não serão tão surpreendentes quanto as que costumamos encontrar nas prateleiras dos supermercados ou nas filas de espera dos cinemas. Se quero mostrar, não é o escândalo, pois ele está longe das minhas capacidades. Veja: é aqui que trabalhei durante meu exílio em Paris. Veja: aqui aprendi alguma coisa, inclusive a dificuldade de reconhecer-me igual numa diferenciação em comum, inclusive o absurdo de fazer dois “diferentes” iguais entre si (pro-

pósito absurdo, porém convencional e razão mesma de fundar o gueto).

Está vendo nesta entrada, atrás do balcão, o banco alto, com o estofado arrebatado e evidentemente incômodo? Pois foi neste quase poleiro que, noite sim, noite não, atravessei as madrugadas, fazendo a recepção dessa humanidade desconfortável que povoa este bordel disfarçado. Aí esperei, encarpado nesta torre sem proteção; aí esperei o tempo que tive de esperar, montado neste posto que me serviu de observatório (de mim mesmo, antes de tudo: há sempre um espelho na cara do desejo do outro); alegre e triste, furioso e calmo, decepcionado e paciente, aí esperei, escrevendo num caderno apoiado na perna, fazendo uma letra atormentada, dirigida na diagonal das minhas ansiedades. Escrevi muito, muita coisa. Isto aqui inclusive.

Pois assim: ao acompanhar-me nesta noite, uma só, você não verá nenhum mistério novo, menos ainda soluções antigas. Apenas algumas pessoas à procura de uma coisa que chamam prazer e que você talvez não reconheça como tal. Ou nem mesmo admita chamá-la prazer. Talvez dê outro nome e me diga: é decadente, imoral, é nojento, é deprimente, sórdido, inútil, absurdo. . . Quem sabe você pretenda, numa pior hipotese, “compreender”? E afirmar: “É-me indiferente, cada um na sua, eu na minha.” Não lhe peço sua compreensão e imagino que nada poderei contra ela, nem contra outros sentimentos que lhe são caros. Se prometo não abalar suas convicções, proponho também reunir minhas incertezas.

Veja: um cliente vai à sauna, pela primeira vez na sua vida. Vamos acompanhá-lo. Você topa? Então, tá.

9.

Uma orgia, cada noite. Por cinquenta francos, o direito de misturar-se, desaparecer no meio de cinquenta corpos mais ou menos indiferenciados na penumbra monótona dos corredores da sauna.

A orgia tem suas regras e convenções, como toda e qualquer atividade social. À sua maneira, a sauna prepara e ordena sua noite.

O homem parou na esquina da avenida larga, como se duvidasse. Embora estivesse seguro: a rua da sauna começava ali, subia à direita, simpática e sem suspeitas, nenhum problema de caminhar por ela, não se trata de um asfalto que incrimine ninguém. Parado, fez uma mímica de vacilação, tirou do bolso o papel onde anotara as indicações que o amigo lhe passara num sussurro conivente. Releu o endereço rabiscado apressadamente no papelzinho já gasto e amarrotado. Mas já sabia de cor: aquilo ficara balançando na sua cabeça o dia inteiro, desde que tomara o trem na sua cidadezinha provinciana em direção a Paris. Se tornava a consultar, era para se dar tempo, dominar uma excitação que não queria publicável no rosto e no gesto. Teatro de movimentos mecânicos, para si mesmo, disfarces. Um homem culpado é um homem observado.

Inútil leitura do já sabido, como também inutilmente olhou o relógio no pulso, sem prestar atenção à hora. Tudo que lhe bastava saber era que a tarde findava, escuros, embora ainda no céu persistisse algum azul. Tudo que lhe bastava era aquela penumbra, onde todos os passos são tardos; todos os pardos, eminências invisíveis de um poder naturalmente sobrenatural: tremulações do desejo. O vôo noturno, aves do corpo.

Aquela era a rua da bacanal; começou a subi-la, número atrás de número, até um objetivo ímpar, matemático orgasmo. O amigo lhe prometera loucuras, noite a dentro, descrevera inumeráveis gozos naquele lugar cheio do indizível que, portanto, se comenta posteriormente, entre *entendidos*, com piscadelas pontuadoras como reticências provocativas. Ele, pouco experiente, conhecia pouco ou nada dos locais homossexuais, vivera sempre na província, onde a homossexualidade é bem menos que o subúrbio do sexo. Decidira naquela viagem de negócios dar uma escapadela, uma noite de submersão na fonte de encantos duma promessa de desvarios. Durante a tarde desafinou no trabalho que suportara mal, no meio de uma gente feia, burocrática e perfeitamente ortografada. O almoço diante do gordo gerente tinha tido gosto de tempo perdido e sauda-

ções respeitadas e cumprimentos respeitáveis. O dia alongou-se e agora, livre, aproveitava, pois queria aproveitar a vida que lhe parecia embranquecer sem brilho nos fios mortos do cavalete. Há muito sentia na pele uma certa abdicação, media no ventre o peso das perdas. Agora ou nunca, começar não tem limite. Ainda é possível: quem sabe já?

Ali estava o *club privé*, apenas para homens, aberto toda a noite.

Na véspera de entrar, levantou a gola do capote, embora não fizesse frio. O disfarce independe de quase todos os climas, menos do interno. Respirou, tomou coragem e ia abrir a porta quando reparou na aliança. Retirou-a rapidamente e guardou-a no bolso. No dedo permaneceu a espécie de cicatriz esbranquiçada de um aro que nunca perderia seu estatuto de marco comemorativo. Aquela pequena ausência evidente no anular já era um começo da sauna, reino duma fabulosa ausência, uma cicatriz da recusa. Que se chama mulher.

Afinal, empurrou a porta, não antes de ter vadiado três vezes para lá e para cá, antes do definitivo enfurnar-se: oscilantes perambulações da culpa.

Começava a noite.

10.

A rua da sauna no seu nome homenageia a santa mãe da Virgem Maria, o que não parecia destiná-la a se tornar o que é atualmente: o mais importante centro parisiense onde se concentram os estabelecimentos “especializados” para homossexuais.

Durante o dia a rua conserva um ar familiar, de *quartier* tranquilo, tradicional. Velhos habitantes ainda passeiam seu jeitão de fim de época. Mundo que acaba, não longe das avenidas elegantes, movimentadas, administrativa e turisticamente imponentes, recanto pacífico que se estiola docemente. Velhos edifícios de seis andares (sem elevador), caves tombadas pelo patrimônio histórico, apartamentos minúsculos resultantes de

reformas que dividiram antigos espaços em *studios* (conjugados) de menos de trinta metros quadrados, apartamentos de “*deux pièces*”, com uma cozinha e sem banheiro (privada comum a dois apartamentos, situada na escada entre dois andares), às vezes modernos “*tout confort*” a preços impossíveis (banheiro minúsculo, tomado da cozinha, que passa a ter espaço para um fogão e uma pia). Às vezes a reforma levou a fazer hotéis — o local central favorece o comércio com turistas da província ou do estrangeiro.

A maior parte dos edifícios foi reformada há muito tempo. Menos residencial, a rua se mancha de indústrias e comércios da modernidade, que tem que ir aceitando aos poucos. Quase todos os prédios transformaram o térreo em lojas, não poucos edifícios tornaram-se conjunto de escritórios. A antiga população, que resiste, pagando aluguéis velhos como a outra e Grande Guerra, vê desaparecer o pequeno comércio tradicional das ruas residenciais da velha Paris. Vão surgir novos negócios, outros negociantes, borrando o encanto tão francês de antes.

Antes, a padaria, o açougue, o sapateiro, a pequena drogaria, a casa de vinhos — e seus donos que a gente chamava pelo nome e contava casos, trocando não apenas mercadorias, mas também impressões sobre a vida, que era importante então. E o *bistro* com seu balcão acolhedor, onde velhos impossíveis mergulhavam narizes luminosamente rubros em *ricards*, *51s* e outros anizes e perfumarias que fazem do bêbado francês um fino apreciador de especiarias exóticas em geral insuportáveis para o estômago de todos os outros mamíferos de outras nacionalidades. Ah, a *charcuterie*! Com seus comestíveis tentadores, sua liturgia precisa de lingüiças, presunto, patês, secos e molhados, que mapeiam regiões, províncias gustativas de França que o ar rosado e saudavelmente leitãozinho dos donos da casa parecem traduzir com um certo conhecimento de causa: nós comemos isto, fomos nós que fizemos, nós gostamos. E a *crêmerie*? Com queijos, quantos inomináveis queijos, odorando diversamente entre o leite, o lípido, o límpido, o pútrido, o peido, o prado, a vida silvestre, a morte dum gato vadio num porão, o mofo delicado, o sal de mar, terras molhadas, vento nas campinas, pé sujo ou buceta sofrida, ou essência

comovente. Todos os cheiros são válidos nesta profusão de formas e modos deste milagre — destes! Que digo eu, nada mais singular e tão plural quanto esses queijos, milagres dos leites dos animais. (Que me perdoe o chocolate suíço, mas se o leite tinha um destino, ele é queijo e é francês.)

Enfim, pouco a pouco, ao lado do comércio doméstico firma-se um mais cosmopolita. Lojas mais ou menos exóticas, inicialmente. Paris trabalha e já não trabalha como antes. Mas a transformação não pararia aí. Surge na noite um comércio fulgurante e barulhento.

Boates, restaurantes, clubes. E ainda por cima especiais. Uma profusão masculina avassaladora. Rapazes de todos os tipos, mas rapazes. E o comércio e os rapazes tornam-se ainda mais curiosos: o comércio agora são os próprios rapazes que se expõem nas esquinas, calças muito justas, golas invariavelmente levantadas, saltos altos, mãos nos cintos — porque não entram nos bolsos das calças apertadas — ligeiramente curvados apresentando a bacia, pernas abertas como os marinheiros em bote de frágil equilíbrio. O navio do mundo balança muito. Prostitutos variados, batalhando por um passeio nos carros que circulam a noite toda. A concorrência é cada vez maior, os camburões cada vez mais atentos. De vez em quando correrias, gritos e palavrões, come porrada.

A rua da mãe da Virgem é um antro masculino onde impera o modo de ser do macho. Não se fazem mais viados como antigamente... Fora de moda os meninos educados — uma moça, como se dizia ancestralmente. Ultrapassados, os afeminados com rendinhas e trejeitos. Agora há duas alternativas. A mais freqüente, o supermacho, bigodes e outros pêlos decorativos, vestido de couro, músculos e uniformes vários de bravos guerreiros. A outra, o transexual, que cultiva peitinhos, mas guarda o caralho, para ficar na fronteira de todos os sexos. Já não mais homem com mamas, nem mulher com pênis: a figura de um louco desejo, o desejo do homem por si mesmo. Não se creia que o travesti imita a mulher. De jeito nenhum. Ele *elimina* a mulher. Assim, a rua é o antro duma virgindade falocrática. Mundo de machos.

Gostaria de fazer um jogo: o viado é uma espécie em via de extinção; sua rua é uma via numa espécie de extinção

a extinção é uma via da espécie. É assim por diante. Agora, vocês continuam. Ganha — ou perde — quem encontrar as melhores.

11.

Ainda é muito cedo, apenas início da noite. Mesmo que aqui esteja aberto de tarde, pouca gente se arrisca. O quente se passa em plena madrugada. Se esta sauna levemente decrépita continua funcionando — e lucrativa — é que oferece uma vantagem: é das poucas, talvez a única, que permanece aberta a noite inteira.

Eis lá nosso amigo de província. Aproxima-se da porta, como que distraído. Antes de entrar olha para os lados. Observa uma coisa: este é o tipo incógnito, que mergulha na toca do coelho, Alice na expectativa de maravilhas. Não pense que todos os que entram são assim. Não, a maioria não dissimula, entra serenamente, sem humildade nem humilhação. Isto, pelo menos, conquistaram.

Olhe: ele abre a primeira porta, penetra no minúsculo *hall*. Há outra porta que se abre eletricamente quando o recepcionista decide que o recém-chegado é um “tipo conveniente”. O patrão exige, com absoluta firmeza: selecionar a clientela. Recusar os árabes, os negros, os bêbados e outras personalidades que, segundo o dono da sauna, colocam em perigo o bom funcionamento do negócio. Não somos racistas, apenas responsáveis e comerciantes.

O homem de cavanhaque abre a outra porta, ligeiramente confuso, tenso. Dá de cara com um saguão, mistura de bar, recepção e sala de espera. Um balcão enorme e inútil, já que não se trata de um bar (serve-se apenas café e água), divide um recanto atrás do qual o garçom atende os clientes. Recebe o dinheiro, dá-lhes uma chave de um armário e se desinteressa do destino posterior do entrante. Na parede oposta ao balcão, sob o imenso espelho que ocupa toda a largura da peça, enfileiraram-se algumas poltronas e, entre elas, algumas mesinhas

baixas onde se amontoam revistas muito velhas. Como no dentista ou gabinetes onde a espera é amargurada pela leitura de anódinas velharias.

Uma cortina de contas, vagamente oriental — um toque de exotismo —, balança como uma cabeça desconsolada na abertura que dá acesso aos vestiários. A cortina, como o grande espelho, rememora pertinentemente certas entradas de puteiros. O saguão de recepção mistura e metamorfoseia muitos estilos, muitos outros lugares. É, sem dúvida, uma carta de visita e um programa.

A decoração da sauna, sem grande pretensão mas sem despojamento, obedece a uma concertação, talvez inconsciente, que acasala sem pudor nem malícia, o roxo-batata e o alarajado e o profundo azul-marinho. Sauna sim, mas sem recordações da clareza do ladrilho do banho turco, nem da saudável energia do pinho das cabines nórdicas. A meio caminho entre uma verdadeira sauna e um bordel, é todos dois e nenhuns deles. Banho talvez, mas banheiro, sim, privada (e pública) mictório também. Outro meio caminho: entre o regular estabelecimento público, esteio da Lei e da Ordem, investimento funcional, e o ambiente clandestino, proibido. Mundo misto, misturado.

Sauna, sim, mas pretexto. Não. Usemos um termo legal que justifica contravenções: *álibi*.

Esta sauna resulta de hibridações fantásticas. Mundo híbrido. Quer dizer, homossexual.

Homossexual? O nome engana e só foi dado para confundir. Por isto qualquer denominação é um adjetivo que serve para indicar “aquilo” que ninguém sabe muito bem o que é, “aquela” confusa mistura de sexos iguais e diferentes. Há quem ache ofensivo os termos *bicha*, *viado*, *louca*, *paneleiro* (em Portugal). Mas tais nomes valem tanto quanto *homofilia*, *homossexualismo*, *pederastia*, e mais palavras, que elas sempre foram abundantes (e a bunda tem sua razão de ser). Sempre *adjetivos*. Quando se usa o adjetivo com valor substantivo há um processo metonímico: a parte pelo todo. O homossexual é uma *pessoa* homossexual, como poderia ser: *careca*, *bonito*, *dolicocéfalo*, *tailandês*, *alfaiate*, *reservista de segunda categoria*, *vegetariano* ou *geral*. . . O risco, no caso do homossexual

é inventar UMA homossexualidade, uma *coisa*, espécie de essência?, que define a totalidade do indivíduo. E nada é menos coisa, objeto, matéria ou essência.

A homossexualidade não é uma sexualidade definida, nem mesmo um exercício especial da sexualidade (um ato). É, como a sauna e os endereços selecionados do gueto ensinam com clareza, um *lugar*, um lugar da sexualidade. Uma *zona erógena*. . .

O homossexualismo — com este nome que lembra um certo teor partidário — é uma história, a sua própria história, que é muito pouco individual ou mesmo a de um grupo social qualquer. É a história de um lugar que o poema bíblico denominou Sodoma.

12.

A homossexualidade passou inicialmente por uma etapa esotérica. Inicialmente eram esconderijos desorganizados; encontros fortuitos, a sorte e seus azares. Pelos cantos do mundo oficial do corpo, o desejo repellido instituíra falhas, rupturas da legalidade. O homossexual existia na clandestinidade e fruía dela, os gozos se entrelaçavam, perversão e perversidade se cruzavam. A marginalidade era uma das condições do desejo.

Ao lado da sexualidade familiar — *papai/mamãe/filhotes* (que o sexo é sempre triangular) — evoluíam constantemente os sacrários da perversão. Ao lado da cama consagrada (da sexualidade pública, com seus ritos e templos), a sexualidade privada. *Privada* propriamente, reservado doméstico de masturbações e outras variedades sexuais da intimidade; ou privada-pública, latrinas de encontros sexo-urinários. Privacidade da homossexualidade: em público as funções orgânicas se dividem em senhoras e cavalheiros, o que facilitava outras disposições orgânicas entre senhores. (A bunda é repartida igualmente. Não falo de uma individual constatação anatômica, insinuo uma uniformidade mínima na espécie. Diz o refrão

popular que a bunda é absolutamente democrática, todos possuem (a sua). O que não impede a separação entre homens e mulheres no emprego da bunda.)

A separação social dos sexos é por si uma organização da homossexualidade. A masculina, por razões evidentes, em contra mais lugares e condições do que a feminina. Lugares onde homens sozinhos encontram outros, em todas as atividades humanas: jardins, cinemas, passeios, saunas, ginásios, campos de futebol, bares, internatos, prisões, casernas. (Não esqueçamos os puteiros.)

Para as mulheres o caso é diferente. Vivendo sob a constante vigilância de um dos machos domésticos, a mulher era considerada uma espécie de criminoso em potencial. Mutilada em suas liberdades primárias, uma cidadã nunca teve o direito de ir e vir. Quis a organização homossexual (masculina) da sociedade que a mulher não tenha acesso às ruas e demais lugares públicos. O que sempre dificultou o florescimento de um submundo homossexual feminino, com a publicidade dos jardins masculinos. Lesbos vivia em outras ilhas, o lesbianismo engendrava outros segredos entre cozinha e ateliê de costura.

No início era a desordem no campo chamado Sodoma.

A sexualidade transfuga eclodia como recusa da Ordem Sexual Vigente. O homossexualismo medrava na proibição. Epopéia de descobridores: seus cantos estão ainda inscritos nas paredes dos seus santuários, as paredes das privadas. Nessas paredes simbólicas, o discurso homossexual fixava-se.

Nessa fase seria uma incorreção falar na existência de um gueto. O que existe é um universo secreto, sem leis próprias. O homossexualismo, que de fato ainda não poderia ter tal título, era o reverso da medalha da sexualidade "oficial" — uma zona desordenada. Não se tratava de um mundo à parte mas apenas duma parte de mundo.

O gueto nasce posteriormente. É a ordenação do caos primitivo. Aqui, e somente aqui, a homossexualidade passa a ser submundo, sem parte no mundo. Não mais parte integrante: região integrada, com limites. Internamente são fixadas leis.

Funda-se Sodoma.

Sodoma é uma cidade. Capitalista. O que quer dizer, em resumo, um mercado. E suas seduções.

(Capitalista? Sim. No chamado mundo socialista a situação é diferente e mais dramática. Mas não me interessa falar aqui do dito socialismo real, que não conheço pessoalmente. Por enquanto só sei que ele tem muito de real e pouco de socialismo. Sou um utópico, né mesmo?)

O gueto homossexual hoje em dia, nos países desenvolvidos, é antes de tudo um conjunto de comércios. Bares, cinemas, restaurantes (pergunto: por que restaurante especializado? Bichas, a não ser umas às outras, comem diferente?)... Enfim, todas as atrações possíveis do consumo se especializam para homossexuais: da livraria à loja de periquitos, passando pela hóstia consagrada. E tudo aí é mais caro.

Mais caro porque "especializado": paga-se a instauração da cidadania homossexual.

A homossexualidade é um *mercado*. E não só: é um mercado extremamente lucrativo. O gueto não passa da legalização desse mercado, sua exploração sistemática. Os interesses que se chocam nesse mundo não são de ordem meramente erótica. E a defesa dos interesses desse mercado não deixa de assumir formas políticas curiosas. Passa, sempre, pela forma de "defesa de interesses homossexuais".

As questões se confundem astuciosamente. A luta contra a "repressão sexual", a organização dos homossexuais como interesse social definido, tem como respaldo as forças sociais interessadas no pleno funcionamento do gueto. O gueto clama pela liberdade de se formar. Estranha liberdade: a de se amar a um mercado particular, a de se constituir como engrenagem numa sociedade que aparentemente recusa esse gueto! Paradoxal? Não, não é a primeira vez que o capitalismo engendra aparentes absurdos na sua lógica do lucro.

Tudo isto conta, mas nosso cliente, o provinciano de canhaque, não se importa, enquanto paga. E se despe e veste o roupão — cor-de-rosa sem maldade — e sai conhecendo as delícias no jardim noturno.

Ele vai tropeçar, primeiramente, com o cheiro.

Este cheiro, que sempre me perturbou. Sua brutalidade me confunde, me desvenda preconceitos meus que desconheci. Nunca enfrentara a solidez daquela unidade olfativa, embora reconhecesse seus componentes — e nestas partes, pavores, nojos, vergonhas, silêncios, delírios. Cheiros primários.

A origem? Não que a sauna seja suja. Todas as manhãs uma família de migrantes portugueses (marido, mulher, sobrinha) lava, esfrega, espana, perfuma. Mas o cheiro continua. Na abertura, é sutil, flutua longínquo. Aos poucos, enquanto acumula clientes, ansiedades e agitações, ele se firma e reina. Cheiros primários, corpo e excrementos, habitando no calor abafado de todas as salas e corredores, espaços provisórios numa dimensão nova da sexualidade. Da minha, como eu não queria aceitar, tinha dificuldade em admitir.

Sauna? Conhecia. Assim: endereço convencional da nudez clara, esportiva, de um erotismo sem desníveis, numa saúde que se queria sem equívocos. Assim como é habitualmente estabelecido o equívoco geral do corpo de sexo parcelado. Não apenas por hipocrisia, nem apenas por dissimulação: os locais da saúde corporal oficial devem ser limpos das vacilações do desejo, para que o desejo tenha sua razão de ser nas minúsculas liberações da noite. A sexualidade é uma convenção, uma vestimenta natural.

A nossa sexualidade neste tempo de homens partidos, como disse o Poeta, é uma parcela e um partido. A sexualidade já não é mais o corpo. O corpo erótico torna-se um órgão, dito sexual, munido de glândulas, anexos e acessórios. Pois então o parcelamento da sexualidade quer distinguir a união, para-mentação e exposição do corpo sagrado, nu e assexual, da sacralização do corpo vestido da nudez sexual.

As saunas que já vira, víramos — eu e nosso cliente provinciano também, que não inventei esse personagem, mas conversei com ele e ele me contou seus casos que lhes conto — as saunas, dizia, que conhecêramos *antes* cheiravam como farmácias, hospitais, cozinhas ou sacristias — enfim, as residências

estatutárias da sanidade institucional. Esta, onde vinha clandestino, onde eu escrevo clandestino, pertence a uma zona de variante sexuais, onde se chegava ao extremo odor que são capazes de original as extremidades do aparelho digestivo e outros órgãos sexuais, pé incluído.

Lá vai, dentro do cheiro, nosso amigo, desbravando ambientes. Repara em tipos que lhe interessam. Excita-se um pouco. Demais, talvez. Não quer passar por bobo, se camufla com um ar de bom entendedor, que sabe e não se leva por impressões fugazes. Calmamente passeia, vai ao banheiro primeiro. Instrução para fazer boa sauna (esta eu li num cartaz numa sauna “honesta”. Juro.): “Antes de penetrar na sala de calor, elimine fisiologicamente.” Pois, nosso amigo vai eliminar fisiologicamente. Urina e defeca, para falar bonito e não dizer que mijar e cagar. Ah, eufemismos, como gosto deles. Que babaquice, porra! Perdão: que vaginice, esperma!

As paredes da privada são cobertas de pichações. Como, caro leitor? Você acha que, considerando o local, eu devia falar em “bichações”? Bom, se é pra te agradar, seja. Como é mesmo? Você imagina a cascata de palavrões? Ah, aí é que tá. Não como você está pensando. Nenhuma dessas ingenuidades sexuais ou fisiológicas, do tipo tradicional que a gente vê por todo lado. Nada de “já comi o cu da tua mãe”, “gosto de pica grossa”, “vou cagar na tua boca”, e desenhinhos divertidos de bucetas e caralhos voadores. Ah, não! Aqui a pornografia é realmente grossa. Tão forte que tenho, com este pudor que você me conhece, vergonha de lhe dizer. Hein? Quer que eu conte? Mas você é tarado ou o quê? Ah, apenas curiosidade científica... tá bom. Então, tire as crianças da sala, afaste os cardíacos, apague as luzes e falemos baixinho. O horror é grande. Tô avisando.

Bom, o que tem escrito é... tá preparado pra uma putaria de deixar o sangue gelado e o cu piscando?

Assim: “morte aos judeus”, “fora com os árabes”, e desenhos de suásticas e outros símbolos de organizações fascistas.

Eu avisei, não reclamem.

Inicialmente eu apagava essas pornografias. Depois cansei, porque todo dia apareciam novas e piores e mais sanguinárias.

Convocações monstruosas como “enforcemos os árabes”, sob o desenho apavorante dum enforcado.

Essas foram as maiores indecências que vi neste porão de orgias formidáveis. O tempo todo a proliferação destas inscrições me inquietava (a mais recente: “viva a pena de morte”), Por quê? me perguntava constantemente. Algo de podre e verdadeiramente podre: por quê? Por que exatamente tal imoralidade?

O resto por aqui são fodas e sarros. O resto é corpo. O ódio nunca chega a ser brutal, embora exista, nas angústias das paqueras. Só nas paredes tristes do banheiro explode, com tantas ameaças.

Ao lado dessas baixeiras, existem frases tradicionais, candidas... mas em português! Não fui eu. Garanto que foi o português que faz a faxina e que fala um colorido emigrês que riscou as palavras. A grafia é uma assinatura: “*jódasse*”, escreveu. Há também “*enculado*”, pois o português fala assim, uma coisa que já deixou de ser Camões mas ainda não chegou a Lamartine. Além do mais, sei que ele ficou encantado, quando voltou de férias à terrinha, com as novelas brasileiras e nosso linguajar “porreiro, pá”, como me disse. Por isto marcou na parede: “*na bundinha da menina*”. Que era seu grito de guerra quando me via:

— Olá, Mundinho, me dizia, por causa do personagem de *Gabriela, Cravo e Canela*, já foste hoje à bundinha da menina?

Falava com um lindo sotaque brasileiro.

O provinciano continua sua perquisição inicial. Tímido, observa, sobe a escada em caracol, visita os outros andares. A sauna não é grande, mesmo que tenha três andares. Dá várias voltas. Olha dentro das cabines de repouso, quatinhos exíguos, com um colchão de plástico no chão, onde raramente há repouso. Paquera infrutiferamente.

De repente, na maior das saletas, forma-se uma orgia.

Espanta-se. Havia muita gente, ele pensou. (Logo depois aprenderia que cinco ou seis pessoas não é muito.) O centro do animal mitológico de muitas pernas e bocas era um trio. Sentado, numa atitude displicente, passiva mesmo, um moreno, peludo deixava-se chupar por um sólido careca de corpo bem

feito, que se pusera de quatro para que um barbudo, um tanto gordo demais, tentasse com vagar e certa dificuldade penetrá-lo. O barbudo estava mais interessado no louro magrinho que se masturbava, solitário, deixando-se apalpar por outras mãos, uma delas quase que totalmente desaparecida dentro do seu cu, enquanto dois outros corpos muito brancos e indefinidos rolavam num 69, misturando-se no conjunto, acariciando um e outro.

Ele, chocado e maravilhado, inicialmente afastou-se. Tremia. Voltou timidamente à porta, para rever. Tinha medo de ser repellido. Ninguém se incomodou com ele. Outros chegavam, iam tentando encontrar espaço na balbúrdia corporal. Ele se excitou, se masturbou. Gozou, quase que imediatamente, gemendo e tremendo. Gozou sem querer, e ficou como que envergonhado. Desceu, tomou um banho, furioso. Não fez nada, perdeu sua chance. Gozou como um imbecil, sem aproveitar. Começava aqui a aprender uma coisa: a necessidade de evitar um orgasmo incontrolado.

A maior parte dos freqüentadores da orgia sabe disso. A orgia passa a ser insuportável depois do orgasmo. A orgia é um movimento contínuo e frenético que não dá tempo a tempos lentos de carinho ou fala. A orgia não suporta outros contatos. Daí, seus freqüentadores usam várias técnicas para impedir que um orgasmo venha atrapalhar o grande gozo. Metem anéis que estrangulam o sexo, usam drogas que retardam o orgasmo e assim por diante. O noviço excita-se fácil e perde as estribeiras. Bobagem.

Nosso amigo vai ao bar. Me pediu um copo d'água. Sentou-se e começou a ler um imaginário gozo em revistas idiotas. Pensou: por que é que não põem revistas homossexuais aqui? Como inúmeros outros clientes que sempre me perguntavam isso. O argumento deles:

— Seria bom ter revistas eróticas... Para esquentar!

Nosso noviço não precisaria aquecedores, mas não custa nada estimular a fantasia: assobiar e chupar cana, quem não quer?

Sentado no bar, insatisfeito, espera o tempo passar. Não tinha o que fazer até de manhã, quando tomaria o trem de

volta à sua cidade. Dormir? Dificilmente. Sair? Para ir onde? Esperava. Talvez daqui a pouco tivesse mais sorte e descolasse uma trepada interessante.

A orgia, fora dela, é muito monótona.

Esperava. Esperava monotonamente.

14.

Também tenho que esperar. Treze horas seguidas, noite a dentro. Monotonia. Na maior parte do tempo não tenho muita coisa a fazer. Aguardo a entrada e saída dos clientes. Enquanto espero, leio e escrevo e vou sendo interrompido constantemente, o que me leva a desistir de escrever algo sério.

Ocupo uma posição privilegiada que exerce por si um fascínio nos clientes. Como estou trabalhando, *a priori* não estou à disposição. Trepar comigo é romper uma certa proibição. Transgredir é gozar. Tecnicamente se diz: perversidade, o prazer de fazer o proibido. Isso explica o interesse de visitantes. Nunca fui tão paquerado na vida. É bom, mas intimidada. E com o passar do tempo, caleja.

E tem um senão.

Quando se é tímido o melhor é não enfrentar o público. Quando se é tímido, com furiosas idéias de referência, é terrível trabalhar assim, exposto, ouvindo, fingindo não ouvir, pessoas que falam alto de assuntos sem interesse e que, às vezes, falam de mim quando falam baixo. Finjo atravessar impávido o maremoto de vulgaridades, afinal cada um se diverte como pode. O espanhol agora está suspirando por mim, me explicando para seu amigo míope. Crê na impudência da língua. Acredita que sou francês, muito bem, não tive saco de conversar com ele e ele não sabe francês suficientemente para perceber meu sotaque. Desde que veio aqui pela primeira vez, está entusiasmado comigo, guapo que sou. Faço meu teatro. Consigo fingir que ele inexistente. Há quem acredite que eu seja absolutamente impessoal, que não veja

tudo e todos, que deixe escapar cada detalhe. Os espanhóis discutem o tamanho do meu pau. Curiosamente falam em *pulgadas* e demoro a traduzir para “polegadas”, porque pensei numa gíria qualquer. Atribuem ao meu apêndice natural algumas polegadas a mais. Traduzo em centímetros e me dou conta que teria dificuldade de caminhar com aquela “menina” entre as pernas, porque para caralho meus espanhóis usavam o poético nome de “*la niña*”. Falam também em “*pico*” — me imagino com o Pico da Bandeira no baixo ventre e tenho vontade de rir. Me dou conta que me divirto porque tenho vontade de ter pau grande, o que é um *status*. Aqui principalmente, tamanho é documento, e um grande documento dá entradas. Agora falam de minhas preferências sexuais. Um deles diz que, como francês, eu só devo querer me fazer enrabar, porque os franceses preferem sempre levar na bunda, conclui. O outro acha que não, que não tenho tipo, sou do gênero sádico, cruel. Eu? Eu? Enquanto isto, engano. Invento coisas para dar idéia de que estou distraído. Fico reservado, presto atenção ao que escrevo. Isso me ajuda. Pouca gente ousa me interromper, para conversar e asseguro minha — o quê?

Outro, moreno bonito, francês ligeiramente pedante, tenta ser sexy. A cada vez que tenho que lhe servir no bar toca minha mão, olha languidamente, fala sufocado. Angústia. Finjo que estou escrevendo. Ele admira meu empenho no beletismo e quer saber o que produzo. Digo que sei escrever mas não sei ler, por isto não posso respondê-lo. Ele é cheio de maneiras, move os braços como Hita Hayworth, em *Gilda*, diz “*charmant*” e mente dizendo que falo bem francês, ao que não respondo e ele engatilha a pergunta clássica: há quanto tempo você está na França? Digo que o suficiente. Sorri, tem belos dentes e uma cara safada, pergunta “suficiente para que?” Como ele provocou, respondo que o suficiente para estar cansado de todas as fórmulas que se usam para paquerar o *barman* desta bodega, ele sorri, esticando o pescoço, afetado, minhoca na areia quente, um jeito que me agrada, bem sacana. Ah, bom, suspira, dá um tempo. Volta à carga e pergunta se é proibido paquerar o garçom, digo que por favor não atirem sobre o pianista, ele faz *pardon*, eu repito, ele não

parece compreender, digo que só temos um pianista, é preciso poupá-lo, tropeço na pronúncia, repito, o verbo poupar em francês está nos limites da minha capacidade verbal, ele diz que ah, bom, agora compreendi, mas talvez o pianista tenha um tempo livre, e dá uma piscadela de convites, eu digo que o pianista nos tempos livres joga com brinquedos mais libertinos (o que em francês é trocadilho idiota), ao que ele contra-ataca que então, tudo bem, porque ele — acaricia de leve o peito, indicando-se — podia encontrar o pianista para lhe dar lições de flauta doce, que é a especialidade que ele — volta a se indicar com um gesto ligeiramente atrevido — exercita nos seus tempos livres e libertinos e eu digo que o pianista prefere desembocar em outros mercados menos comuns, e peço licença e saio para ver as máquinas de lavar e secar na sala do fundo. Ele me segue, me olha e me envolve, acaba me dando a famosa lição de flauta doce (uma verdadeira vocação artística, o rapaz) entre as máquinas que trepidam como locomotivas, como trepido eu, tornado flauta, não de sopro, de chupão.

Assim deixei pela metade o que tinha que escrever. Retomo dificilmente o texto. Novos curiosos aparecem. Quantas vezes vão me perguntar se o que estou escrevendo são minhas memórias? Já cansei de responder que, ao ser interrompido, não posso responder, pois esqueci o que estava escrevendo e é preciso memória para escrevê-las.

Minha mania de escrever o tempo todo perturba os clientes. Mais que curiosidade, sentiam um incômodo indefinido. Acredito que sentiam, o que nem sempre era verdade, que escrevia algo a respeito deles. A curiosidade tinha algo da sensação de estar diante duma câmara, dum aparelho fotográfico. Faziam pose, que é a forma humana primária de escapar à indiscrição. Sentiam, difusamente, uma certa necessidade de se protegerem no anonimato.

Jean, que é o atual vigia, chega tarde, na madrugada, no momento supostamente perigoso de furtos e ataques. Me encontra escrevendo e faz uma careta de cumplicidade. Fala à parte para que ninguém ouça, embora não haja mais ninguém por perto, todos estão nos andares, dormem ou trepam.

Embora quem possa ouvir não se interesse. Jean quer que lhe conte um segredo:

— Me diga o quê você tanto escreve? Um romance?

— Nada... Aproveito o tempo para estudar, nada mais. (O que não era verdade.)

— Ah, ele não me acredita, um dia quero ver seu *best-seller* na livraria.

O sonho de Jean era “escrever um *best-seller* como *Papillon* e viver tranqüilo o resto da vida”. Só não fazia isto porque, confessava, não tinha tempo, não vivera nada parecido, e não escrevia muito bem. Quando soube que eu escrevia em português, protesta:

— Bobagem. E quem é que vai ler uma coisa assim?

Sou sincero:

— Não sei.

— Então, escreve em francês que você vende muito mais.

— Eu não saberia escrever em francês, Jean.

— Que absurdo. Você não fala francês? Você não lê? Então, escrever é a mesma coisa. Se tiver algum erro de ortografia eles corrigem na hora de publicar.

— Escrever é um pouco mais complicado do que isso, Jean. E publicar muito mais. Não sei se vou conseguir jamais publicar isto. Escrevo porque me diverte.

— Melhor ainda: se for divertido, se tiver bastante movimento, vende muito mais. A única coisa que você tem que cuidar é dar uma forma (diz *tornure*) atraente às frases. Já vejo até o título: “*Les mille et une nuits au sauna*”.

Faço trocadilho:

— Les mille et un ennuis au sauna, tu veux dire...

Jean evidentemente não acreditava que eu escrevesse nada “a sério”. Como minha vizinha que quando ouve minha máquina de escrever vem me aconselhar um pouco a “sair do buraco”. Para ela, minha atividade é resultado da megalomania de um pobre garçom de sauna querendo subir na vida. Como se escrever fosse um *status* e não meramente uma necessidade vital.

Enfim, para os franceses que conheci no meio em que escolhi viver, que eu escreva passa por uma mania ligeira-

mente delirante. Nenhum escritor de respeito poderia vir a ser porteiro de puteiro. Um puteiro por vezes perigoso. Perigoso? Pois precisa até de vigia armado. Jean é o quinto ou sexto que se sucede nesse posto difícil. Porque não foi fácil encontrar alguém conveniente.

Vou lhes contar porque foi preciso arranjar um vigia.

15.

Evitaremos agora os assaltos. Que os houve, nestes anos noturnos numa sauna onde se cruzam várias marginalidade. Não é difícil assaltar isto aqui: por razões da razão mesma do ambiente a polícia não é benquista, procura-se afastá-la e os policiais não se sentem absolutamente seguros. Primeiro porque não têm muito o que fazer, segundo porque o meio supõe um lado provocador, escorregadio. A polícia — inclusive a francesa — não tem sutileza. Ou persegue indistintamente todos os marginais e aí sempre tromba com bons cidadãos no exercício do seu direito de ir e vir, que os homossexuais instituem como “pegação”, quase um modo inerente da sexualidade que se inventaram; ou absolutamente não persegue nada, deixa as marginalidades se misturarem e entrarem nos conflitos previsíveis. Questão de sutileza: nem todo homossexual é bandido, e se é bandido não é porque seja homossexual. O resultado dessa noite de indefinição é que, evitando uma perseguição histórica, mesmo quando ela é mais sofisticada do que a ronda policial, a homossexualidade se esconde e se confunde nos submundos e torna-se uma espécie de prato feito para os ladrões menores. (Os maiores não se dão a este baixo e pouco rentável trabalho.)

A sauna já sofreu crises epidêmicas de assaltos. O patrão se alarma quando os ataques se repetem em pequenos intervalos de tempo. Então chama um vigia, o que se chama aqui “*videur*”, que nós batizamos com maior colorido “leão-de-chácara”. A primeira vez que se adotou um *videur* o tempo

passou e não houve assalto propriamente. O problema é que o vigia e o garçom fizeram um acordo para manipularem a caixa e produzirem salários maiores. O patrão fez um belo raciocínio: “O que pago ao *videur* é muito mais do que posso perder nos ocasionais assaltos.” E assim não tivemos proteção organizada. Até aparecer um ladrão que cismou com a sauna. Veio um dia, assaltou. Encontrou o garçom sozinho, não havia clientes no bar, estavam todos nos andares. O trabalho foi extremamente fácil. Voltou uma semana depois e desta vez não apenas levou a caixa como resolveu aperfeiçoar o método: chantagem. O seu comércio era o seguinte: voltaria sempre a não ser que o patrão — que dizia conhecer e chamar intimamente pelo prenome — lhe enviasse regularmente uma quantia que estipularia mais tarde. Comunicou que telefonaria ao patrão nos próximos dias.

O ladrão, com modos muito efeminados, uma bicha de carreira, não apresentou sua proposta tão secamente quanto o resumo que fiz acima. Oh, não, absolutamente. Apresentou-a com um certo talento comercial. Em primeiro lugar argumentou que não havia proteção possível contra os assaltos (dele, em particular, tanto quanto de qualquer outra bicha em precisão). Qualquer bicha, mesmo as mais idiotas, poderiam conhecer bem o funcionamento da sauna, questão de horários, hábitos, esquemas de proteção. Qualquer uma poderia descobrir as falhas — “sempre há falhas”, filosofou — da segurança e “fazer a caixa”. Se o patrão procurasse a polícia, iria inutilmente chamar a atenção. A polícia começaria a baixar freqüentemente, o que comercialmente seria uma catástrofe: cada vez que a polícia resolvesse dar uma incerta, espantaria os clientes. Podia mesmo embarcar algum que estivesse se divertindo de maneira menos convencional, ou que se encontrasse desmunido frente às forças da ordem. A sauna acabaria passando por um lugar perigoso. Aí, então, é pior: quem se arriscaria de vir, a não ser tipos mais “duros”? O clima atrairia cada vez mais a malandragem. O que iria fazer proliferar os incidentes de toda ordem. Avisar a polícia, procurá-la, era mergulhar num pântano onde a sauna iria perder-se irremediavelmente.

Por outro lado, continuou considerando, se vocês procuram colocar aqui um “leão-de-chácara”, podem piorar o caso: gente menos desavisada, e com recursos maiores do que livres-atiradores, iria achar que valia a pena roubar isto. Se havia tanta proteção é porque o que se protege é muito valioso. Estes profissionais decididos e violentos iriam descer na sauna empregando “grandes meios”. Seria um risco absurdo para todos. Em caso de tiroteio, quem iria levar a pior seria o garçom, ou um cliente. Para que maltratar inocentes? perguntava o ladrão retórico.

Para evitar essas sombrias perspectivas, ele oferecia um paliativo. Que não era excelente, confessou, mas melhor que nada. Pagando-lhe uma soma regularmente, a sauna evitaria pelo menos *ele* — que era a maior ameaça presentemente. Terminou:

— Sigam meus conselhos. Vocês não saberão encontrar nada melhor. Boa-noite, senhoras e senhores.

Sob essas fortes palavras, partiu, levando a fêria do dia.

O patrão enervou-se. Fez o que fora desaconselhado. Na polícia não deram muita importância ao acontecimento. Registraram a ocorrência e por aí ficou a ação da justiça.

O *videur*, medida seguinte do patrão, apareceu seguindo sua barriga em franca prosperidade. Vinha paramentado: um revólver sob o braço esquerdo (o revólver era de plástico, para dissuasão psicológica), duas pequenas barras de ferro na cintura (nas costas, pois tentando colocar diante da barriga não podia se assentar), um bigode, muitas tatuagens, e voz cavernosa de gangster de cinema.

No primeiro dia comportou-se segundo o modelo “homem em frente ao perigo”, um certo mascaramento de coragem. Lembrou-me os porteiros de banco. Comportam-se como heróis de filmes classe C. Normalmente esse “ar”, que tem muito de galinha que se ocupa dos pintinhos, é substituído por uma lamentável perplexidade diante do fato consumado de um ataque. É muito difícil — na posição que ocupam, de alvo mais óbvio — responder. Essas figuras contam muito mais entre os objetos da decoração do que como possibilidade efetiva de ação. Quando acontece um assalto, são os primeiros a serem

imobilizados, e a surpresa e o desencanto que demonstram trazem-nos das nuvens dos seus sonhos românticos ao desamparo dos seus pobres recursos reais. Imobilizados, humilhados, absurdos, são o quadro mesmo da desilusão, uma criança que perdeu o brinquedo. A figura de um guarda qualquer reduzido a vítima é um momento dramático: tem certa beleza, também. Um homem que acorda, que se dá conta da sua fragilidade, é um ser mais humano, onde a humanidade aflora subitamente e despropositadamente. Nada é tão desumano quanto a indiferença diante da violência. Toda vítima é profundamente simpática, porque seu último recurso é a fragilidade da sua condição humana. Mas é preciso comover-se muito falsamente para não ver quanto é responsável a vítima pela sua própria situação, quanto usa de cumplicidade para permitir tornar-se vítima.

O nosso “leão-de-chácara” cansou-se rapidamente da postura. O ambiente não ajudava. O desfile das bichas desmoralizava muito o comportamento do herói, por falta de quadro, mesmo suposto, do perigo. Impossível fingir que o perigo poderia vir de gente de modos tão afetados, destes rapazes que trocavam beijinhos e carinhos delicados.

Um outro perigo mais real começou a assombrar o herói. O que se pode dizer de mais claro é que foi assaltado. Pela necessidade de afirmar constantemente que não era “assim”, que era muito macho, que o caso dele era mulher.

Na verdade ninguém ameaçara jamais a sua virtude. Ele fazia um tipo que não consegue o mínimo sucesso diante da clientela do local. Se, por azar, fosse homossexual, sofreria a tragédia da recusa que só a bicha feia conhece. Acontece que não era bem esta idéia que ele fazia. Para ele, uma bicha deveria cantá-lo, deveria tentar agarrar a sua mais preciosa arma, seu máximo orgulho, sua fortaleza, seu caralho. Seu bem amado caralhinho!

A princípio, herói defensor do tesouro, mantinha as distâncias, afastava-se ostensivamente, não permitia que outros sentassem ao seu lado no sofá. Aos poucos foi sentindo que mesmo que não procurasse distância, nenhuma bicha se atrevia. Foi tomando intimidades, misturou-se e nem por isto sofreu nenhuma investida que abalasse seu hétero-pudor. Tal-

vez aí tenha panicado. Pensou que achariam que era um viado qualquer, daí a razão do desinteresse. Todo verdadeiro macho sabe que bicha não quer bicha, quer um homem a parte inteira, se assim me permitem dizer... Quando começou a insistir nas declarações de princípio da sua macheza, notou que nem por isto as bichas se alteravam. Continuaram a tratá-lo com uma frieza chocante. Talvez elas não tenham acreditado na sua macheza? Começou então a trazer revistas de homens verdadeiros, isto é, com muitas mulheres nuas. Mostrava a todos as belezas, elogiava curvas, salmodiava peitos, avaliava bucetas, como grande *expert*. Não comoveu sua platéia, ninguém parecia dar valor maior ao atônito macho, cujas aventuras sexuais relatadas com detalhes dificilmente atraíam atenção de alguém. Pelo contrário, escapavam dele.

Aos poucos seus monólogos mudaram de aspecto. Já não eram suas conquistas femininas o tema dominante, mas: de como recusara as propostas de um pederasta assanhado. Se até então notara apenas indiferença do auditório, aqui sentiu uma franca hostilidade. Pouco a pouco os ouvintes perderam todo respeito, todo distanciamento. Era alvo de ironias, virou uma espécie de palhaço. No entanto, ninguém jamais lhe passou uma cantada, nem mesmo brincando. Faziam dele o imbecil ingênuo, que não faz mal a uma mosca.

— Eh, Didier, estão dizendo que te viram pegando no jardim das Tuilleries.

— Não adianta esconder. Agora todo mundo sabe que você tá dando mais que a rainha da Inglaterra.

A primeira reação dele foi engrossar. Chegou a ficar bravo, quis agredir um irônico. O patrão puxou-lhe as rédeas. Insinuou despedi-lo, ou — como é mais no estilo desse patrão — sugeriu que Didier apresentasse a demissão.

Didier não queria perder a boca, ganhava bem e não trabalhava de fato. Nunca encontraria nada tão tranquilo. Por razões profissionais não poderia mais ameaçar os clientes com porradas, não deveria responder às provocações. De vez em quando passava dois ou três dias emburrado, calado. Via-se que estava atacado, daí ninguém ligava, ninguém provocava. Pouco depois, às vezes poucas horas depois da sua decisão de ficar “anônimo”, caía na tentação e recomeçava sua

lenga-lenga. Inevitavelmente terminava em discussão, Didier defendendo vigorosamente sua desprestigiada heterossexualidade.

Foi Dominique quem se tornou seu rival favorito. Dominique vinha às saunas quase todas as noites. Era um louro pálido, de rosto fatigado e flácido, olhos de sono, boca de deboche, maneiras de gato velho. Dominique trabalhava às vezes como cabeleireiro, às vezes como travesti, envelhecera muito rápido e uma doença cardíaca deformara-lhe as mãos, que escondia, o que lhe dava modos atrevidos, fingidos, torcidos por estar sempre com as mãos nas costas ou cruzadas no peito, dentro do roupão. Dominique era também muito míope e, como todo míope que recusa os óculos, passa por observador crítico implacável. A expressão de esforço para distinguir as imagens da névoa eterna passa por um rosto zombeteiro, cruel (o míope passa também por romântico, sonhador, misterioso e até inteligente...).

O jeito de Dominique desarmava Didier, que não entendia bem o conteúdo verdadeiro das tiradas irônicas. Nunca sabia de que lado apanhar qualquer coisa que Dominique dizia. Entre os dois o veneno se acumulou. A deterioração das relações explodiu numa guerra aberta numa noite, quando Dominique estava inspiradíssimo na zombaria e Didier pouco inspirado de paciência. Trocaram uns tapas porque Dominique insistia que Didier tinha o pau pequeno e cu largo, que era tão bem dotado em matéria de caralho quanto uma irmã de caridade e que não podia sentar em banco de bar sem fazê-lo desaparecer.

Dominique levou um murro no ombro e tentou se proteger com tapas descontrolados que não chegaram à destinação. Gritando, um escândalo, entrincheirou-se atrás duma poltrona e berrava e berrava:

— Covarde, assassino, bruto, cafajeste, cafetão...

Didier respondia os insultos um por um, sem encontrar vocabulário para retrucar:

— Quê? Covarde, eu? Assassino, eu? Bruto, eu?

Era monótono.

Atrás da barreira, Dominique vociferava:

— Estúpido. Por que você não bate num tipo viril e vem bater em mim que não sei lutar? Vá brigar com um machão viril como você.

— Viril, eu? Viril, eu? Viril, eu? — Didier não achava palavras. — E eu sou viril?

Repetiu num berro de Tarzan:

— Não sou viril!

— Ah, não? fez Dominique dialético. Então por que é que você me bate quando te chamo de bicha, hein?

Didier custou a se dar conta que dissera uma besteira. Dominique retomou triunfante:

— Viram? Viram o que eu disse? Ele mesmo confessou! Bichona. Bichona e enrustida. Recalcada!

Os espectadores riam. Algumas palmas.

Didier saiu, tropeçando, batendo a porta.

Nunca mais apareceu.

16.

A noite inventa paisagens. Novas: não apenas marcadas pelo silêncio solar, fundamente originais como esculturas da sombra. A noite propicia refúgios. De pavores e de prazeres. A emoção que colore o recanto não depende da luz própria, mas do iluminado que vê. A escolha é vária e a mesma noite pode receber distintas designações: do pavor ao prazer.

Enfim, a noite é sempre o dia em outra parte. No entanto, na antípoda da escuridão também há sempre uma noite vindoura. O mundo, ser ambíguo, filho do sol e da lua, vacila entre claridades opostas.

A noite avança na sauna, império noturno.

Nosso provinciano se esgotou e viu movimentos intensos, madrugada a dentro. As renovadas excitações impediam o sono. Via chegar gente que parecia se conhecer, que se tratava com uma intimidade, plena de grosserias. Estavam sempre se agredindo, dizendo pequenas infâmias trocadas como gentilezas:

— Ah, você, dizia um ruivo de olhos arregalados ao moreno envelhecido e balofo, depois de trocarem beijinhos de saudação, você é uma velha prostituta. Não me agarre, Bernardette.

— E quem quer te agarrar, piranha?

— Me deixe que não sou lésbica.

— Que cara que você tá hoje, querida. Que cara de enterro...

— Há quem goste.

— Necrofilia existe, né?

O ruivo tomava uma caixinha, tirava dela comprimidos que engolia como se fossem caramelos. Depois falava muito e não deixava ninguém em paz. Os grupos que iam se formando, discutindo futilidades, não hesitavam diante de nenhum assunto. Política inclusive. Falava-se das eleições presidenciais, dizia-se que afinal nada iria mudar, tanto faz:

— Se for a Valérie, a merda continua. Se for a “*mère*” Chirac, então, bicha não vai ter vez.

— Ah, mas a maluca da Georgette é um perigo (referia-se a Marchais, secretário-geral do PCF).

— Os comunistas são contra as bichas, arriscou aluguém.

Um grandalhão, um tanto abobalhado entrou no assunto:

— Todo mundo é contra.

— É, mas os comunistas são piores. Se eles tomam o poder vai ser uma barafunda. Eles vão pôr no cu de todo mundo!

O ruivo bateu palmas:

— Oba, oba, que venham logo os comunas!

— Agora você brinca. Quero ver na hora que te mandarem pros trabalhos forçados.

O grandalhão comentou:

— Não vai ter nada. Não mudará nada. Até o Papa já é contra.

— O Papa, o Papa... indignou-se Bernard. Todo mundo sabe que ele fala assim, mas que na intimidade, hein? Eu sei, tendo informações (baixava o tom) que o Paulo VI nos fins de semana tomava o seu avião particular e ia paquerar em Los Angeles. Ah, todo mundo sabe que ele vivia faturando os pequenos guardas suíços.

— Eh, Bernardette Soubirou, cala a boca. Não diz besteira, vá!

Bernard tinha opiniões profundas sobre a homossexualidade. Dizia — e sempre falava muito:

— Ninguém mais é contra a homossexualidade hoje em dia. Sabe-se (ele vê muito televisão e tenta falar como nos cultos documentários que acompanha febrilmente) que na antiguidade todos os homens eram assim. E quem disse que o homossexualismo é anormal? Vai ver até que anormais são os outros, que, no futuro, como na antiguidade, o normal vai ser todo mundo homossexual. A Grécia, os romanos, o Egito, como eram?... (procura uma frase de efeito). O Egito, todo mundo sabe, está provado era o *túmulo* (*tombeau*) da homossexualidade. (Aí confundiu vagamente as palavras pirâmide, monumento e apogeu. Tem dificuldade de controlar o vocabulário que aprende na televisão.)

— E o que fazem com as mulheres? Não vai ter mais filhos? As bichas vão ficar todas velhas? Que horror! comentou o ruivo.

— Sei lá. Eles vão pôr as mulheres em jaulas. Quando tiver algum, sempre vai ter, que goste de mulher, ele vai visitá-las e aí têm filhos.

A discussão continua, aprofundando-se.

(Registro para a posteridade e dou fé. Não inventei aqui nem uma palavra. Reproduzo tal e qual. Cláudio tá de prova!)

O provinciano afinal conseguira trepar com um rapaz que seguiu longamente, com quem conversou inutilidades e que, depois de muito adiar, acabou pedindo dinheiro. Discretamente foi ao armário, tinha vergonha, pegou uma nota e pagou uma insatisfatória trepada, cheia de arrependimento. Dormiu logo depois, durante algum tempo. Mas não dormiu bem. Constantemente havia gente caminhando daqui pra lá, falavam alto.

Quando saiu da sua cabine, reparou que na portinha da vizinha alguém deixara um objeto estranho: uma perna. Uma prótese que fora retirada enquanto seu proprietário se divertia no colchão. Aquela perna, muito branca, calçada, meia e sapato preto, parecia um contra-senso. Mas de alguma forma pertencia ao clima geral.

Logo após, já sentado no bar, ouviu, como eu, que alguma coisa rolava escada abaixo com um barulho assustador. Fui correndo ver do que se tratava, enquanto ouvia as grossas imprecações de alguém. Vi a perna que rolava sozinha escada abaixo e o perneto que tinha dificuldade em saltitar para descer os incômodos degraus em caracol. Fui ajudá-lo.

A noite finalmente acabava.

Finalmente, a manhã.

Vou comunicar aos clientes que ainda restam que é hora de fechar, acordar os que dormem. Descem todos, vão sair como se sai duma delegacia ao final do carnaval. Nosso provinciano extremunhado, tonto de decepções, tinha duas certezas que aalentava: uma, a de que não gostaria nunca mais de voltar ali; outra, a de que voltaria brevemente, pois quem sabe na próxima vez encontrasse coisas melhores e se divertisse muito.

Saíram todos, olhos semicerrados contra a luz, que lhes atingia como se fosse um doce ultraje do sol.

CONTOS POSSÍVEIS DOS ANOS INÚTEIS

ALI

Chama-se Ali, o que acontece às vezes, e é marroquino — o que é irreparável, quando se é imigrante em Paris, sem nenhuma qualificação profissional, tentando a vida — ou qualquer outra alternativa da sorte.

Ali desde muito cedo, quando chegou na França com os pais, descobriu a homossexualidade parisiense, seus meios e meandros. Começou fazendo uma prostituição barata, ganhava uns trocados, que para ele representavam um considerável patrimônio. Tomou gosto, queria até insistir na profissão, mas não tinha preparo físico: era feio demais. Perdidos a adolescência, alguns dentes e o primitivo ar desamparado, desapareceram os clientes e os encontros ocasionais com franceses simpáticos.

Ali fez alguns amigos (franceses) que não se importavam que ele fosse árabe, que diziam que, se podiam trepar com árabes, podiam também ser amigos deles. Isto se passava no final da década dos sessenta, e havia novos ares no meio homossexual (e não só, como quem diz).

No tempo em que se prostitua, tinha uma teoria: cobrava dos velhos; dos novos, queria prazer. Justificável cobrar dos velhos porque era um risco ir com eles, arriscava-se a pegar doenças, porcaria que não se pode saber quem tem, depois pra se tratar custa dinheiro. Tinha por certo que doença e velhice eram sinônimos. Aprendera o papel das doenças venéreas, tivera escola, instrução (não muita, apenas a obriga-

tória, nesta *venerável* democracia). A que teve, valeu: sabia que a doença venérea era o lado desagradável do sexo. Inferir daí que os desprazeres andam juntos não custou muito.

Aprendeu também que o agradável, o bom e o bonito custam caro ou dão trabalho para conquistar. No sexo havia uma questão de conquista, de mercadejar: o mais velho tem que lutar para ganhar os favores do mais jovem. O mais velho faz o papel ativo na luta do sexo e deve derrubar por insistência, força e decisão as resistências do jovem. O adolescente, quando é homenzinho, não pode demonstrar que quer, nem mesmo permitir ou aceitar. Seu papel é resistir, se não quer passar por mulher. Porque a mulher é pura passividade, o sexo com ela não é uma luta, mas uma batalha já perdida.

Ter que insistir com jovens que o interessavam foi apenas a confirmação de que se tornara adulto. Ensinou-se a insistir para obter. Tudo. Mesmo para entrar nos lugares de badalação. Pequenas batalhas do imigrante. Nas portas das boates, clubes, saunas, cinemas, diziam: “*Club privé*, é preciso carta de membro para entrar”. Sabia que não era verdade, apenas maneira educada de dizer: árabe não entra. Tinha respostas preparadas: mas já estive aí várias vezes; eu pago a entrada; como é que se faz para se tornar membro do clube?

Uma vez lhe disseram na porta da sauna: “É preciso ir se inscrever na delegacia do bairro.” Deu uma volta no quarteirão e voltou à carga: estivera na delegacia e os policiais não sabiam disto, aliás tinham ficado surpresos... Ouvira contar que nenhum estabelecimento público podia recusar clientes por razões de racismo. Ameaçou: vou chamar os caras pra você explicar isto pra eles. O recepcionista não se impressionou, mas Ali voltaria várias vezes a insistir, pois um dia ou outro poderiam vacilar, quem sabe.

As amigas francesas duraram pouco. Afastaram-se. Depois fugiam dele. Depois começaram a enxotá-lo, escorraçá-lo. Ali era insistente, teimou muito, mas conseguia pouco ou nada. É verdade que daqui, dali, arranhou alguns empregos transitórios. A maioria na limpeza de estabelecimentos homossexuais de vários tipos. Não guardava nenhum emprego. Era pregui-

Os empregados ficaram calados, desconcertados. Ninguém gostava de Ali, ninguém jamais vira Arnaud naquele estado, mas ninguém jamais vira Ali sentado no banco, apoiado no esfregão, os olhos molhados, o ar de desolação mais terrível.

Eric, amigo (caso) de Arnaud, ficou doente: não era possível, tudo aquilo, sufocava, intolerável responsabilizar-se por aquele pobre tipo, convicto na solidão dos seus instrumentos de faxina. Disse para Ali que não se preocupasse, que falaria com Arnaud, que tudo se resolveria.

Arnaud regressou, depois de ter deambulado sem rumo, para curar-se da própria gritaria. Ainda encontrou o silêncio obediente e acusador de todos. Eric, usando uma diplomacia evidente demais para ser diplomática, tentou panos quentes que só serviram para esquentar definitivamente a cena. Eric, enervando-se, também jogou na discussão uma nebulosa questão pessoal; sem referir, abriu uma eclipse. Na questão do relógio veio um pouco dos problemas de cama dos dois, insinuações, pendências que retornam sem sentido, sem motivo. Foi então que Arnaud ameaçou polícia, chamou a polícia e já não teve mais saída. Fez a denúncia.

O que foi que fiz, meu Deus? — Duma certa forma Arnaud sentia que tinha derrubado, na prática, todas as convicções que tinha no abstrato. Foi este, de fato, o seu primeiro dia de patrão.

Na delegacia Ali confessou que fora ele quem pegara o relógio. Vendera-o a um desconhecido por uma ninharia. Desta vez, escapou por pouco de ser expulso da França e curtiu alguns meses de cadeia.

SEXTO ANDAR

Da janela do seu quarto via um céu humilde espremido entre telhados empilhados desordenadamente, paisagem cinza de um verão tímido. Durante a primavera o sol fora econômico e agora só se sabia que o verão se aproximava porque

os dias eram longos. Se as noites eram claras, nem por isto estava quente, era só aquela amolação de anoitecer às dez horas. Maurício não suportava estes amolecimentos do dia, esta resistência à noite que não vinha nunca: sentia falta dos poentes tropicais, dessa noite que caía logo, depois dos espetáculos coloridos do sol.

Aprendeu a regar cuidadosamente as plantas na janela do minúsculo quarto do sexto andar. *Cour*: edifício de fundos, dando para um pátio cimentado, apertado e inútil. Molhava as raquíticas flores vermelhas, que não iam adiante. Logo que chegou em Paris comprou avencas, sempre gostara de avencas na janela. Infelizmente elas morriam em alguns dias, indiferentes aos fertilizantes, fazendo pouco de todas as atenções. Quando pediu conselhos ao florista — com muita dificuldade, não falava muito bem o francês — conseguiu entender que no clima daqui as avencas não suportam o exterior. São plantas de interior, mas o quarto que tinha não permitia que colocasse vasos, por pura falta de espaço. Seu quarto nos bons tempos do prédio fora instalação para empregados domésticos. Atualmente, quem tem dinheiro para pagar uma criadagem não habitaria edifícios como aquele; e as *chambres de bonne* são alugadas para solitários corajosos e mais ou menos pauperizados, capazes de enfrentar seis andares sem elevador e se servirem duma minúscula privada comum, na escada, entre o quinto e sexto andares; e de contarem com uma pia como toda instalação sanitária dentro do quarto. O espaço habitável de Maurício era pouco mais que um caixote onde podia dormir.

Regava com parcimônia, tomando cuidado para não deixar a água cair na vidraça da vizinha de baixo, que fizera um escândalo, ainda no tempo das avencas. Maurício jogava água com fartura, pra ver se as pobrezinhas perdiam aquele ar de mato frouxo, como sua mãe costumava chamar planta mal cuidada. Estava calmamente banhando suas avencas quando ouviu a mulher do andar de baixo gritar. Não pensou que fosse com ele. Logo depois a fera batia na porta do seu quarto. Não compreendeu o que ela viera lhe dizer e pediu explicação, articulando:

— *Quoi? Qu'est-ce que tu veux?*

guém. Começou a gelar, não vai ser possível. Ninguém quer me escutar. Então teve uma idéia.

Voltou com muita dificuldade até o quarto e ligou o rádio no último volume. A gritaria que invadiu o prédio fez várias janelas acenderem imediatamente. Alguém gritou que não podia dormir, pediu silêncio. Pouco depois chegaram alguns vizinhos para acabar com o barulho infernal daquela festa improvisada. Logo depois chegaram os enfermeiros com a ambulância.

A vizinha do andar de baixo comentou que ouvira há algum tempo alguém gritando socorro mas que não quis, como todos os outros que escutaram, interferir na vida alheia.

EMPREGO

Roberto procura trabalho.

A bolsa acabou, não há possibilidade de renová-la. Precisa arranjar um trabalho qualquer. Vai procurar Madame Delporte, numa destas muitas entidades de assistência aos asilados na França.

Madame sente-se constrangida, consultando os papéis do *curriculum vitae* de Roberto.

— O senhor sabe, não tenho... exatamente... a espécie de trabalho que conviria às suas aptidões profissionais. Sim, muito... As ofertas de emprego que disponho são singularmente pouco qualificadas. Na maioria são ocupações manuais, não especializadas. Com os diplomas que o senhor dispõe, certamente aspiraria a uma colocação mais adequada, melhor remunerada.

Roberto responde, evasivamente, em francês, usando — tal como Madame Delporte — fórmulas educadas e mais ou menos seguras. E pensava: que diplomas, um cacete. O que quero é arranjar um emprego, um salário. Preciso dinheiro porque não tenho mais a bolsa, quero um trabalho pra não me encher o saco.

A planificação de sobrevivência de Roberto obedece às leis da transitoriedade do exílio. Arranjava um emprego durante alguns meses, guardava algum dinheiro de lado. Depois de um certo tempo de emprego poderia tanto ser despedido ou pedir demissão, tanto faz, pois já teria direito à *securité sociale*. Tradução: durante um ano receberia uma ajuda de desemprego. É isto que se chama *s'inscrire au chômage*. O *chômage*, para um francês, é uma fase onde se desespera na busca de outro trabalho, o dinheiro que se recebe é suficiente apenas para subsistir. Para um asilado “profissional”, que vive dos recursos limitados da solidariedade, permite continuar na espera, no intervalo. Dá pra levar, até voltar. Porque do exílio não se vai à parte alguma: se volta.

Madame Delporte continuava sua ladainha escusatória, coberta de frases feitas e lugares comuns do formalismo:

— Bom, vejamos, se não chego a me enganar, o senhor tem um diploma de biologia e depois, deixe-me consultar, dois anos de sociologia. Feitos no Chile? É isto mesmo? O primeiro diploma... no Chile também? Não, perfeitamente, no Brasil, isto mesmo. Bem. Na França, o senhor fez uma *maîtrise de Histoire*. *C'est beaucoup, n'est-ce pas?*

Era demais!

— *Oui*, a senhora sabe...

Madame Delporte concordava com um balançar de cabeça, mas era gentileza; sabia bem, compreendia mal.

— O senhor ainda está estudando?

— Não, a senhora sabe, não tenho mais a bolsa e...

— E por isto procura trabalho...

Exatamente. Mas não é para colocar no jornal.

— *Oui*.

— E os estudos?

Foda-se.

— *C'est pas grave*. Tenho tempo...

E já não tenho mais saco para estudar.

— O senhor tem uma considerável gama de interesses intelectuais: biologia, sociologia, história...

Enfim, e daí?

— É. Tô mesmo. Tô numa fase. Afinal. Bom, isto se explica. Ter de trabalhar. Isto realmente aniquila um pobre *chômeur* profissional.

Roberto rola na cama, não dorme.

Inutilmente procurar dormir ou resolver algum problema. Qual? Todos provavelmente são sem solução. Ou são a solução oculta de uma coisa pior. Então não adianta nada. Pensar no vidro de barbitúrico. Pensar apenas. E no barbitúrico porque não tenho talento para sangue ou garrote. No entanto os admiro, que seriam mais definitivos.

A personalidade do suicida se expressa no seu método de morrer. Assim somos, os suicidas. Também os que não nos suicidamos. O beco é estreito. O lixo é grande e invade o mundo. Época da *over* dose. Minha.

Só que nunca cheguei a tentar a *over*: um escorregão seria simples? Fico na dose, a euforizante. Apenas aquela capaz de me fazer subir e depois para descer... Sim, a dose apenas para guardar a consciência, o remorso e o desespero da queda. Bebida. Nem mesmo alcoólatra, sou apenas bom copo. Drogado esportivo, social, conveniente, dentro das regras do jogo. Bebamos na taça, alegrias trânsfugas de Traviatas. Comemos remos a merda. Valsemos a tuberculose, o câncer e o automóvel.

Automóvel: saí voando, meio tonto (pensava: me mato com veneno moderno). Muitos e tantos quilômetros por hora, zum, zumbé, fre, frre, freio. Assim que fiz na hora do abismo. E suei, parado na beiradinha do precipício. Arrepentido? Humilhado e disfarçado. Saí dirigindo devagar, responsável e não mate-não-morra. Aí veio um louco e quase me arreventa contra o paredão de pedra. O filho da puta quebrou o braço, eu saí sem um arranhão. O carro dele ficou virado de lado, o meu não tinha mais vidraças. E os estilhaços (pensei: tô cego) por todo lado, me bateram, como se cuspissem em mim (pensei: taí, quis, não consegui; cuidei e veio), no barulho da lataria (pensei: não escapo). Disse comigo: o grito é meu. Não era. Era da loura, ao lado do volante do outro. Chorou

muito, mas o sangue do nariz que sujava a cara dela não era nada grave, apenas faniquito. Normal, só não faniquei também porque pensei que tinha morrido, me dizendo merda, não é possível que na hora de morrer tudo o que eu sinta é expectativa. Porque eu esperava uma coisa qualquer naquele pequeno inferno instantâneo; enquanto os cacos me fustigavam e eu sacolejava no carro que não parara de roncar ainda. Em casa pra contar fiz o bem-humorado. Telefonei. Lídia, sou eu, me atraso, tive um acidente, tô bem, comigo não teve nada, quem se estrepou foi o maluco que quase nos mata, aos dois e à mulher dele, é, a culpa é dele. Lídia comentou com seu magnífico senso das ocasiões perdidas que ainda bem que tudo se passara bem pois não queria estragar as férias. A gente estava de férias na Itália, mas não era mais como na primeira vez que viéramos, quando a gente trepava em tudo quanto é ruína e descampado que encontrava, quando a gente arruinou o colchão do *arbergo* em Parma, porque se espalhou sorvete e ficamos nos lambendo uma tarde inteira. Fiquei ofendido com o rápido alívio de Lídia, mas não saberia explicar-lhe por quê. Uma coisa como se, suicidando, o máximo que faria seria estragar-lhe as férias.

Sou do tipo que não dá certo em suicídio, que acaba no ridículo. Mas não consigo rir desses fracassos. Desses, não.

Se ao menos eu pudesse dormir.

Que mistério escondi nos meus desejos, onde desejei o inverso do que fiz, onde fui nos lugares que me proibi na vida diária das insatisfações que me cumulo, que maldade ingênua se tocaiava nos meus sonhos delirantes ou infantis das noites quase dormidas, onde a consciência dá lugar ao longo desfilar duma imaginação pobre e dolorosa? Por alguma razão muito forte me fiz o contrário do que planejei, mesmo se o plano tivesse sido tão vago, que nunca consegui estabelecer nada que não fosse um plano. O resultado simples da equação que ninguém, nem eu, formulou, se é que há ou houve resultado; se isto é o resultado, resultante, coisa, estágio intermediário, porque um estágio intermediário exige um passado e supõe um futuro; se isto é alguma coisa, é o meu engano,

SOLO

Naturalmente em sol menor. Invernos, primaveras também.

Que as estações são quatro, como as partes deste livro que fui escrevendo em círculo e que termina como começou com uma inscrição: *voagens* fora da terra do Brasil. Um vôo. Procura-se.

Canções dos exílios.

Proposta indecorosa

“Ou:

Se você é, vem que tem.

Debate. Não careta (esperamos).

Falar. Acrescente o seu grafite.

Não somente nesta porta-tribuna das privadas virtudes de vícios periféricos. Venha discutir. Não somente depor que “nada tem a declarar” — fórmula-resposta no confessionário-policial, inquirindo a quantas anda nossas trepadas nos locais da proibição. São homossexuais que devem falar de si. E de política. Inclusive daquela de não fazer nenhuma.

Ou:

No quadro dos desdobramentos das lutas políticas, as questões postuladas pela sexualidade (em geral, inclusive pelas formas ditas “marginais”) provocam uma necessária reflexão que, para além das considerações tático-estratégicas envolvidas, busca esclarecer as articulações próprias dos movimentos de “minorias” no panorama geral das transformações sociais. Ao abrir o debate sobre o homossexualismo pensamos ser necessário não somente discorrer “sobre” o problema ou explicá-lo, mas veicular o próprio discurso homossexual com sua sintaxe própria. Discurso prolixo, multifacético, atravessado verticalmente pelos estigmas da repressão e da clandestini-

dade, assentado simultaneamente numa proibição infamante e numa agressividade difamatória. Discurso “secreto”, mas evidente; banido dos lugares oficiais do saber, do dever, ou do prazer, mas eloquente nas regiões antípodas do discurso oficial (por exemplo, nas paredes dos mictórios públicos). Discurso-escândalo que só chocaria hoje retardatários duma moral que se pulveriza. Deste discurso fragmentário e ingênuo ao discurso homossexual articulado à luz do dia, politizado e político — um debate.

Se você É (interessado em política, por exemplo) vem que tem.”

Assim chamava a conclamação para um debate sobre “Homossexualidade e Política”, que a Comissão de Cultura do Comitê Brasil pela Anistia encaminhou em 1979, em Paris. O desenho do convite representava um cagado cagador público e a convocação estava impressa no pedaço de jornal que substitui, nessas privadas, noticiosamente, o higiênico papel aveludado e descreto dos limpos sanitários. Nas paredes do WC liam-se pixações, como as usuais, e a invocação: “Se você É, vem que tem”.

Alguns que *eram* (o quê? o quê?), não vieram, porque achavam que o convite tinha demais da conta. Esses que eram (o quê? pequeninos, das pernas grossas?) muito sérios (vestido curto, mamãe não gosta), nem quiseram ouvir falar na “coisa” (pequena? grossa?), pois que determinaram que “se trata de um assunto absolutamente secundário” (sic, hic, ih qui coisa!).

Alguns não deram (o quê foi que você deu, meu bem?) o braço a torcer. Deram (dê um pouco para mim, também) opiniões severas, isto é, fazendo careta e concebendo a política como repetição de ladainhas mais ou menos puídas, como um santo sudário descrevendo futuros paraísos e terras de leite e mel (não sei se você fala por falar, sem meditar).

Alguns, os mesmos que falavam, dois pontos, empostação sisuda da voz: que o CBA é a-partidário, democrático, aberto; esses uns recusaram-se, dando murros nas mesas, vociferando,

as minhas dúvidas tornam-se angustiantes. Não preciso escrever para me justificar.

Muito menos para me defender ou aos homossexuais em geral.

Não vou usar artifícios literários para criar um faroeste fácil.

Seria, como se vê tanto, uma dessas histórias em forma de “memórias”, onde o personagem sempre se dá bem, mesmo quando se dá mal. O personagem dessas fábulas tem sempre razão. Mais que isto: está sempre justificado. O leitor se convence, automaticamente, da veracidade dos acertos, erros, justificações e autocríticas do personagem, atrás do qual o autor entrincheirado não se manifesta. Se o personagem é posto em questão, o é pelo autor. Mas o autor escapa da história. A literatura não pode ser uma traição e o escritor deve ser um personagem à altura dos outros. Exposto. (Escrever História não é contar histórias. É preciso se preocupar constantemente com as encruzilhadas entre a literatura e a vida. A realidade nunca é a verdade.)

Sempre falo muito de mim e o resto. Por personalismo? Não penso que seja. Se falo em primeira pessoa é exatamente para escapar do falacioso mecanismo do culto à personalidade, que faz a política da abstrata pessoa ausente do discurso. O totalitarismo sempre se esconde nessa abstração, no ausente onipresente. Um pouco como na literatura de falseamento, onde o narrador se esconde atrás do texto, deus ex-machina, e impinge uma verdade temível, a sua, consagrada e imbatível.

Falei durante o debate da “minha” homossexualidade porque achava um absurdo que a esquerda continue a falar da homossexualidade dos *outros*: seja para dar “direitos” (forma de caridade); seja, o que é duro, mas ainda existe, para recusar esses “direitos”. Falei da minha sexualidade como acho que a esquerda tem que falar da *sua* homossexualidade. Até quando se pretende ignorar que ao se recusar discutir a sexualidade alheia sempre se está falando da própria sexualidade?

O silêncio não veste um consentimento. Nem uma indiferença, nem uma ignorância. O silêncio é a imposição de um discurso. O silêncio é a forma do discurso duma certa parcela da esquerda sobre a homossexualidade. É uma forma de exilar os homossexuais.

A forma mais sutil da censura consiste na imposição da autocensura. Um homossexual calado é aceitável. Talvez até útil. Porque educado, comportadinho, tranqüilizante. Uma bicha louca que se apresenta, é o escândalo e o despautério.

Não é político! — exclamam os censores, que o sexo para os rábulas do totalitarismo não é político. Para eles, a política trata com classes assexuadas. A classe operária, como os anjos, não tem sexualidade; segundo eles, é uma classe etérea, esterilizada, sanitária. O que é uma forma de dizer: impotente e modelável segundo os gostos de um clarividente secretário-geral qualquer.

Os totalitários explicam o silêncio sobre assuntos secundários (sexo e mais buracos e penduricalhos da vida) dizendo que são menos importantes que a fome e a miséria. Puro sofisma. Eles se esquecem que os famintos e explorados quando se erguem clamam primeiro por um outro pão que justifica todos os trigais: pedem justiça e liberdade!

Justiça e liberdade!

Não, não quero impor um discurso homossexual à esquerda. Ela já tem um, que é o silêncio, que é uma forma de exílio. O que quero é criticar este mudo discurso que organiza novos destertos.

Lembro de uma intervenção numa Assembléia do CBA. Um velho conhecido meu comunicou, com voz pausada e patriarcal, que sempre me conhecera. Mesmo que já se dera bem comigo. Ele, ele mesmo, aceitou minha presença, embora soubesse que eu “era”... e nunca tivéssemos falado do assunto. Insistia que, por isso, eu nunca poderia dizer que ele tivesse preconceitos. Só não conseguia compreender a minha atitude, de forçar a dis-

Assim íamos reinventando uma terra que prometia outras e emocionantes descobertas.

Certa vez enfrentamos uma crise. É dela que lhe quero falar, Átila.

Uma parte do pessoal resolvera, depois de levantar críticas imprecisas, escrever um documento no qual “rachava” com a VPR. Fizemos uma reunião, onde o documento foi lido. Finda a leitura, os ânimos exaltaram-se.

De repente, rompendo o silêncio que guardara até ali, falei. Muito pausadamente, lembra-se? Com um tom de concórdia e pacificação, comecei a desmontar os argumentos políticos do documento. Dizia que as críticas não eram *reais*, que me pareciam esconder problemas não revelados. Lembra-se como aos poucos fui demonstrando que aquelas divergências não refletiam senão mal-entendidos? Diplomáticamente cheguei a falar que o problema envolvia “relações pessoais” e que eram elas que tínhamos que discutir.

Você deve lembrar-se ainda que depois da minha intervenção as conversas mudaram de rumo. Que, de fato, discutimos muito as questões do relacionamento pessoal na guerrilha e que afinal todos concordaram que as críticas levantadas eram sem fundamento. E me deram razão.

O companheiro, autor do documento, vamos chamá-lo Gláucio, quis conversar comigo à parte, finda a reunião.

O que ele tinha a me dizer era simples. Custou a falar, tomou fôlego, engoliu em seco. Disse primeiro que notara que eu entendera “os problemas de fundo”. E que reconhecera, nas minhas intervenções, “certas mensagens” que lhe destinava *pessoalmente*. (Porque é bem verdade que eu sacara naquele documento um cavalo de Tróia, que escondia guerreiros doutra guerra, que se deflagraria se não recebesse um nome conveniente.)

Afinal ele disse:

— Meu problema é outro. Não agüento mais ficar aqui. E depois:

— Sabe, eu não suporto viver sem mulher.

E escondeu o rosto nas mãos e chorou.

Conversamos depois longamente, eu e ele, sobre a sexualidade. Eu não falava de mim. Falava da sexualidade dele. Sei que ajudou. Porque depois disso parece que o problema dele ficou menor. Deve ter encontrado soluções — nem tão difíceis assim.

Lembra, Átila, Gláucio nunca falou em público. De um problema entretanto tão simples. E que quase nos levou a um racha absurdo.

Viu? O tabu do sexo tem regras assustadoras.

Talvez você compreenda porque naquele momento eu não dizia nada. Porque não achava que naquela repressão, que eu me fazia tão bem, houvesse o que comunicar. Nunca deu problema, não é?

Mais que isto: eu era feliz em Ribeira porque *não* me sentia reprimido. Sentia, como todos deviam sentir, que a ausência do sexo era uma necessidade da luta, assim como os desconfortos que sofríamos, a falta de comida por exemplo. Para mim a repressão existia nas cidades, porque a ausência de relações sexuais não era nenhuma condição da luta. Era um silêncio. Um exílio. Sabe, meu amigo, eu não era exatamente um militante homossexual. Era um homossexual exilado.

Talvez você compreenda agora como a homossexualidade pode ser um exílio. Da mesma forma como qualquer exílio não é senão uma forma de partilhar um desterro que envolve todos.

(Intervalo)

Já é tarde, no caminho.

E não achei nem mesmo método.

De repente, se descobrir nada, como quem nunca se fez de nada, como quem nunca fez nada.

Bengala

Não deixava de ser verão, também não havia engano. Era Paris. Calor não fazia, não estava frio: chovia. Feio, fininho, desentoadado, destas chuvinhas de fins de mundo. No cinzento, a velha com a sua bengala riu.

Não percebi de onde veio, arrastando a bengala, suas pernas, seu edema, seus anos, sua inércia e lentidão. Ao chegar no ponto de ônibus, riu e falou alto: “A culpa é deles.” De onde tirava o bom-humor, me escapava.

— Deles, quem? — perguntei maravilhado. As velhas francesas são como a chuvinha: resmungonas, sombrias, medrosas e inquisitoriais. Foi a primeira vez nos meus bastantes e úmidos dias parisienses que vi uma velha gargalhar em público. Mais que estes decibéis em excesso, o fato de que não eram para esculhambar um estranho, ainda por cima jovem, ainda por cima de casaco de couro, e para mal de todos os pecados com uma cara de árabe como esta que Deus me deu. O máximo que espero das institucionais anciãs daqui é um vago receio de serem assaltadas, o que demonstram grampeando-se às suas bolsas. Quando quis saber de quem era a culpa, minhas previsões de resposta situavam-se: a) dos árabes, culpados pelo aumento do petróleo, *donc*, do atraso do ônibus, *donc*, por deixá-la, velha *in extremis* de recursos de subsistência, sob a chuva, *donc*, afinal, culpados pela chuva; b) dos comunistas; c) dos governantes; d) dos fantasmas que perseguiram o delírio da macróbia ridente, certamente uma paranóia, como supus ao ver o riso anacrônico.

Naturalmente apelei para uma explicação racional, com todo cartesianismo que tenho aprendido na convivência com os patrícios da lógica formal. Preferia acreditar nisto do que achar que a velha risse por pura leveza de alma.

A gorda esfuziante, na sua voz tremida de avó radiofônica, me esclareceu: “Dos ônibus. Em dia bonito gosto de andar, passeio muito. Os ônibus provocam a chuva pra me obri-

gar a usá-los.” Riu muito do seu achado. Eu também, mas das circunstâncias do riso dela.

Ela continuou explicando: “A gente precisa se mexer, senão enferruja. Passeando, a gente sempre vê as coisas mais bonitas. O senhor não acha?”

Respondi, cerimoniosamente, compreendendo novas batalhas e belas vitórias naquela bengala. Esperava, porém, que, tendo ouvido meu sotaque, ela cortaria rente o papo. Pelo contrário, não se abalou com meus arrevezamentos de pronúncia. Nem mesmo me perguntou de onde eu era. Continuou falando, com um bom-humor de veranico: este tempo era uma amolação, vinha se somar à crise geral. Afinal tudo já anda tão difícil, as pessoas tão sobrecarregadas de problemas e tombalhes por cima um verão desapontado, que começava com dias tão feios.

Segredou-me, com uma cumplicidade no gesto de aproximar-se: “*Vous savez, y’a plus d’bon Dieu.*” Depois de me ter comunicado a falência de antigos sonhos, ainda sentenciou: “Vocês, os jovens, deveriam fazer alguma coisa nova, para pôr no lugar...”

Foi assim que esta velha desconhecida me ensinou o verão. Eu deveria ter-lhe dito, mas faltou-me esta dignidade de amar publicamente a vida.

Não poderia ter dito tudo, tanto e verdadeiro amor, que não me fugiria jamais verbalmente. Às vezes, torna-se absurda a incapacidade que temos de responder à gente que nos provoca um amor brutal e sem reservas, como fez aquela entidade da chuva (e eu que achava que não havia orixás aqui!). Foi no dia em que recebi a notícia que não poderia voltar tão cedo ao Brasil. Mais um ano de espera, mais um ano perdido. Eu envelheci muito nesta espera, perdi todas as oportunidades de vir a fazer minha vida como quero. Senti, quando soube deste tempo extra de exílio, que cheguei a um ponto definitivo, após o qual não disporei de tempo para recuperar o tempo. Diante do riso que a velha me presenteou, fiquei envergonhado e escondi, por não encontrar argumento, a minha bengala.

Perguntas pra responder meu exílio

Por que ainda estou no exílio?

Deveria explicar por que ainda não fui anistiado?

Pois prefiro fazer outras perguntas.

— Por que é que ainda há uma ditadura no país? Ou alguém acredita ainda que um disfarce mudou o seu jeito? Uma bruxa enfeitada vira um enfeite ou continua cozinhando seus bruxedos?

— Por que é que a anistia foi um arremedo da Anistia? Ou há quem ainda creia que a luta pela anistia acabou? Uma parte do caminho satisfaz quais caminhantes?

— É importante que seja EU o exilado ou que haja UM exilado brasileiro?

— Se eu fui “escolhido” foi por minhas qualidades ou por que era preciso limites à anistia? Importava à ditadura quem e quantos estão no exílio ou conservar zelosamente os seus instrumentos de fabricar exílios quando as coisas apertarem para ela?

— Um bode expiatório — é importante que seja bode — mas sua principal característica não é precisamente que seja expiatório? e não é pra escarmento que existe? Sua serventia não é mostrar aos outros o que acontece com o cabrito que berra?

— Qual a diferença entre ter mil, dez ou um exilado? Anistia é uma questão de quantidade ou de DEMOCRACIA?

— Devo me defender ou acusar as próprias acusações que me são feitas? Está claro que não sou “inocente” das acusações? Também não está claro que não há culpado possível de acusação semelhante? Que o único crime é inventar um crime onde há uma luta pela democracia?

— Devo dizer que hoje vejo enganos na forma de luta em que me empenhei? Mas minha autocrítica é para ser feita diante da ditadura? Ou diante daqueles que lutam hoje contra ela?

— Que desculpas tenho de pedir à ditadura? Ser anistiado não é exatamente forçar a ditadura a reconhecer os seus abusos?

— Serei diferente dos outros exilados? Como uma vez quiseram dizer que os exilados eram “diferentes” do resto dos brasileiros (categoria “maus”)?

— Mas quem é igual e igual a quê? Uma democracia é uma tentativa de forçar identidades ou um diálogo unificando diferenciações?

Simplesmente

Vai daí que escrevi uma carta aberta para protestar contra meu novo *status* de bode expiatório, no final de 1979. Dizia: bode, muito bem, mas bom cabrito não. Vou berrar!

Fora no consulado várias vezes e recebera respostas polidas (vaselina só favorece, mas não mascara): não, eu ainda não tinha direito ao passaporte. Tinha uma pena a cumprir e esta só se prescrevia em maio de 1981.

Pusera na carta que não achava que meu problema era meramente pessoal, que quem estava em questão não era EU mas a anistia da ditadura. Naturalmente, em vista das circunstâncias, escrevia na primeira pessoa, já que a continuação do exílio era uma forma “pessoal” de ser discriminado pelo governo militar. E só “pessoalmente” a gente sofre o problema de todo mundo. Esta é a forma de socialização do arbitrário: cada um leva sua porrada, *pessoal*.

A carta não teve repercussão nenhuma, apesar da minha cândida expectativa. Fora dirigida “aos meus amigos”, para ser lida no congresso do Comitê Brasil pela Anistia (CBA). Alguns mandaram me dizer que havia “uma grande desmobilização”, pouco se podia fazer pelo meu caso. Aí toca eu a falar: mas o meu caso não é MEU, é nosso; como a ditadura é NOSSA: cada um engole uma parte enquanto não se sabe engolir o sapo inteiro, todo mundo junto. Desmobilização?

Mais razão de pôr a boca no trombone. Não é possível dar à ditadura uma colher de chá, para ela fazer desta lei de Anistia cafaíste uma tática vitoriosa. Denúncia, era o que eu pedia. O meu caso, repetia, é só um exemplo para denunciar o caráter desta lei de enganos.

Decepção é normal, o mundo é assim mesmo. Minha insônia não resolvia nada. E eu não via como sair do buraco. Encontro um companheiro, pergunto se tinha lido a carta:

— Pois é... contornou eufemístico, há quem ache que é uma carta muito pessoal.

— Não entendo, fiz.

— Pessoal no sentido de personalista, me esclareceu.

— Mas poxa, eu não podia falar doutra forma, né? Quem não foi anistiado fui eu. Não podia falar nem de nós, que me falta majestade, nem em terceira pessoa, que me falta o esquizo ainda.

E não entendo mesmo. Principalmente porque me reduzi a falar dos “poucos bodes expiatórios que somos”, que não se devia procurar nas nossas personalidades ou vidas pessoais as razões do desabuso, que não interessava quem eram os não-anistiados. O que interessa é que eles existem e que isto desvenda o caráter desta porca lei da anistia. Não propunha uma campanha de promoção destes poucos, ou de mim mesmo. Queria a denúncia de uns muitos escândalos da ditadura.

O companheiro me comunicou outras críticas:

— Tem gente que acha que a carta está muito literária. Muito bem escrita. Difícil de ser entendida.

Isso aí é uma forma de dizer que não manipulei coerentemente o jargão em voga. Algumas vezes fui “acusado” de... “escrever bem”. Só para irritar respondia: “mas não quero escrever bem, quero escrever o indispensável”, com a pretensão que tão bem me caracteriza.

Ouvi também:

— Não adianta nada. Exilado não está mais na moda.

(Não dou uma dentro. Quando cheguei aqui era o golpe chileno que caíra de moda, agora sou um exilado ultrapassado.)

Felizmente há quem não siga cegamente os modismos. Henfil, por exemplo. Escrevi uma outra carta, dirigida esta

à mãe dele, e ele publicou — fora da moda e tudo — me dando espaço na sua folha. Fiquei comovido porque todo ato puro de democracia, nestes tempos sem modos, acaba me dando um nó na garganta. Te amo, Henfil.

Bão, a primeira “carta aberta” me reservou surpresas, nem sempre agradáveis. Uma amiga, voltando do Brasil, me encontra “bem, calmo, na minha”.

— Pois é. Me disseram que você estava louco. Minha amiga não compreende muito bem os arabescos do jargão. Disseram, continuou, que você ficava agora do seu apartamento escrevendo “cartas abertas para o povo”.

— Ah, é? Infelizmente ainda não tenho lucidez suficiente para desembestar pro hospício, comentei.

De fato, na carta dirigida aos meus amigos explicava que por “amigos” entendia todos aqueles que esperavam uma Anistia Geral e lutavam pela Democracia. De outro jeito, pra quem posso escrever, me digam? E por que é que não posso me dirigir ao povo, quando achar que tenho o que dizer? Se não é pro povo, pra quem é que a gente escreve?

Algum tempo depois tive uma resposta parcial a tais questões. Recebi o *Lampião* que, num admirável gesto de solidariedade, publicou na íntegra a carta. Apresentou-a comentando um incidente no Congresso do CBA — do qual só tomei conhecimento pelo jornal. Um dos presentes, delegado do Ceará (que pena, verdes mares que brilhai!), opusera-se à leitura da minha carta ali por eu era:

“simplesmente uma bicha” (sic)

(Parênteses: que ninguém critique os CBAs por esses acidentes que descrevo neste livro.. Não se acusa uma garganta por causa do câncer que a corrói. Tamos entendidos? Então: viva o CBA, abaixo o câncer. E tamos ditos.)

Pois o cearense me rotulou (que pena, líquidas esmeraldas!): *simplesmente uma bicha*.

Fiquei impressionadíssimo!

Não que ele dissesse que eu era uma bicha, porque não contava novidade. Menos ainda que julgasse que, por bicha, eu merecia sanções penais: a idéia não é dele. Há séculos o obscurantismo referenda essa tese.

Impressionou-me que dissesse: *simplesmente*.

Simplesmente! Simplesmente, ouviram bem? Simplesmente, como naquela novela da Maria. Bonito isto. Um achado literário e político.

Um dia ainda volto ao Brasil e vou procurar esse gênio iluminado. Ao meu conhecimento é o maior VIADÓLOGO do hemisfério. Entende tudo, muito entendido, porque ele acha que ser bicha é simples de toda simplicidade. Ele descobriu, singelamente, nos cadinhos da sua alquimia, que um mortal pode ser bicha e simplesmente. Deve ter sido ele quem escreveu a famosa cartilha:

Ivo viu o ovo
O vovô via o Ivo
O vovô via o ovo do viado
O vovô via o viado do Ivo
Ivo, o viado, vivia na cova.
Se o viado sai da cova, joga ovo podre nele.
Cave uma cova e avacalhe a vida do viado dentro dela.

Sim, vou procurá-lo, onde quer que esteja, sábio patriarca, para humildemente pedir-lhe: Ó, mestre, ilumina-me e conta-me como, por quais vias da viadologia, conseguistes tal paz, conseguistes resolver a vossa homossexualidade com tal simplicidade?

Porque, eu, aqui, olha que foi brabeza.
E como!

Bom menino

Se lembra como é que foi?
Você era você mesmo, bom menino, e era bicha.
Se lembra como é que foi, como é que descobriu?
Não, não descobriu. Você não. Ser bicha, quando se sabe, não se descobre: se encobre.
Se lembra? quando foi mesmo?

Não teve quando, nem como e a razão é nenhuma e aquela mesma que você inventou. Não há um momento; há um plano. De batalhas já perdidas, de derrotas fabricadas. Plano inconstante, inclinado, ladeira sem direção onde se caiu ou se sobe sem nunca entender o sentido do mover, da emoção.

Quando foi mesmo, como é que foi, se lembra?

Nem triste, nem grande, nem mesmo cômico. Sem rupturas, sem marcas. Você não se lembra, embora julgue que haja um momento calado, o primeiro passo no arame, o derradeiro no escuro. Quando você sabe, já era — e você poderia então rotular o sou que era. Nascer é ir nascendo.

Quando você seria, já era como memória, já coisa de antes, de sempre. Por isto você não se lembrará, pois que sempre lembrou e o que houve, se houve, seria lembrança de ser.

Você se lembra? A tristeza.

Era triste e curioso, nos cerimoniais de iniciação, quando você teve de ser para os outros, diante deles, um que fingia. Um lento artesanato do seu porão, que você não descobriu: porque existia porão e próprio do seu habitar-se de sempre. Mais subterrâneo do que a humanidade que seu grupo lhe pedia, você rompia a continuidade do humano, corrompia uma linhagem. No seu porão, enovelado, você era uma ameaça, uma raça ou um anjo.

Se lembra, você quase se perdeu de tão bem feito fabricou o seu porão.

Se lembra, foi construindo que você organizou um labirinto onde se comprazia em se perder, pra se sentir perdido, pra se afundar. Você arquitetou astuciosamente delícias e merda e classificou tal disposição inventiva de sua natureza, ou sua verdade. Você chamava sua opção de determinação primária. Você chamava o seu produto de fruto natural das raízes fora da sua vontade. Antes de admitir que seu labirinto era atividade voluntária, gritava que isto era sua herança, seu modo, sua utopia e seu porto.

Se lembra? Você não sabia o que estava fazendo. Como sempre a gente só se dá conta quando a coisa está completa. Você não sabia nem mesmo que a técnica e a argamassa para

seu porão você aprendera e recebera. Você não lembra como aprendeu, mas lembra do aprendizado.

Se lembra o que foi ter admitido para si mesmo?

Se lembra da humilhação de ter de pedir desculpa por um prazer que, por culpa, se tornava uma espécie de urgência terapêutica? Fazer um sexo como alívio de um tormento, o orgasmo era uma momentânea liberação que abria as portas da vergonha.

Se lembra da expectativa de que um dia aquela doença curasse? Se lembra das tentativas de encontrar uma cura? Talvez no corpo de uma mulher, você se dizia. E encontrou um orgasmo que não trazia remorsos, um orgasmo que você se ensinou que era melhor que o outro. Mesmo que este orgasmo fosse todo inteligente, explicado, gramaticalmente estruturado: tenho prazer porque este é o prazer que tenho que ter. O outro orgasmo era urgente, a sua precocidade era a sua única garantia de não falir diante do medo e da culpa.

Se lembra, depois, mais tarde, como de perdição da raça você se fez raça perdida?

Primeiro, na adversidade, uma relação adversativa entre ser humano e diferença: sou diferente, mas sou humano. Ou: sou humano, mas sou diferente. Abandonando esta fórmula, você encontra entre uma e outra uma relação de causalidade.

Se lembra? Você descobriu que era diferente *porque* era humano. Você, com certa timidez, fazia decorrer sua diferença da sua humanidade. Nestes momentos ingênuos o humano para você é um objetivo, uma perfeição futura. Se lembra? Você não conseguia compreender que se há barro humano ele está nas imperfeições da busca. Só posteriormente você entendeu que a hipótese de perfeição futura é apenas uma indecisão da busca.

A relação de causalidade tinha que ter uma contrapartida: se era diferente porque era humano, também era humano porque era diferente. Com certo orgulho você passou a fazer decorrer sua humanidade do que chamava SUA diferença. Você quis aperfeiçoar esta sexualidade, especializá-la. Diferenciá-la ou humanizá-la, tanto fazia. De tal forma que neste caminhar no gueto de uma raça sexual humana você fazia sua huma-

nidade. Você julgava que quanto mais propriamente bicha, mais humanidade teria.

Você se lembra, a pesquisa em você e nos outros? Você tinha que ser o que era! Você se procurou, você procurou descobrir, insistentemente, o seu ser verdadeiro. Assumir-se era o que você dizia. Você queria descobrir no seu íntimo segredo a essência mesma desta diferença ou humanidade. Você buscou encontrar e não achou nenhuma coisa. Você sentiu que lhe escapava o *que* assumir, pois não havia uma coisa no que você e outros nomeava "homossexualidade".

Você se lembra? Você não podia mais supor uma humanidade que originasse qualidades, estados, diferenças. Você perdeu sua raça e seu credo, se lembra? Você não tinha uma sexualidade diferente, porque não há ninguém que tenha sexualidade igual àquela da qual você se julgava diferente. Não há ninguém igual a nada. A comparação sempre se faz de diferença a diferença: Você apenas tinha uma sexualidade, quer dizer, uma precisa diferenciação e, mais ainda, um reconhecimento da diferenciação do outro um que se avizinha de você.

Você se lembra? De repente você sentiu um abalo no seu estado de raça. Foi talvez vivendo um exílio, um mundo e um gueto que não lhe exigia compromissos, mas te recebia em alheio, passante, cordialmente. Não houve um momento, nem ruptura. Há um plano, no jogo de sutilezas onde o equilíbrio de ter mais de trinta anos de vida evidencia as arestas.

Você se lembra da vaidosa pretensão de se julgar critério? Quando você se dizia diferente, condenava o outro a se igualar na diferença que você fazia a partir de você mesmo. Puro racismo: você queria que o outro fosse o plano que você se recusava pra você mesmo. O outro só existia para se definir diante do seu sexo. Você era o critério, a fonte do humano. Você não soube, ai, exigir igualdade, você insistia em adquirir privilégios: o que você chamava igualdade era o privilégio da sua diferença. É o mesmo racismo que um dia fez você esconder-se, inferior. O racismo faz assim. A perseguição à sua sexualidade é o privilégio que faz de você critério do humano, mesmo que seja critério negativo. O reconhecimento de você enquanto expressão de uma sexualidade faz de você parte de um grupo, uma raça, uma humanidade para-

lela. Você e seu grupo são parâmetros para a humanidade. Mas você não é você, mas a incorporação de uma raça. Você, homossexual no gueto, deixa de ser qualquer coisa para ser somente um sexo abstrato, que é sua alma e lhe dá realidade. Esta raça, que um dia te ensinaram, era um porão, um inferno, um gueto, uma perseguição.

Não se persegue um grupo, modela-se uma raça. Massacram-se indivíduos diferentes para igualá-los na falsa liberdade do gueto, campo de concentração. Pura ironia: a opressão ao homossexual não é uma negação, mas a instilação do aprendizado para fazê-lo crer que é uma coisa própria, especial, uma humanidade paralela e predestinada.

Você se lembra como é que foi?

Você era você mesmo, bom menino, e bicha.

Você se lembra dos meninos que tiveram infância com você? Pois é, desgraçadamente vários deram em heterossexual.

Heterossexuais, coitados... Miséria humana. (Desta pelo menos você escapou.)

Mas disto tudo você não se lembra, você planeja.

Feiúra

Foi muito cedo que descobriu a sua feiúra, quase ao mesmo tempo em que previu (ou certificou-se da) sua diferença e marginalidade, homossexualidade. Parecia que sua sexualidade ficara retardada em relação aos amiguinhos adolescentes que deixavam as infantis experiências sexuais para sonhar com mulheres fabulosas. Ficara atrás. Inicialmente, porque não lhe parecia ter aproveitado as oportunidades da infância, não fizera quase nada, tivera medo; depois, porque não lhe parecia o momento de enfrentar a fêmea, não estava preparado. Assim, esta peculiar imaturidade era intimamente sentida como a fealdade: sou feio ainda para agradar uma mulher, sou criança e em evolução apenas. Vivia o conto do patinho feio: sabia, como nas fábulas, que no início se passa por uma época de infelicidade, inferioridade, feiúra, depois viria a recompensa.

Entre feiúra e homossexualidade o presente era seccionado num resíduo de um tempo que o aprisionava mais longamente que aos outros e numa expectativa dolorosa do futuro da ruptura. Imaginou, então, uma fórmula encantatória que permitia solucionar a provisoriamente daquela infância terminada que não desistia: bastava enfrentar a homossexualidade, saciar a curiosidade, satisfazer o vício e ele acabaria e ele se libertaria. A convicção de que aquele desejo irregular era apenas uma etapa permitia aliviar a culpabilidade das fantasias eróticas: masturbações onde figurou o corpo masculino adulto, solucionando plasticamente sua ignorância do que definia como corpo adulto, pêlos, posturas, volumes, condições.

Encontrou um modo prático de permitir as maiores ousadias à sua fantasia, sem que a culpabilidade esvaziasse o prazer. Em seus transportes masturbatórios, ouvia as aventuras de um personagem que tinha a aparência de um companheiro dos jogos sexuais da meninice. Tavito vinha lhe contar suas descobertas, sem freios, sem papas na língua. Tavito, o imaginário, lhe ensinou tudo, tudo. Ele ouvia, gozando, mas sem razão de remorso. No fundo da alma, ele recusava aquilo. Pensava (nos momentos de acalmia) "viu do que escapei?". O outro passou a ser seu objetivo erótico real: queria trepar de novo com Tavito, seria uma forma de ouvir as suas histórias porcas. Também uma forma de ser um dos homens de Tavito, que era bicha, que dava, que gostava de homens, estranhos homens mais que adultos, enormes, chelos de não sei que técnicas de foder. Se ele comesse Tavito, se dizia, seria este homem grande, romperia o encanto. Aí então estaria pronto para a Mulher e para a vida.

A feiúra entrou para quebrar a facilidade do esquema. Não arranjava um Tavito, um qualquer, real, já que se aproximar era impossível, feio como se via. Tavito morreu na vida real — do lado de fora — substituído por um dos homens estranhos e inatingíveis, Tavito tinha muita barba na cara, cabelo nas pernas, mesmo no peito, falava grosso, cuspiu de lado, foi no puteiro e até pegou gonorréia e disse pra todo mundo: doença de homem, Tavito cantou marra.

A noção de feiúra tinha uma certa relatividade. Passava por uma certa comparação com quem ele queria bonito. Sabia

que não era bonito, mas não sabia onde estava seu feiúme, não conseguia distinguir como era ser feio. Se ele era? Os outros constatariam, ele não? E ninguém comentaria? Ridículo? Vergonha e medo: não arrumava coragem para apresentar sua cara num grupo, expor seu jeito, seu feio, quase sua culpa. Recusava o espelho. Menos durante as punhetas onde se ver não era amargo, pelo contrário estimulava o gozo. Começou a se esconder sistematicamente e identificava em todos os locais onde o corpo se cultivava fontes de humilhação. Detestava suas roupas e as procurava medíocres e tortas, para melhor se disfarçar. Recusava todas as atividades físicas, porque rapidamente reconheceu na sua feiúra uma imobilidade flácida, que era a única condição em que passava despercebida, enorme réptil no fundo do aquário da vida geral.

Uma vez, mais tarde, quando estava claro que a homossexualidade não era uma preparação nem a feiúra uma etapa, perguntou-se: afinal, sou homossexual ou feio? A feiúra permitiu que enfrentasse a homossexualidade com mais tranquilidade. Era quase um escudo. Sendo feio nunca poderia de fato ser um homossexual, isto é, para os outros seria feio e pronto. Escolhia uma certa facilidade da masturbação, onde o homossexualismo não o comprometia diante de ninguém. Chegou a se confortar por ser feio: ela me fez escapar dos horrores de um sexo pervertido.

No entanto não foi difícil descobrir que a vida homossexual, paralela e onipresente a tudo que vivia, era uma facilidade, tão grande quanto a masturbação. Tinha tanto segredo e recato, mesmo pudor, quanto a masturbação. Vida dupla. De novo a questão: impossível ser homossexual e feio. Armadilha.

E já era 1968. Houve um momento de definição política que não decorreu para ele da sua luta entre sexo e aparência, mas que viria remodelar o seu problema. Militar significava uma opção em que o homossexualismo tinha que ser excluído. Um amigo disse uma vez: “Não sei como é que o materialismo histórico soluciona a homossexualidade.”

Ele não sabia muita coisa nem do materialismo histórico nem da sexualidade (embora vivesse ambos — o que não era

razão para uma tomada de consciencia de um ou do outro). Achou principalmente que não era momento de misturar as coisas. Adiou.

Vagabundo

Ocupação de vagabundo é reparar na vida alheia. Daí eu.

Minha curiosidade beira o comadrismo, mas não por maldade (ou, pelo menos, muita). Gosto de imaginar casos dos outros pra me explicar um pouco a situação em que nos encontramos. Exemplo: fico imaginando cenas numa fila de espera qualquer, no trem, no cinema, num mundo qualquer que a coincidência e o anonimato da urbanidade funda nos lugares onde todo mundo faz a mesma coisa separadamente, como é a técnica usual da solidão. Penso que se a gente comesse a se contar as histórias de cada um, teríamos surpresas. Para começar, a primeira desilusão seria ver que naquele encontro casual faltaria a unidade e a inteligibilidade da diligência do Ford atravessando oestes. Tenho por quase certo que nem a arte nem a vida se imitam. A dificuldade da arte é o seu caráter imitativo, só consegue solucionar substituindo a imitação pela inventividade. A dificuldade da vida é não imitar a arte, é a gente não saber dar ao existir esta intencionalidade da coisa criada. Pena que tenhamos perdido as divindades reais, o culto sem cerimonial dos deuses das coisas que nos permitem unificar a tribo numa coerência puramente intencional. Sem tribo, sem rumo, sem deuses, temos imagens. Os orixás já não são mais o a saber; são sábios. Resta-nos a ignorância, que é a forma da morte da curiosidade.

Vagabundeando de manhã, sob uma chuva que molha por contumácia. Não cai, esta chuva; fica umidecendo lentamente, presença líquida difusa que às vezes escorre em gotas, gotteiras, filetes. Chuva obscura que não se manifesta, não tem a nitidez da tempestade. A natureza nem sempre produz espetáculos como a ressaca, o vendaval, pororocas, arrebóis. Às

vezes acontece como monótono encaminhamento burocrático, graduando anonimatos. Está infeliz, nesta manhã, a natureza. Nem mesmo cinza, nem escura, nada; está imperceptível, borrada, esquecida.

Fico me dizendo, pra fazer gracinha, que ela é como o animal do naturalista, que é triste depois do amor. (Ambigüidade proposital: animal ou naturalista, risque a menção inútil.)

A natureza deve ter amado muito (embora eu não tenha me dado conta) para se encontrar neste estado de desolação carnal. Deve ter amado feito este bicho humano que pode detestar seu corpo e que está submetido a tristezas como condição mesma de poder vir a encontrar a felicidade.

Entrô no café "*L'oiseau de feu*", bar cânsado, que sem ter charme de antigo bistrô, envelheceu cheirando a álcool e borra de café. A dona é uma mulher bonita, que não sabe que é, embora tenha uma intuição de suas possibilidades. Por isto, confusa, faz da sua beleza (bergmaniana, me digo) uma absurda falência diante dos artifícios. Loura, sem amarelismos, tinge o cabelo em tons de amarelo-TV. Na raiz dos cabelos notei a cor original que pedía socorro. Penteia-se como uma adolescente dos anos 50/60, naquele momento em que se faziam volumes arredondados com os cabelos desfiados, criando figuras de macrocefalias variadas. Não era apenas o volume que descompunha a imagem (às vezes grandes cabelos criam linhas elegantes, como as perucas femininas do século XVIII), era a forma como este volume distribuía as linhas do rosto e do corpo. A mulher com tal penteado sempre parece curta, uma anã com uma cartola, seu rosto parece minúsculo, insignificante, principalmente aflitivo.

Provavelmente a dona do bar penteia-se assim desde sua adolescência. Deve ir uma vez por semana ao cabeleireiro. Parece-me que hoje é o quinto dia. O penteado, ainda fixo, engomado, mostra o trabalho de conservação, de coisa de segunda mão. Maquia-se também segundo os padrões da mesma época de uma passada juventude.

Por baixo do disfarce pode se ver não apenas a beleza dela, mas um drama. Ela é triste, ela tem medo, ela se perdeu. Ela vai engordar.

O filhinho é François, tem três ou quatro anos. Fica atrás do balcão agarrado ao bico, seguindo com os mesmos olhos comoventes da mãe os movimentos desta, os rostos dos clientes que às vezes conversam com ele. Ele não responde, olha para a mãe, pedindo orientação.

Muito cedo e sábado. Apenas dois eternos profissionais do cotovelo no balcão diante dos seus cálices, onde brilha o *rouge*, tão vermelho e luminoso quanto os narizes dos consumidores. Peço um café, enquanto ouço a conversação de um dos narizes com François: "Como é que se chama sua namorada?" Sem demora a mãe explicava que ele ainda não deveria saber muito bem o que era *fiancée*, por isto não respondia. O homem começou a explicar a François que *fiancée* era uma pessoa de quem se gosta muito, que se vê todo dia, e com quem se quer viver o resto da vida, trocando juras de amor e *tendres baisers*. François prestava atenção. A explicação foi detalhada, lenta, repetida. Depois, o didático cliente questionou: "Então, quem é tua *fiancée*?" Queria saber: "Com quem François gostava de trocar beijos ternos e carinhosos abraços?"

François foi peremptório: "Jean Pierre."

Achamos engraçado. Riu-se. Menos a mãe, que numa reação de apavorante violência, esbofetou o guri que, surpreso, não chorou. Durante alguns segundos de silêncio de riso quebrado, interrompido, François olhava a mãe para se dar conta de que realmente fora esbofetado.

Aí chorou. *

Joguei uma moeda em cima do balcão e escutei, enquanto saía, a mãe de François explicando aos silentes fregueses que o menino não sabia o que dizia; até que gostava sempre de tirar fotografias na escola entre duas meninas, apenas com meninas; gostava mesmo das suas *poules*, garantia insegura. Usou o termo "*poule*" — galinha —, que é uma forma carinhosa de chamar a namorada, assim como "gatinha". Por referência, a bofetada me doía muito e minha humilhação custou a passar. Felizmente (para mim) esqueci-me dela mais depressa do que François poderá jamais esquecer.

A voz sem dono

Um bicho viralatiu na noite do Marais. Não imitava, *canis domesticus*, a voz do dono. Uivava uma comunicação lunar, destas que nem dum cachorro à toa, de morro e murrinha. Não vi de onde veio a desobediência ao Mestre, mas me atacou como que uma fantasia besta da favela que tinha lá defronte de casa, onde era só ganido e batucada madrugada a dentro. Foi que nem quando a gente ouviu o criquecraque e se arregalou: “Olha, é grilo!” E se atacou de contentamento e nostalgia, querendo sair lá fora pra ver se era mesmo, ou alucinação de exilado que se entope de feijoada para recordar cor local. Nunca comi tanta feijoada como no tempo de exílio. Besteira de brasileirices. A gente acaba confundindo as saudades. Depois do grilo, atacou na gente um papo de cigarras e passarinhos da ave-maria, sinfonias — de pardais — anunciando como canta a Dalva tão bonito, só que agüentar na real a gritaria já são outros quinhentos, dá no saco. Tudo é motivo pra fazer um paralelo entre aqui e acolá. Exilado vive por comparação.

Depois da toada canina, fiquei esperando a gargalhada do Exu, aquela braba, que passava em cima do zumbido geral do morro. Mas não esperava no duro. Era só uma vontade de esperar. Sentimento e ressentimento. Um jeito e uma vontade de ser brasileiro. Ser que não há, nunca vi.

Brasileiro que conheço é só o som que me atravanca a goela deformando as palavras quando falo francês. Brasileiro que existe é isto: o papo. Não o que é dito, mas o meio, o movimento. Brasileiro é quem lhe fala, o resto é gente; e gente é isto, como se sabe, tem de todo tipo e tudo dá no mesmo, o mesmo único sendo o diverso.

Apesar de todo aviso e evidência, o exílio machuca a consciência, perturba o julgamento. Pior que cachaça ou cigarro que passarinho não fuma, há um tal de encabular-se, comover-se por prazer e desaforo — romantismo. E quando aí se chega, não tem mais volta, é o buraco, o desengano. Ilusão não mata, aleija o tutano.

Por estas razões cardíacas e adocicadas, se chama “brasileiro” qualquer coisa que caiba na melancolia. Por se estar estrangeiro, a primeira obrigação é procurar identidade — o exílio é exatamente a crise de identidade, e por isto pode ocorrer em qualquer geografia. Identidade? Basta dizer: latitude solar, papagaio, manga-rosa, aroeira, peixe-boi? Não passa de geografia, não é daí que parte nenhum Brasil e nenhuma identidade se contentará na rocha.

E depois: povo. Grandes palavras, mas povo é pra todo lado, gente é o que não falta. E não é esta identidade mística que no exílio traz a fome.

É o quê, um brasileiro? Que solo, que chão?

Pois é só a fala deles, o jeito da garganta, onde mora a alma.

Tinha razão o poeta: “As aves que aqui gorjeiam, não gorjeiam como lá.” Terra, palmeira e sabiá, tudo é só geografia, só vira brasilidade quando há nome para explicar.

Um brasileiro não é coisa, nem mesmo origem ou destino. É plano.

A língua é feito assim, ferramenta de inventar um brasileiro.

Samba-canção para Nádia

Lembra? A gente costumava cantar:

*caminheiros
talvez nos vejamos depois...*

Agora já não é mais preciso fazer de conta que o tempo passou. E entre nós? Ao nosso redor, sim: acabou aquele mundo onde conhecemos tantas mortes provisórias. Entre nós: sei que nada acabou, além das circunstâncias que nos permitiram, num momento, partilhar.

Você deve saber porque nunca houve cartas, nunca escrevi. Alguém poderia dizer apressadamente duma vaga culpa-

bilidade que curti, por nunca ter podido fazer nada para te evitar os pavores da tortura. Eles te massacraram, eu sei. Culpabilidade? Tenho vontade de rir. Você sabe que não é isto e entende o que senti.

Lembra? Era julho e a gente se consumia na paixão de liberar nossos amigos na prisão. Era culpabilidade que nos dava aquela febre na preparação daquele seqüestro? Não. Era paixão! Um sentimento seguro de compromisso com o amigo-companheiro.

Foi isto. Durante anos, muitos anos, consumi esta paixão numa impotência da qual não me sentia minimamente culpado.

Assim se passaram dez anos.

Isto também a gente cantava. Você sabe, eu nunca cantei afinado, mas sempre foi com sinceridade. Permita-me então entoar este samba-canção para você.

Lembra? Sempre escrevi. Era minha maneira de ser, de agüentar também, de enfrentar principalmente.

Você bebia às vezes; eu escrevia. Não adiantava muito, mas a gente fazia por acreditar no fingimento daquele consolo. Uma vez você bebeu muito e me abraçou e fez até uma cena, eu ali não dizendo nada. Depois você dormiu, molhada de choro ou suor frio do grito que você não conseguia dar. Você queria resolver alguma coisa, pois não suportava desacreditar gratuitamente. Naquele momento era difícil acreditar nalguma coisa, a não ser na evidência de uma derrota que já acontecera há muito tempo e que nós brigamos para adiar as conseqüências. Você não desacreditava, não dava o braço a torcer. Mas doía e não sabíamos que grito gritar. Era a branca angústia do verão, você sabia que Não havia mais razão de disfarçar o abismo, mas não queria apenas dizer o nome do precipício sem supor as pontes que estavam invisíveis naquela hora. Muita gente disse “chega”. Você queria dizer, como eu, como todo mundo, mas não queria que o que dissesse passasse por desistência. Você nunca desistiu. Você era dura de roer.

Vieram contar-me freqüentemente os horrores que você sofreu na cadeia. Você tentou se matar, não conseguiu. Você

não foi feita para morrer assim. Sempre foi a luta que te deu aquela garra do combate que te levava adiante.

Você é dureza, Nádia. A tua matéria-prima não é a morte ou o pensamento da morte. Você pensa e pensar, afinal, é pensar que um dia a gente não mais pensará. Enquanto não chega o desfecho, você combate. Tua rígida matéria-prima é o que me prende à tua presença que viveu na ausência que te senti nestes dez anos de separação. Tua indestrutível matéria-prima é amor. E amor à vida.

Porque só há um fim do exílio e é qualquer forma do amor, por isto preciso te reencontrar.

Preciso findar todos os meus exílios.

Pois é, Nádia, a gente se vê em breve.

Às vezes me dizem: não tenha ilusões, é duro por lá. Não tenho. Bem sei. Sei que ainda tem a ditadura e o que dela se segue. Mas de outro lado tem o Henfil, por exemplo. Gente assim, que garante bons momentos por lá. Gente como o Chico que numa carta — que foi para mim também e que eu quis responder mas não pude — avisou que as coisas estavam pretas, mas...

E ainda meus amigos, tantos.

Já sei até que música vamos cantar nas noites que cantaremos:

*Começaria tudo outra vez
se preciso fosse, meu amor.*

Porque não volto. Vou ir.

Não visitarei cemitérios, que os mortos sempre me freqüentaram. Não falaremos da morte, quando falarmos nos pretéritos. Talvez ainda haja brechas onde a vida, por puro arreezamento, não se arrependa.

Não estou voltando. Vou. Quem sabe poderemos encontrar nosso Brasil na curva do próximo sonho?

Paris, maio de 1981

SBD/FLCH/USP	
SEÇÃO DE <i>Cher</i>	
ADQUIÇÃO <i>21/05/81</i>	VALOR <i>7,500</i>
<i>Pelouche</i>	
DATA <i>31-1-81</i>	

Coleção

ÉSTOR PERLONGHER

leitores. A maior ambição do pauteiro é descobrir um tema que dê manchete de 1ª página e que venda, portanto, mais jornais.

Copidesque vem a ser o profissional que recebe o relato cru do repórter e o re-escreve. Reescreve para colocar na linguagem padrão (desculpe . . .) padrão do jornal e para eliminar o tom pessoal, testemunhal, dado pelo repórter — vítima infeliz do seu envolvimento direto com o fato. Ou, ao contrário, reescreve o relato muito objetivo, porém pouco interessante do repórter. Enfim, doura a píslula, torna a notícia mais agradável de ser lida, mesmo que a verdade fique pasteurizada.

Recreio.

Pois bem, na sua história do exílio, Herbert Daniel não foi pauteiro à cata da manchete de 1ª página. Tanto que recusou um título pra vender fácil-fácil: O ÚLTIMO EXILADO. E também não foi copidesque, não re-escreveu os muitos exílios. O homossexualismo aqui é de verdade, cotidiano, bate ponto, escova dentes, faz xixi, cocô, cata feijão. O seqüestro aqui não dá pra ser filmado por Costa Gravas e nem pelas Panteras.

O que você tem nas mãos é um texto cru, a vida sem calças, lápis sem borracha.

Que basta de copidesques e pauteiros. Venham os repórteres do exílio. Queremos as mandiocas!

HENFIL

CODECRI



Herbert, nome de pia e registro; Daniel, nome de guerra que pegou. Estudante de Medicina na UFMG; 1,64m; crítico de cinema no rádio, Belô; dispensado do exército (regular) por insuficiência física (miopia? pé-chato?); autor de teatro estudantil; cabelos muito enrolados, olhos castanhos e semicerrados, chato nariz; vice-presidente do DCE da UFMG; gordinho; militante sucessivamente da Polop, Colina, Var-Palmares e VPR; clandestino durante seis anos, sem nunca ter sido preso; homossexual, já não mais clandestino; assaltante de banco, puxador de carro, planejador de sabotagem, guerrilheiro em Ribeira, seqüestrador de embaixador — em número de dois —, remanescente; leitor, sempre, sempre; escritor de panfletos, aprendiz de ginasta; tímido não dançarino; jornalista em Portugal, em revista feminina; em Lisboa, estudante de Medicina reincidente; casado com homem, claro, homossexual; calça 39, usa 40; massagista, garçom, caixa, leão-de-chácara, gerente, porteiro de saunas de pegação de viados, em Paris, capitale de France, voilà; discursseiro, falador trilingüe inveterado, pensante tanto quanto, com sotaque — não se nasce em Minas impunemente. Descoberta de saber fazer quase nada de quase tudo: ocupação de vagabundo. Penúltimo exilado em Paris: escapou da “anistia”. Sem indulto (escapou por insulto), foi prescrito: reparou em vida alheia. Escritor.